

REVISTA DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

ÍNDICE

ALCIDES MAYA — <i>Olinto Sanmartin</i>	3
PASTORAL DO 9.º BISPO DO RIO DE JANEIRO, D. Manuel do Monte Rodrigues Araujo — sobre negócios eclesiásticos da Rep. Farroupilha	7
O BARÃO DO RIO BRANCO e GUERRA DOS FARRAPOS — <i>Otelo Rosa</i>	17
EFEMÉRIDES FARROUPILHAS — <i>Barão do Rio Branco</i>	19
EFEMÉRIDES NAVAIS RELATIVAS À REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Comandante J. E. Garcez Palha (notas de de W. Sp.)	54
DOCUMENTOS SOBRE O DECÊNIO FARROUPILHA: a) Três cartas do Arquivo de Antônio Vicente da Fontoura	78
b) Carta de Bento Gonçalves a João Evangelista Tavares	80
c) Episódio interessante, por Francisco José Martins	81
CENTENÁRIO DE APOLINÁRIO PORTO ALEGRE: a) Conferência do Prof. Otelo Rosa ...	83
b) Discurso do Dr. Manuel Duarte	93
RELATÓRIO DO DR. MANUEL DUARTE	98
ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL	103
NÓTULAS BIBLIOGRÁFICAS — M. D. — A. M. da C. — W. Sp. — O. S.	112

PORTO ALEGRE
RIO GR. DO SUL

III Trimestre
de 1944

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



SÉDE DO INSTITUTO:
Rua Riachuelo, 1307
PORTO ALEGRE
Rio Gr. do Sul - BRASIL

1944

OFICINAS GRÁFICAS DA IMPRENSA OFICIAL
PORTO ALEGRE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

— Séde Social: — Rua Riachuelo n.º 1307 —

* * *

DIRETORIA:

Presidente: **Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.**

1.º Vice-Presidente: **Dr. Olinto Sanmartin.**

2.º Vice-Presidente: **Dr. Armando Dias de Azevedo.**

Secretário Perpétuo: **Dr. Eduardo Duarte.**

1.º Secretário: **Dr. Jorge G. Felizardo.**

2.º Secretário: **Prof. Walter Spalding.**

1.º Tesoureiro: **Prof. A. G. Lima.**

2.º Tesoureiro: **Cel. Luiz Carlos de Moraes.**

Orador: **Prof. Otelô Rosa.**

Bibliotecário: **Pad. Luiz G. Jaeger, S. J.**

* * *

COMISSÃO DA REVISTA:

Dr. Manuel Duarte, presidente

Cel. Luiz Carlos de Moraes

Prof. Walter Spalding

* * *

A Revista está registrada de acôrdo com a lei

**O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
foi reconhecido de utilidade Pública pelo Decreto n.º 4373,
de 24-XI-1921.**

* * *

ASSINATURA DA REVISTA

Ano Cr\$ 30,00

Número avulso Cr\$ 8,00

Números atrasados: preços especiais.

* * *

**Toda a correspondência deverá ser remetida para o Institu-
to Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — Rua Ria-
chuelo, 1307 — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.**

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

ANO XXIV — III TRIMESTRE DE 1944 — N.º 95

ALCIDES MAYA

Olinto SANMARTIN

Na manhã de 2 de Setembro, na Capital da República, faleceu **ALCIDES MAYA**, figura de inconfundível relevo no cenário das letras nacionais. Sendo membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o desaparecimento desse eminente escritor, deixa ilimitado vácuo não só no seio da entidade que ajudou a fundar como no panorama da literatura riograndense.

Nasceu **ALCIDES MAYA** em São Gabriel, neste Estado, a 15 de Outubro de 1878, falecendo, assim, aos 66 anos de idade. Era filho de Henrique Maya de Castilhos. Fez seus estudos superiores em São Paulo onde passou e residir, formando-se pela Faculdade de Direito daquela capital.

Seu temperamento de pensador e de artista revelou-se logo aos primeiros albores da sua mocidade, dirigindo o jornal "**A República**", órgão partidário dessidente onde seus conceitos tinham vigôr de atilado senso sociológico.

Desde o início da sua vida de prosador e de jornalista sentiu-se seguro e vitorioso, tal a pujança da sua precoce inteligência e de sua conduta no campo das idéias.

Em 1897 apareceu, dêle, o primeiro trabalho em livro — **Pelo Futuro** — para, no ano seguinte, publicar "**Rio Grande Independente**", com prefácio de Apolinário Pôrto Alegre, onde confessa, o prefaciador, reconhecer em **ALCIDES MAYA** "seguro critério filosófico e estético".

Em 1900 saiu à luz **Através da Imprensa**, seu terceiro livro, como os anteriores, de carater sociológico e político, sua grande paixão de moço. Era uma cultura que se formava e se afirmava em ensaios e estudos de ordem geral.

O ficcionista surgira em 1910 com o romance regionalista **Ruínas Vivas**. No ano seguinte, 1911, publicou o livro de contos gaúchos **Tapera**. — Foi seu grande livro de colorido regional, para em 1912 aparecer como crítico com o ensaio sobre o "humour" **Machado de Assis**, assinalando um acontecimento literário de análise e de crítica que até hoje perdura. Em 1919 surgiu com **Crônicas e Ensaios**. Três anos mais

tarde publicou **Alma Bárbara**. Seu último livro **Romantismo e Naturalismo** através da obra de **Aluísio de Azevedo**, aparecido em 1926, foi o discurso que proferiu em 1913 ao tomar posse de sua cadeira na Academia Brasileira de Letras.

ALCIDES MAYA ocupou diversos cargos públicos de destaque, como o de deputado federal pelo seu Estado natal. Mais tarde passou a exercer o posto de Diretor do Museu Julio de Castilhos, desta cidade, aposentando-se nêsse cargo.

Teve grande predileção pela imprensa e seus melhores anos dedicou-os ao jornalismo. Foi colaborador assíduo da alta imprensa de **Pôrto Alegre** e do Rio de Janeiro, colaborando no **Correio da Manhã**, **Jornal do Comércio** e no extinto **O País**. Exerceu ainda o cargo de Diretor do "**Jornal da Manhã**" desta Capital.

Membro de inúmeras entidades culturais nacionais e estrangeiras destacando-se a Academia Brasileira de Letras, onde foi eleito para a vaga de **Aluísio de Azevedo**, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e da Academia Sul Riograndense de Letras. Ocupou a Presidência da Federação das Academias de Letras do Brasil, com séde no Rio de Janeiro, cidade onde residiu por mais de uma vez.

Examinando sua obra literária, conclue-se que **ALCIDES MAYA** foi positivamente esteta de inconfundível expressão mental. Sua cultura era completa; embebia-se nas grandes manifestações da inteligência e da estesia. Humanista, só encontrava em seu caminho motivos de arrebatado encantamento. Nunca tropeçou, nas contínuas lutas ideais, em materialidades que lhe criassem penumbra às infinitas claridades que sempre o orientaram. Era congênito o misticismo amoroso pela terra de seu berço.

Artista perfeito, vivia no seu mundo de idéias e de sentimentos para melhor interpretar as realidades ambientes.

Ruínas Vivas, seu romance notável, é livro de arte, onde o estilista se deslumbra e cria uma grandeza literária singular. O "preciosismo" que emprega pródigamente não é arbitrário, não provoca tédio nem é pesado porque segue equilíbrio de erudição, com propriedade, com justeza rítmica, nos momentos exatos. O ficcionista é apenas o artista; sua mão de esteta foi pintando os cenários da campanha riograndense elevando seus tipos nativos, não para fazer monumento psicológico mas para criar uma obra de arte, com requinte às vezes convulsivo. Esse alvoroço pelo estilo vibrante é denotado em quasi toda sua obra, até mesmo em artigos de imprensa.

Sua atividade editorial findára com **Alma Bárbara**. Os 22 anos decorridos dessa data até sua morte foram anos dissipados em decrescente lamentavel a que sua combalida saúde o obrigava.

Mas está imperecível, incorporado ao patrimônio literário o labor magistral que nos deixou seu talento. Ele representava a suprema cultura literária do Rio Grande do Sul do nosso século.

Expressão e pensamento os tinha, nítidos, em seus trabalhos a que votava o mais vivo sentido de análise. Machado de Assis é obra de pensador, de meticuloso psicólogo que vai buscar na confusão de uma obra literária de vastas proporções o legítimo homem que a concebeu, com suas emoções e alegrias remotas. As manifestações espirituais são manifestações de estesia em busca de verdade científica na concepção objetiva desse **humour** que o obseca.

As lições de Schlegel, de Hennequin, de Hegel, de Scherer até a de Carlyle, são caminhos que o satisfazem nesse andar desbravador de sentimentos inátos. Compara os grandes mestres do humorismo para alcançar conclusão que possa ser demonstrada. E afirma então que “o **humour**” é a dúvida, é Satan predominando, é o acento de revolta no gargalhar estridente, simbolicamente pungitivo de Mefisto, o divino rebelde, o supremo melancólico...”

E vai assim, sem antagonismos subjetivos abeberar-se da exatidão de todo o humorismo de Sterne e Cervantes que é muito mais sentimental que cerebral. Alcides Maya, nesse magistral tema demonstra sua faculdade admirável de ensaísta á par de erudição surpreendente no trato da matéria.

As aparências nunca o seduziram; por isso ele foi crente sincero da arte que professou com tanto brilho; legítimo idealista; escritor surpreendente “da sua hora humana”; prosador que fez do espírito uma alma material de eterna beleza sem vacilações, sem a fatalidade das renúncias precipitadas ou mesmo tardias. Legítima tradição de verbalismo lavada de sol.

Ambição alguma o fez vulgar.

Cerebração empolgante e clássica ALCIDES MAYA não realizou o que imaginava e o que estava fadado a conseguir pela opulência de sua capacidade intelectual. Velhos projéctos concepccionais de escrever impressões e crítica, foram abandonados pelo diuturno adiamento que nunca findara.

Nem sempre o bom destino lhe fôra propício; mas se fugiu a essa desejada e envolvente carícia, foi por voluntário capricho, por desdem que votava à física social depois que se abroquelara à mirífica torre de seu insuperável engenho meditativo.

Parecia haver força efervescente naquele cérebro em contínua ebulição, a determinar diretrizes, a estabelecer normas mentais de harmonias e de fórmulas. Mas havia, igualmente, negligência de ordem metafísica a turbar o ímpeto dessa tumultuária severidade num sentido de criação e de exaltação.

No próprio sorriso magnânimo do escritor, bailava um lirismo heróico em louvor à perfeição, numa tortura de humildade e de amor. Pensamentos ignotos em alígeras revoadas transcendentes, povoavam-lhe os sentidos e denunciavam-se nos conceitos de sabedoria, embora roçasse já o limite desse profundo crepúsculo coroado pela morte.

ALCIDES MAYA foi um valôr à parte no movimento intelectual do Brasil, tanto pelas concepções de sua obra literária como pela trajetória de sua vida material, sem nenhum apego ao prosaismo das vaidades terrenas.

Foi, sem favor algum, um fidalgo das letras, trazendo no coração os braços de nobreza inata no trato da arte que abraçou. Bem poderia ser chamado **parnasiano da prosa** na sua austeridade ideal e altamente superior. Símbolo de magnitude que tumultua em delírio de perfeição.

Entre o filósofo e o idealista, está o autêntico sociólogo revestido de imperturbável elegância mental. Nêsse esmero de espírito encontraremos ainda, entre o poeta e o romancista, a heráldica exuberância dô esteta, valôr a sobressair, apolíneo, entre todos os valores do seu tempo.

Espírito ático, a finura de sua intelectualidade era cintilante; qualquer cousa de helênico o envolvia, tanto nos gestos e nas ações, como nas palavras e nas idéias.

Sua glória foi, é e será sempre constante alvorada como expressão moral a reabilitar os dias amargurados que a vida lhe deu, como paradoxo à sua admirável personalidade de polígrafo e de pensador.

PASTORAL DE D. MANOEL DO MONTE RODRIGUES DE ARAUJO, 9.º BISPO DO RIO DE JANEIRO

Foi publicada esta Pastoral, no Rio, em 1845, 49 paginas, in 8.º, com o titulo: Carta Pastoral, contendo as providências acerca do estado da Igreja do Rio Grande do Sul depois da pacificação desta Provincia (n.º 21).

REGISTO DE HUMA PASTORAL

D. Manoel do Monte Rodrigues de Araujo, por Mercê de Deos e da Santa Sé Apostolica, Bispo do Rio de Janeiro, Conde de Irajá, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, seu Capellão Mór, Deputado á Assembléa Geral pela Provincia do Rio de Janeiro, Grão-Cruz da Ordem de S. Januario e Francisco 1.º do Reino das duas Sicilias, Grande Dignitario da Imperial Ordem da Roza, Commendador da de Christo, etc., etc., etc.

Aos habitantes da Provincia do Rio Grande do Sul, deste Bispado, graça e paz da parte de Deus Padre, e da de N.S.J.C.

Constituidos por Deos, ainda que sem nenhum merecimento nosso, sobre a cadeira desta diocese, e devendo participar da primeira virtude do Apostolado, que é a caridade, a qual se alegra com os que se alegrão, vós, Meus Caros Filhos, nos fareis a justiça de acreditar, que exultamos de prazer, quando tivemos a fausta noticia da pacificação da vossa Provincia. Deos nos hé testemunha da predileção, que por vós temos, e da solicitude que vós nos mereceis, como filhos que estão mais distantes desta Cidade Mãe. Assim que ao entrar para o Episcopado, nós vos saudamos particularmente; nós deploramos o estado de guerra, no qual já então vos achaveis, e alguns conselhos vos damos com o fim de que saísseis desse estado, tão pouco assente em hum Povo christão, e fizemos nessa ocasião, as mais instantes supplicas a Deos, para que, lembrado das suas antigas mizericordias, vos trouxesse á communhão da Igreja, e do Estado Brasileiro a que pertenceis. Nós, Meus Caros Filhos, esperamos no Señr, e não fomos confundidos. O Senhor se dignou de obrar esta maravilha.

Por hum tão justo motivo, por tão assignalado beneficio da Divina Providentia, nós nos congratulamos com vosco, Meus Caros Filhos, e vos pedimos acceiteis estes nossos sentimentos. São elles sinceros;

procedem do coração de hum Brasileiro, que ama a sua patria e aprecia as vantagens da união de todos os seus concidadãos sob o unico governo do Muito Alto e Poderoso Senhor Dom Pedro Segundo, e dos seus legitimos descendentes; procedem do coração de hum catholico, que necessariamente hade alegrar-se; quando vê succeder á discórdia e á guerra a união, a paz, e a justiça, que he o reino de Deos sobre a terra; procedem do coração de hum Bispo, que não pode deixar de sentir o mais vivo prazer, vendo unidos todos os seus filhos em hum só pensamento, e huma só vontade; que fora esta a supplica, que Jesus Christo, soberano Pastor e Bispo das nossas almas, fez ao Eterno Pae nos ultimos dias de sua vida mortal. Portanto, Meus Caros Filhos, nós o repetimos, congratulamo-nos, com vosco, e vos damos pella pacificação de vossa terra sinceros parabens.

Depois disto queremos fazer-vos huma recomendação: A vossa religiozidade tal vez nos dispensa dizer, mas ser-vos ha agradável ouvir-a. Si a sorte das naçoens, do mesmo modo que a dos individuos, depende de Deos; se he Deos por sua soberana vontade, que os Estados se elevam ou abatem, se aditão ou se infelicitão; se os grandes acontecimentos, que se passam no meio dos povos, são effeitos desta Providencia, que toca fortemente de hum extremo a outro do Universo, ao mesmo tempo que tudo dispõe suavemente; si por virtude dessa crença, em todos os tempos e em todos os lugares, se referiu a Deos, e tributos de gratidão lhe forão votados pelo bom successo de huma guerra, pela concluzão de huma paz, pelo engrandecimento de hum Estado: vós comprehendereis, Meus Caros Filhos, que o vosso primeiro dever, depois da pacificação d'essa Provincia he agradecer a Deos tão subida mercê. Poisque D. reina sobre todos os povos, disse hum grande Prelado, não fallemos mais nem de acazo, e nem da fortuna: ou se fallarmos, seja somente como de hum nome, com que nós encobrimos a nossa ignorancia. O que he hum acazo acerca dos nossos conselhos incertos, he hum plano consertado em hum conselho mais alto, isto he, hum conselho eterno, que encerra todas as couzas e todos os effeitos em huma mesma ordem. Alem d'este motivo geral para agradecer a Deos, vós tendes, Meus Caros Filhos, outro especial, que se deduz das circunstancias, com que a paz vos foi restituída.

E na verdade, he extraordinario que em huma lucta, qual aqui se empenhara no meio de vós, tão porfiada e duradora; que sublevoou tantas paixoens, offendeu tantos interesses, de repente toda essa lugubre scena se mudasse, e desvanecidas tão negras e carregadas nuvens, assommassem sobre o nosso horizonte dias de serenidade, de concilliação e de paz.

As armas são depostas; e irmãos, que athé então recuzavão conhecer-se taes, que só se apaixonavam para se destruirem, correm agora a dar-se o abraço de fraternidade; huma só gôtta de sangue se não derramou mais.

As paixoens callão-se, os interesses se concillião; todos volvem, ao estado normal de paz, e de socego, de obediencia ás leis, e de respeito ás legitimas Auctoridades. A Provincia do Rio Grande do Sul foi emfim salva! Em quanto nós, M. C. F., diremos com o sancto Rei David: — foi Deos que fez esta feliz mudança verdadeiramente admiravel aos nossos olhos.

Correi portanto aos templos, que he sua morada, que o Senhor escolheu para receber os nossos cultos; e ahi, á face dos altares, em união com nossos irmãos, agradecei, e pedi a Deos acceite as vossas acções de graças, pequeninas como são, em relação a hum tão alto beneficio. Quando nós assim fallamos, não pretendemos diminuir a efficacia das causas humanas e secundarias, que cooperaram para hum tão gloriozo facto, não. O Prelado que já citamos, disse tãobem: Deos foi quem fez o encadeamento do universo, e todo poderoso por si mesmo quiz, com o fim de estabelecer a ordem, que as partes de hum tão grande todo dependessem humas das outras; este mesmo Deos quiz tãobem, que o curso das couzas humanas tivesse o seu seguimento, e as suas proporções, á excepção de sertos golpes extraordinarios, em que elle quiz, que só a sua mão apparecesse. Assim que, referindo a Deos, e agradecendo-lhe o beneficio da paz, vós tãobem deveis, M. C. F., agradecer este beneficio, primeiramente á S. M. o Imperador, que tão solícito se mostrou, desde a sua feliz chegada ao throno, pela pacificação d'essa parte do Imperio; as Camaras Legislativas, e ao Governo, que votarão aquellas os meios necessarios, e este os empregou para realizar a boa vontade do Monarcha, que hera igualmente a de todos os seus subditos; deveis agradecer ao prestante General, á cuja dextiridade achavão-se utilmente confiados os vossos destinos, e em geral a todos quantos concorreram e tiverão parte no bem de que hoje gozaes. Amor, fidelidade, e gratidão eterna ao Monarcha que vos salvou; respeito e obediencia ao seu Governo, veneração e acatamento ás leis; reconhecimento ao illustre General, e á todos que coadjuvarão; esquecimento do passado, confiança mutua, união entre todos, paz, e fraternidade; eis aqui qual deve ser o vosso comportamento d'ora em diante: e seguindo-o tereis correspondido, e satisfeito a todos que se empenharão pelo bem d'essa Provincia.

Outra recomendação queremos nós fazer-vos. Grave he a sua materia, e por isso pensamos, que em todo o cazo nos havemos declarar ainda que estamos sertos, que independentemente das nossas palavras, vós fareis o vosso dever. Este dever he o de cultivardes a paz que a Providencia acaba de dar-vos. Vós a dezejaveis, vós a conseguistes; cumpre que a procigaeis como Christãos e como Cidadãos. O nosso Divino Redemptor, que em tudo deve ser o nosso modelo, foi anunciado pelos prophetas como hum Rei pacifico e o seu nascimento saudado pelos Anjos, como d'Aquelle que firmaria a paz entre os homens. Durante a sua vida mortal, guardou sempre esta preciosa qualidade. Elle cuja voz ninguem ouviu nas praças; que não quebrava a canna já de-

primida e nem apagava o pavio que fumeja; deixou-nos a paz, quando subio ao seu eterno Pai, para nos preparar a posse d'essa feliz bem-aventurança, a que todos aspiramos, e na qual reinará a summa paz que nenhum escandalo perturbará. Vós também sabeis, Mui Caros Filhos, e sabeis por uma dolorosa experiencia, que sem a paz, a paz publica impossivel he conseguir-se a felicidade desta vida. Os bens desta ordem, e que para alcançal-os com mais facilidade e segurança, nos reunimos em sociedade, pondo-nos debaixo da proteção de hum governo; os bens desta ordem dizemos nós se não alcanção, e nenhum Governo he proprio para nol-os assegurar durante o estado de guerra. Então as leis callão-se entre as armas; o Governo toma por norma de sua conducta a maxima da salvação publica, e vai exigindo, a este titolo, sacrificio de todos os cidadãos, dos seus comodos, das suas fortunas, das proprias vidas. A morte, a carnagem, a devastação, o insendio, o roubo são consequencias quasi inevitaveis da guerra. Assim como, durante tão violento estado, os sentimentos naturaes do homem se alterão, se esquecem todos os direitos se violão todos os deveres; assim também (e nós vos pedimos que noteis isto) as consciencias se corrompem, o exercicio regular dos actos religiosos cessa ou se interrompe, e o estado publico da Igreja se perturba. Se pois Mui Caros Filhos, vós sois verdadeiros Christãos, como sois; se sois cidadãos honestos, e leaes, e nunca deixastes de ser, seguistes digo de ser sinão por huma errada opinião; se desejastes a paz, e a conseguistes, cumpre que a cultiveis que a prosigaes. Nós acabamos de dizer que a guerra corrompe as consciencias dos fieis, faz cessar ou interromper o exercicio regular dos actos religiosos, perturba e destroe o estado publico da Igreja. A experiencia confirma esta verdade. S. Agostinho disse, que emquanto as duas cidades estão confundidas n'este mundo, nós nos servimos da mesma paz de Babilonia. Insistiremos sobre isto, pois que o fim principal porque vos dirigimos estas letras, para curar as Chagas profundas que a passada guerra abriu na vossa religião, na Igreja d'essa Provincia, que faz parte d'esta Diocese.

Ao entrarmos para o Episcopado sentimos o desprazer de achar a muitos d'entre vós fora do caminho da lei, e em huma vida aberta de scisma.

As noticias que então tivemos, algumas das quaes recebidas pela correspondencia official, que nos transmitio o ultimo digno Administrador d'esta Diocese sede vacante, forão bastante consternadoras.

A maior parte dos Parochos, antigos e intelligentes do seu officio, achavão-se fora das suas Igrejas as quaes por isso estavam ou viuvas de legitimos Pastores, ou occupadas por intruzos. Aquelles Parochos, fieis aos seus deveres como cidadão, e vendo que não podião já exercer o ministerio Parochial, segundo as normas do Evangelho e as regras da Igreja, sendo assim que os revoltosos querião a liberdade nas couzas religiosas, do mesmo modo que pretendiam estabelecer a nas

políticas ou civis:: aquelles Parochos emigraram para esta Corte, ou para o Estado Oriental, ou refugiaram-se para digo-nas duas cidades e vila que permaneceram sob a legalidade. E porque segundo a Palavra Divina, ferido o Pastor, as ovelhas se disperção, muitos d'entre vós Mui Caros Filhos, fostes após de pastos, envenenados, de cisternas dissipadas, para nos servir-nos da expreção de um Propheta.

Um Sacerdote se levantou, o qual ou coagido pela força, ou esquecido do que deve a Igreja, de que he ministro, e que elle tem obrigação de edificar, e não deve destruir; hum sacerdote se levantou, e tomou por si mesmo as honras do Pontificado, intitulou-se Vigario Apostolico, e como tal exerceu jurisdição n'essa Provincia, não tendo nem huma missão. Abusou da vossa boa fé, surpreendeu a vossa religião, perdeu as vossas consciencias, commettendo elle, e concorrendo para que vós commettesseis gravissimos peccados. Auctorizou a sacerdotes para célebrarem, confessarem, pregarem, e para solemnizarem os Matrimonios; lançou fora de suas Igrejas alguns Parochos, e Sacerdotes com esse nome, mas sem nem huma missão propoz ás referidas Igrejas; exerceu numa palavra, todos os actos de jurisdição Episcopal. A força fazia executar esses actos, que aliás erão feridos de huma nullidade manifesta, pois que dimanavam de huma auctoridade, que nem em si tinham o erro commum, o titulo colorado. Assim que algum dos R. R. Parochos, executando as graças concedidas por essa falsa auctoridade recorrião a hum poder que tãobem os não podia auctorizar ao menos em certos cazos; isto he, recorrião ao poder Sacerdotal; e outros que podião ter comunicação com nosco, pedião-nos em favor de seus Parochianos as mesmas graças, que estes já tinham obtido d'aquella suposta Auctoridade, para o fim de serem os actos, que permitem essas graças, ou legitimamente feitos ou revalidados. Tudo herão embarço, tudo hera confusão, tudo desordem e anarchia na Provincia e na Igreja!

Em tão triste estado de couzas, nós não nos contentamos somente com deplorar, com dirigir-vos admoestaçoens, e rogar a Deos pelo vosso bem espirital. O nosso dever exigia alguma couza mais, e nós o fizemos. Tudo quanto podia attenuar a gravidade dos malles espirituaes, que vós soffreis, nós o praticamos, aguardando empregar o ultimo efficaz remedio, quando a Divina Misericordia, dobrando-se ás supplicas de todos os brasileiros se dignasse de feixar o abysmo em que vos ieis precipitando. A todos os Sacerdotes que haviam communicado com o intitulado Vigario Apostolico e que a nós se dirigião, nós os rehabilitamos no Sancto Ministerio, mediante as condições, que elles cumprirão de se mostrarem arrependidos de tão criminozo passo, e de fazerem certos exercicios espirituaes. A' alguns rev. Vigarios Foraneos e Parochos, que mantiveram communicação com nosco (e não poucos em toda a campanha mantiverão-na), delegamos poderes e jurisdição que podemos delegar, recommendando-lhes desenvolverem-na em beneficio dos subjeitos ás suas jurisdições, não

só para sanarem-se os males que se havião feito, resultado de hum poder nullo, como para obstar-se a que semelhantes escandalos se repetissem. Outro tanto concedemos á alguns poucos Sacerdotes, que no tempo em que falamos, seguirão d'esta Côrte para essa provincia, e tinhão de penetrar a campanha; mas para exercerem os poderes que lhes delegamos, somente no fôro da consciencia, ou se tãobem no exterior, unicamente nos lugares em que não ouvessem Parochos, ou Vigarios da Vara. O nosso fim, nestas extraordinarias concessões, hera ao mesmo tempo que proviamos o bem espirital de nossos filhos, desviamol-os de recorrer ao ultimo Vigario, digo ao intitulado Vigario Apostolico, que com effeito, pensamos nós depor d'estas providencias, poucos actos exerceu do seu usurpado ministerio, poucos herão os que ouvião a voz do falso Pastor.

Em 21 de Janeiro de 1841, nós tivemos participação official que S. M. o Imperador houvera por bem amnistiar a um Sacerdote: o qual constou-nos tãobem que se avia retirado do meio dos rebeldes e se dispunha a partir para esta Côrte. Depois disto julgamos que não tinhamos que entender com esse Sacerdote, que daria conta a Deos do seu procedimento n'essa provincia, e ouviria de nossa bocca quando se nos apresentasse, os conselhos, e admoestações que a nossa fraqueza podesse suggerir-nos, em ordem e acautelar a sua consciencia, tão profundamente gravada por aquelle seu procedimento. Proceguimos, porém, no mesmo systema de sanar os males da Provincia pelo meio que aviamos adoptado, de auctorizações e delegações especiaes a diversos Parochos e Sacerdotes, conforme os lugares em que se elles achavão, e a confiança que merecião. Mas, para reunir em uma só auctoridade todas essas faculdades disperças, já que, triumphando a legalidade de dia em dia, as communicações erão faceis; esperando que de hum centro na capital da Provincia as providencias partiriam com promptidão e conhecimento de cauza, restauramos a Vigararia Geral d'essa Provincia que deixara de existir desde a morte do nosso Antecessor, de feliz memoria, dando por séde d'essa Vara a Cidade de Porto Alegre, e encarregando as suas importantes funcções a um sacerdote da maior confiança, e estima na referida Provincia. Damos hum novo regimento, pelo qual tem a Vigararia Geral n'essa parte do Bispado, amplas faculdades. Esta providencia foi bem acceita e geralmente applaudida na Provincia, cuja Igreja veiu a ter dentro em si mesma e para o seu andamento regular, e progressivo florescimento, todos os meios compatíveis com a sua dependencia da Cidade Episcopal n'esta Côrte.

Estas, meus caros filhos, forão as providencias até aqui dadas, vós o sabeis, em favor da vossa Igreja. Hoje porém que a Divina Providencia se dignou conceder-nos o beneficio da Paz, um novo dever, para nós vamos cumpril-o. O Governo de S. M. o Imperador acaba de nol-o recommendar. Consiste elle em sanar os males que ainda restão por sanar, na applicação desse de que ainda ha pouco vos

fallamos, ultimo, e efficaz remedio. A vista, pois, de todo o expendido, e desejando quanto podermos no Senhor, curar os males que advierão na Provincia do Rio Grande do Sul, do exercicio da jurisdicção Episcopal por um Sacerdote que ali usurpou, durante a guerra civil, o nome e as funcções de Vigario Apostolico, nós tomamos as seguintes providencias, depois de ouvir o voto e conselho de alguns membros do nosso Illmo. e Revmo. Cabido.

A execução d'estas providencias nós a commettemos aos Rev. Parochos da sobredita Provincia, Vigarios da Vara e especialmente ao Revmo. Conego Vigario Geral, cada hum na parte que lhe diz respeito, e cujas jurisdicções ficam applicadas somente nos termos e para execução das referidas providencias.

— Jesu Christi Nomine invocato. Artigo 1.º — Cumpre distinguir as graças espirituaes concedidas pelo intitulado Vigario Apostolico, que tiveram por objecto dispensar os impedimentos dirimentes do Matrimonio, conceder licença a Sacerdotes para ouvirem confissoens, e exercerem outros poderes que he costume exercerem-se no fôro Sacramental: auctorisar ou dar licença a Sacerdotes para solenisarem os Matrimonios, não sendo elles legitimos Parochos, ao menos de hum dos contraentes, e por para reger Parochias a Sacerdotes: cumpre, dizemos, distinguir estas graças, de outras que verçarão sobre objectos, que não os que deixamos especificados. Cumpre tãobem distinguir as graças que forão concedidas por um certo tempo, daquellas que o forão perpetuamente, ou sem limitação de tempo.

Artigo 2.º — As graças que verçarão sobre os objectos que não os especificados no artigo antecedente, são sanadas e revalidadas, como se emanado tivessem de uma auctoridade legitima, e os fieis de que digo e os fieis que de taes graças fizeram uzo, absolvidos por nós de quaesquer censuras e penas Ecclesiasticas, em que por semelhante cauza possam ter incorrido.

Artigo 3.º — O favor do artigo antecedente comprehende as graças que forão concedidas por determinado tempo, mas sómente em quanto durar, e até que expire esse tempo; e não impõe ao nosso Rev. Vigario Geral, ou a quem direito for, obrigação de renovar taes graças, depois de passado do seu tempo. Sómente serão renovadas se assim pedirem as circumstancias dos aggraciados, e a disciplina e os uzos da Diocese o permittirem.

Em quanto as graças perpetuas, depende essencialmente, para serem sanadas e revalidadas, da sua apresentação ao Rev. Vigario Geral, que as concederá unicamente nas circumstancias acima indicadas.

A apresentação será feita dentro de seis mezes, depois de publicada a presente Pastoral na Cappital da Provincia, e nas diversas Parochias d'ella, e passado este prazo semelhantes graças serão consideradas não feitas, e por isso illegitimo o seu uzo.

Artigo 4.º — Pelo que respeita ás licenças concedidas a Sacerdo-

tes para ouvirem confissões e exercerem outros poderes, que he costume exercerem-se no tribunal da Penitencia, nós igualmente as ratificamos e roboramos, até que sejam apresentadas ao nosso Revmo. Vigario Geral, dentro do prazo de seis mezes, na forma do artigo antecedente, e isto que tinham sido as sobreditas licenças concedidas por tempo que ainda não expirou, quer perpetuamente. O nosso Vigario Geral, que nenhuma obrigação fica tendo, pela presente Carta Pastoral, de prorogar taes graças, sómente o fará se assim entender necessario para o bom serviço da Igreja, os agraciados tiverem as habilitações de direito para tão melindroso encargo, e guardada a Disciplina, e os uzos d'esta Dioceze. As licenças que não forem apresentadas dentro do prazo fixado, serão julgadas nullas e consequentemente tãobem nullo o seu exercicio. Aos R. R. Sacerdotes, que ouviram confissões, e exercerão, por occasião dellas, poderes espirituaes, nós o relevamos de quaesquer penas ecclesiasticas, e os absolvemos de quaesquer censuras, em que devão ou possam ter incorrido por semelhante facto. Em quanto aos fieis, que taes confissões fizeram, nós não os inquietaremos se por ventura se confessarão em boa fé, mas aos que se confessarão, sabião do defeito da licença ou duvidarão da validade das confissões, á respeito d'estes nós dizemos, que são obrigados a reiterar suas confissoens. Tal he o uzo da Igreja em cazos semelhantes, fundado na doutrina dos theologos e dezição da Santa Sé.

Art. 5.º — Os Matrimonios que forão solemnizados por Sacerdotes de licença do intitulado Vigario Apostolico, não tendo elles sido legitimos Parochos, ao menos de algum dos contrahentes, são validos e como taes serão considerados, julgando-se legitima a prole se porventura os que assim se cazaram estavam na boa fé a respeito do poder d'esses sacerdotes para abençoar suas nupcias, serão porem revalidados os cazamentos d'aquelles que sabião da falta do poder de taes sacerdotes, e duvidarão ou duvidam dos seus cazamentos.

E tãobem no fóro da Igreja em cazos semelhantes, fundado nos mesmos principios de que acima fallamos.

Para facilitar as revalidações, nós auctorisamos a qualquer dos R.R. Parochos, que o foi de hum dos contraentes, para proceder a este acto sem nem huma formalidade previa, que todas havemos por dispensadas a excepção da que he essencial aos Matrimonios; e poderão revalidal-os fóra da Igreja Matriz, em qualquer Capella ou Oratorio, ainda levantado expressamente para isto, em caza particular, de dia, ou de noite. Esta auctorização aos R. R. Parochos durará seis mezes, contados da publicação da presente Pastoral na Capital e Parochias da Provincia. E aos R.R. Sacerdotes que em virtude das licenças, de que tratamos, dadas pello intitulado Vigario Apostolico, solemnizarão Matrimonios, nós os relevamos das censuras e penas de Direito, como nos Artigos antecedentes, e bem assim as testemunhas que prezençarão esses cazamentos.

Art. 6.º — Sanamos e roboramos todos os actos do regimem Parochial, exercidos por Sacerdotes auctorizados pelo intitulado Vigario Apostolico para reger algumas Freguezias absolvendo ao mesmo tempo, e relaxando a esses Sacerdotes de quaesquer censuras, e penas de Direito, em que por isso tenham emcorrido. Excetuando sómente os actos de ouvir confissões, e de assistir ao casamento, a cujo respeito regerá a doutrina e disposição dos artigos 4.º e 5.º. Si alguns dos mencionados Sacerdotes, em virtude da sobredita auctorização ainda se acharem em exercicio de alguma Parochia, apresentar-se-ão dentro de seis mezes na forma já estabelecida n'esta Pastoral ao R.mo Conego Vigario Geral. Este que na he obrigado a mandar esses Sacerdotes para as mesmas Igrejas, sómente concederá isto, se não ouver escandalo, a Parochia estiver vaga, ou o Parocho collocado impedido, e o Sacerdote de que se trata, fôr digno pelloos seus conhecimentos ou virtudes, do officio de cura d'almas.

Art. 7.º — As dispensas dos impedimentos Matrimoniaes, dadas pello intitulado Vigario Apostolico, nós as sanamos, revalidando e roboramos, como se tivessem partido de huma Auctoridade legitima e competente, uma vez que essas dispensas não houverem tido por objecto tirar impedimentos que nós não podemos relaxar em virtude das delegações Pontificias.

Consequentemente as pessoas que se cazaram em virtude taes dispensas tem de revalidar os seus casamentos, prestando hum novo consentimento em face da Igreja, i. é, na presença do legitimo Parocho, ao menos de huma dellas, e diante de duas ou trez testemunhas. O mesmo, e por uma razão de mais, deverão fazer aquelles que por força, das ditas dispensas se cazarão perante Sacerdotes que não herão legitimos Parochos ao menos de hum dos contraentes.

E para facilitar essas revalidações se concede o mesmo favor de que trata a 2.ª parte do artigo 5.º.

As pessoas que sabendo que os seus impedimentos lhes não podião ser dispensados pela auctoridade a que recorrerão, não obstante cazarem-se com taes impedimentos, nós as absolvemos, e relaxamos de quaesquer censuras e pena Canonicas em que o incorrerem.

Art. 8.º — A disposição dos artigos antecedentes, sanando, revalidando e roborando as graças espirituas concedidas pelo intitulado Vigario Apostolico da Provincia do Rio Grande do Sul, he applicavel, e terá amesma execução a respeito de iguaes graças, que concedidas ou praticadas, forão por qual quer outros Sacerdotes, que a isto se prestarão por insinuação ou em serviço do Governo Revolucionario durante a guerra civil n'aquella Provincia.

O nosso R.mo Vigario Geral, R.R. Foraneos, e Parochos da Provincia do Rio Grande do Sul dar-nos-ão conta da execução das presentes providencias cada uma na sua parte que lhe toca, informando-nos circunstanciadamente de tudo quanto fizerão por virtude das mesmas, providencias.

E para que chegue á noticia de todos, mandamos publicar a presente Carta Pastoral, que será lida á Estação da Missa Conventual em todas as Parochias da Provincia do Rio Grande do Sul, e registada nos livros dellas, como he de estylo, enviando-se exemplares ao R.mo Conego Vigario Geral e aos R.R. Vigarios Foraneos da mesma Provincia. Dada nesta Côrte, e rezidencia Episcopal do Rio de Janeiro, sob o nosso signal e sello das nossas armas, no segundo dia da oitava da Pesca do Espirito Santo, 13 de Maio de 1845. E eu o Conego Jozé Antonio da Silva Chaves, Secretario do Bispado e da Camara Ecclesiastica a subscrevi. = Manoel Bispo — Cappelão-Mor = Conde Irajá = Lugar do Sello = Chaves — Carta Pastoral que S. Ex.^a R.ma. o Senhor Bispo Capellão-Mor Conde de Irajá, houve por bem mandar publicar, contendo providencias á cerca da Igreja do Rio Grande do Sul, depois da pacificação d'essa Provincia = Para V. Ex.^a R.ma ver e assignar. Eu Feliciano J. Coelho. Escrivão do Auditor Ecclesiastico que o escrevi e assignei. — **Feliciano J. Coelho.**

(Copiado fielmente do **Livro do Tombo, de Rio Pardo**, fôlha 43 até 49).

O BARÃO DO RIO BRANCO

E A GUERRA DOS FARRAPOS

Otelo Rosa

Historiador eminente, de uma capacidade invulgar de pesquisa, principalmente no tocante aos nossos assuntos militares, José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, haveria certamente de ocupar-se da revolução farroupilha. Um dos seus primeiros trabalhos de história, talvez mesmo o primeiro, versou sobre uma figura militar do Rio Grande do Sul: o General José de Abreu.

Estudante de direito, na academia de S. Paulo, com vinte anos de idade, Rio Branco escreveu o "Esboço biográfico do general José de Abreu, barão do Serro Largo", publicado na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", volume 31, parte segunda, de 1868, páginas 62 a 135.

Nessa biografia, Rio Branco escreve que José de Abreu — "é, na verdade, um dos vultos mais eminentes e distintos da nossa história", acrescentando que "duas vezes livrou êle a província de S. Pedro do Rio Grande do Sul da invasão estrangeira; dezanove vezes bateu-se nos campos de batalha".

Ainda sobre o Rio Grande do Sul, há pouco tempo encontrei umas linhas interessantes de Rio Branco. Tinha êle o hábito de anotar cuidadosamente os livros que examinava; e n'um dêles, "História da campanha do Sul em 1827. Batalha de Ituzaingo", de Eunápio Deiró, escreveu a nota que em seguida transcrevo, datada de 1866, e que está no "Dicionário bio-bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional", de Argeu Guimarães, páginas 158-159:

"— Não é uma história da campanha: é uma defesa do marquês de Barbacena, que pretendeu justificar-se do revêz de Ituzaingô, lançando toda a responsabilidade sobre os chefes rio-grandenses e sobre a cavalaria da mesma província. O marquês, que era "general em chefe", defende-se dizendo que, até à batalha, se "deixou levar" pelos mesmos chefes, isto é, foi dirigido em vez de dirigir; e perdeu a ba-

talha porque quasi toda a cavalaria rio-grandense portou-se mal. Lendo-se, porém, os seus próprios documentos, vê-se que essa accusação só poudo ser e foi formulada por êle contra os seguintes corpos: Voluntários do barão de Serro Largo, 550 homens; Regimento 24 de Milícias (Guaranís) 154 homens; Regimento 39 de Milícias (de Serro Largo) 181 homens; Guarda da bagagem (lanceiros guaranís) 127 homens. — 1012 homens. Esses corpos, porém, foram lançados fóra do campo de batalha por forças muito superiores, e muitos dos seus officiáis e soldados ficaram mortos ou feridos no campo. Em notas margináís mostro que muitos dos documentos publicados aquí foram truncados e adulterados”.

Monarquista de convicção inabalavel, Rio Branco não poderia ter simpatia pela revolução de 1835. Não raro, os seus julgamentos sôbre homens e feitos do decênio revestem-se de certa injustiça, ou padecem do vício da inexatidão. Várias causas contribuíram para isso. Em primeiro lugar, a formação do espírito do grande chanceler brasileiro. A revolução farroupilha, para Rio Branco, não poderia deixar de ser um movimento separatista, uma tentativa de ruptura da unidade nacional que êle, como muitos outros, considerava indissociavel do regime monárquico. Aliás, a arguição era facil e comum; o historiador Jonatas Serrano acentúa com muita procedência que as primeiras tentativas de independência no Brasil, bem como as revoltas que se lhe seguiram, assumiram sempre caráter republicano e eram, por isso, classificados sempre como “movimentos separatistas”.

A tendência espiritual de Rio Branco, porém, não comprometeria jamais a sua probidade de historiador, de que deu provas excelenets e constantes. E é aí que ocorrem outras causas:

1.^a — confiar demais nos dados e informações da célebre “**Memória**”, de Alencar Araripe, não podendo acompanhar as retificações e corrigendas, que de logo lhe foram opostas, mas publicadas apenas no Rio Grande;

2.^a) — não dispôr, ao tempo em que escreveu, dos elementos de estudo e de confronto que estão hoje ao nosso alcance.

De qualquer forma, a contribuição de Rio Branco, nas suas “**Efemérides brasileiras**, sôbre a revolução farroupilha, é de inegável valor. Vamos, assim, trasladar cuidadosamente para as páginas da nossa **Revista** todas as efemérides que se referem ao decênio, apondo-lhes ligeiras notas, procurando corrigil-as no que nelas houver de engano ou erro, à luz da documentação mais completa, hoje existente.

Dada a proximidade do Congresso de História sôbre a paz de 1845, e o fato de não ser o livro de Rio Branco de facil e cômoda aquisição, parece-nos de interesse essa divulgação, que terá ainda o efeito de propiciar aos estudiosos da matéria a análise e o esclarecimento de pontos ainda controversos.

EFEMÉRIDES

4 de Janeiro

1837 — Bento Manoel Ribeiro ataca pela madrugada em Pedras Altas os insurgentes comandados por Neto. Estes retiraram-se para o Candiota, ativamente preseguidos, e perderam durante a retirada 5 canhões e muitos mortos e dispersos. Neto atravessou a fronteira, passando-se com a sua gente para o Estado Oriental. Depois regressaram ao território brasileiro pela fronteira do Pirahi. (1).

9 de Janeiro

1839 — Bento Gonçalves anuncia a transferencia da capital da República Rio-Grandense de Piratinin para Caçapava.

11 de Janeiro

1843 — O general Caxias atravessa o S. Gonçalo, e marcha para S. Lourenço, dando assim começo ás suas operações contra os separatistas do Rio Grande do Sul.

12 de Janeiro

1840 — Combate de Curitibanos (Santa Catarina), também chamado da Forquilha, em que o tenente-coronel Antonio de Mello e Albuquerque, da Guarda Nacional, derrota os revolucionários riograndenses, comandados por Joaquim Teixeira Nunes. Os vencedores eram 400 voluntários e guardas-nacionais da Cruz Alta; os vencidos, 450 homens, orgulhosos da vitória que acabaram de alcançar (14 de dezembro de 1839) sobre o brigadeiro Cunha. O então capitão-tenente Garibaldi comandava a infantaria de Teixeira Nunes, cujas perdas foram muito grandes.

15 de Janeiro

1836 — José de Araujo Ribeiro toma posse, na cidade do Rio Grande, da presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, quasi toda dominada então pelos revolucionários. (2)

(1) Refere-se aos chamados combates do Veleda e de Candiota, nos dias 3 e 4 de janeiro de 1837, entre forças comandadas por Neto e Bento Manoel. Derrotado, Neto excursionou rapidamente fóra da fronteira, reingressando sem demora no Rio Grande do Sul.

(2) Sobre a posse de Araujo Ribeiro possuímos o original do seguinte documento:

“Illmos. Sres. — Tendo sido hoje juramentado, e empossado da Presidência da Prov., perante a Camara Municipal desta Cide., o Dr. José de

18 de Janeiro

1844 — Morre em Caçapava, onde comandava uma divisão de tropas do exército em operações, o brigadeiro Felipe Nery de Oliveira. Como oficial subalterno, distinguuiu-se na guerra da Península, e, como oficial superior e comandante de cavalaria, em todas as nossas campanhas da Banda Oriental e do Rio Grande do Sul, desde 1816 até 1844.

26 de Janeiro

1842 — Combate do Passo do Camaquã, ou Passo de Mendonça, em que o tenente coronel Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) destroça completamente uma coluna de cavalaria, comanda por Bento Gonçalves da Silva, chefe da revolução riograndense.

29 de Janeiro

1840 — Os tenentes-coronéis da Guarda Nacional, Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) e Andrade Neves (depois barão do Triunfo), destroçaram os destacamentos dos revolucionários rio-grandenses em Sanga da Bananeira, perto de Pôrto Alegre. Os separatistas (3) perderam 53 mortos e prisioneiros. A cavalaria (Guarda Na-

Araujo Rib.º, para cujo cargo fora nomeado pelo Regente em Nome do Imperador por Carta Imperial de 18 de Outubro do anno passado: assim o communico a V. Sas. p.ª que o fação publico no seu respectivo Municipio.

Ds. Ge. a V. Sas. Paço da Camara Municipal do Ro. Grde. em Sessão de 15 de Janr.º de 1836 — João da Costa Gualarte — Preside. — Franco. José das Neves — Secretario.

— Ilmos. Snres. Preside., e Vereadores da Camara Municipal da V.ª de Piratinim”.

Um mês depois de empossado, Araujo Ribeiro dirigia á Assembléa Provincial o seguinte officio, também de nosso arquivo, em original:

“Senhores da Assembléa Legislativa da Provincia.

Usando do direito que me compete á vista do paragrapho 2.º do Artigo 24 da Lei das Reformas Constitucionaes, resolvi encerrar a vossa presente sessão extraordinaria por assim o exigir o bem da Provincia; o que vos communico para que tenhaes por terminada a mesma sessão.

Deus vos Guarde mtos. annos — Cidade de Pelotas aos 15 de Fevereiro de 1836 — Je. de Araujo Ribeiro”.

(3) Frequentemente se encontrará, nestas Efemerides de Rio Branco, a expressão **separatistas** aplicada aos revolucionários rio-grandenses de 1835. Já, no preâmbulo, procuramos explicar o fato. E não julgamos necessário nos deter em maiores explanações. E’ hoje ponto pacífico. A quasi unanimidade dos historiadores brasileiros, fóra do Rio Grande do Sul, faz justiça ás verdadeiras intenções dos farroupilhas. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em numerosos volumes da sua “Revista” examinou e re-examinou a tese, provando documentadamente a sua im-

cional), composta de 250 homens, teve neste choque um morto e alguns feridos.

14 de Fevereiro

1839 — O governo revolucionário do Rio Grande do Sul (República Rio-grandense) retira-se de Piratinin, mudando a sua sede para Caçapava.

24 de Fevereiro

1838 — Combate de S. Gonçalo — (Guerra dos Farrapos). — Em número de mais de 1.000 homens das três armas, tentam os rebeldes, comandados por Netto e Crescencio, forçar a passagem do rio S. Gonçalo, em cuja margem construíram, para aquele fim, uma bateria. Foi esta posição bombardeada pelas canhoneiras ns. 1 e 6, ao mando, respetivamente, dos primeiros-tenentes Manuel Maria de Bulhões Ribeiro e Antonio José Francisco da Paixão, que colocaram aquelas embarcações ao alcance da metralha do inimigo. Durou o fogo desde as 4 horas da tarde até ao escurecer, vendo-se os rebeldes na contingência de abandonar o forte que, segundo Garcez Palha, "cheio de sanguinolentos vestígios do combate, foi arrasado". (4)

28 de Fevereiro

1845 — Tendo sido decretada, para os que depuzessem as armas, ampla anistia, em 18 de dezembro de 1844 (veja essa data), David Canavarro, (5) chefe dos rebeldes do Rio Grande do Sul, depois de reunirem em Ponche Verde um conselho de oficiais de todo o seu exército e obtido o assentimento dos mesmos, proclamava a aceitação da mencionada anistia, nos termos do referido decreto imperial. A 1.º de março (veja essa data) o barão de Caxias proclama, a seu turno, a pacificação da província, da qual era presidente e comandante das armas desde 9 de novembro de 1842. (6) —

procedência. Sócios do Instituto, em trabalhos individuais, fizeram-no também. Rio Branco jogava mais, no seu estudo, com documentos de origem oficial: para estes, é natural, convinha insistir na arguição... Também de documentos oficiais, Rio Branco extraía dados e informações sobre combates, efetivos das tropas, etc. Daí, muitos enganos e exageros, posteriormente elucidados com a publicação e a análise de documentos, que Rio Branco não conheceu.

(4) Leia-se, neste mesmo volume, as "Efemerides Navais", de Garcez Palha, anotados pelo nosso confrade Walter Spalding, de util consulta em todos os episódios da guerra naval.

(5) Rio Branco grafa, sistematicamente, Canavarro. Entretanto, o chefe farroupilha sempre assinou o seu nome — David Canabarro —, como é facil averiguar em documentos autógrafos.

(6) E' este, talvez, o mais grave equívoco de Rio Branco. Os revolucionários de 1835 não depuzeram as armas porque lhes houvesse o go-

1.º de março

1845 — O barão (depois duque) de Caxias proclama a pacificação da província do Rio Grande do Sul (veja 18 de dezembro de 1844 e 28 de fevereiro de 1845).

23 de março

1837 — É preso no Passo do Tapeví o presidente da província do Rio Grande do Sul, brigareiro Antero José Ferreira de Brito, pelo comandante das armas da mesma província, brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, que assim abraça outra vez a causa dos republicanos "farrapos".

24 de março

1843 — É desta data o tratado que D. Tomás Guido, como representante da República Argentina perante o governo do Brasil, assinou no Rio de Janeiro com o ministro de Extrangeiros Honório Hermeto Carneiro Leão (depois marquez do Paraná) e que se destinava principalmente a pôr termo á guerra dos Farrapos. Ratificado por parte do Império a 27 do mesmo mês e ano, não o foi por parte de D. Juan Manoel Rosas, presidente da Confederação Argentina. É provavel que esta recusa do ditador argentino tenha muito influido para a attitude posterior da política brasileira em relação ao Rio da Prata. (7) —

vêrno imperial concedido anistia. Negociaram uma paz honrosa, quer perante o próprio governo, no Rio de Janeiro, por intermédio de seu embaixador, Antonio Vicente da Fontoura, quer directamente com o grande Caxias, que encaminhou e concluiu superiormente essas negociações, com um admirável senso patriótico, e uma elevada e humana compreensão do fenómeno político e social, que foi a revolução farroupilha. As doze condições de paz estipuladas já foram diversas vezes publicadas. Consulte-se, a respeito, a nossa REVISTA, ano de 1928, onde foi divulgada completa documentação sobre a paz de Poncho Verde, tais como: a ata de 25 de fevereiro, a que alude Rio Branco; a proclamação de Canabarro, de 28 de fevereiro; a de Caxias, de 1.º de março; as condições de paz, etc.

— Rio Branco grafa Ponche Verde, nós, porém, aceitamos como verdadeira, por genuinamente portuguesa, a grafia PONCHO Verde.

(7) Certos defensores da tese — **platinismo e separatismo** — dos farrapos argumentam, não raro, com o fato de haver Bento Gonçalves, como presidente de República, assinado com Fructuoso Rivera, convênios de auxílios mútuos. Argumento fragil, pois que o governo do Império não vacilou também em assinar uma convenção com o ditador argentino, D. Juan Manuel de Rosas. São casos idênticos: auxílios de natureza militar, de ordem material. Há, sobre esses auxílios ao Império, uma carta de Manoel Oribe a Caxias, em 10 de maio de 1843, e uma de Caxias ao ministro da guerra do Brasil, de 16 de Julho de 1843, remetendo-lhe o original da missiva de Oribe.

E' preciso não esquecer ainda que defenderam a causa imperial, durante o decênio, oficiais platinos, como Bonifácio Isás Calderon, que mor-

7 de Abril

1836 — Rendição de Pelotas aos dissidentes do Rio Grande do Sul, dirigidos por João Manuel de Lima e Silva. Comandava os legalistas o então major Manuel Marques de Sousa (conde de Pôrto Alegre), o qual houve de render-se, após energica resistencia a forças muito superiores e depois de informado da derrota do coronel Albano de Oliveira. Este chefe ficou também prisioneiro e foi fuzilado pelos vencedores. Era um antigo official de milicias, que muito se distinguira como comandante de guerrilhas nas campanhas com Artigas e como tenente-coronel na guerra de 1825 a 1828, sendo então ferido na batalha de Ituzaingo. (8)

reu brigadeiro do exército brasileiro, como brigadeiro do mesmo exército foi o referido Fructuoso Rivera.

E' expressivo e eloquente o seguinte officio, dirigido por Bento Manoel ao dr. José de Araujo Ribeiro, presidente da Provincia:

— “Cumpre-me participar a V. Exa. que da força emigrada com o general Rivera, a metade foi desarmada, e a outra se acha engajada ao nosso serviço, e servindo na força existente no Departamento de Alegrete sob as ordens do Coronel Calderon — Deos guarde a V. Exa. — Campo nas pontas do arroio Velhaco, 1.º de dezembro de 1836 — Bento Manoel Ribeiro”.

— O ponto de vista dos farrapos, em relação ao Prata, está admiravelmente definido na carta, que vamos transcrever, escrita a Bento Gonçalves, em 1832, pelo dr. Marciarno Ribeiro, que exerceu em 1835 a presidência da Provincia, em nome da revolução:

— “Meu estimado coronel — Tenho que responder a sua distincta, de que foi portador o general oriental emigrado, João Lavalleya, em a qual V. S. me diz ouça o dito general sobre propostas politicas que vinha fazer aos homens do partido republicano, nesta.

Creio não avango juizo exagerado, dizendo que o plano Lavalleya é absurdo.

Nós devemos tomar do sr. general os elementos subalternos de que póde dispôr, porém não dar-lhe ingerencia em nossos assumptos, desde que conhecemos sua arriêre-pensée e muito menos propender a restabelece-lo no poder, idéa que persegue em seu paiz, cujo estado politico devemos deixar dormir.

Quanto ao seu plano, basta, só meditar que, conseguida a desmembração do Rio Grande, o prejuizo seria para esta provincia, parte integrante do pretensu Quadrilatero dos de Corrientes, Entre-Rios e Provincia Oriental. Segregada politicamente a Provincia do Rio Grande do resto do Imperio virá a ficar submettida por compromissos de aliança e outros inconvenientes a inimigos (pois sempre o foram) que tiraram o melhor partido desta desmembração. O movimento riograndense não deverá nunca perder o seu character eminentemente nacional; deve apoiar-se em elementos, e em politica essencialmente brasileira”.

(8) Albano foi morto pela escolta que o conduzia, que alegou tentativa de fuga; o fato até hoje não foi perfeitamente esclarecido, sendo certo, porém, que a morte desse official ocorreu na ausencia dos chefes revolucionários responsáveis.

Aceitando a versão do fuzilamento, Assis Brasil é severissimo no julgamento de Albano, escrevendo na “Historia da Republica Riograndense”:

8 de Abril

1837 — Ocupação de Caçapava pelos republicanos do Rio Grande do Sul, comandados por Netto, e rendição do coronel João Chrysostomo da Silva. Foi este acontecimento a primeira consequência da defecção de Bento Manuel.

12 de abril

1867 — Falece no Rio Grande do Sul o brigadeiro honorário David Canavarro (veja 22 de agosto de 1793).

17 de abril

1839 — O major Francisco Pedro de Abreu (depois brigadeiro honorário e barão do Jacuí) é ferido e rechassado, atacando Garibaldi, que se encerra em uma casa na barra do Camaquã, Lagôa dos Patos.

22 de abril

1836 — O capitão Pinto Bandeira, á frente de 400 legalistas, é derrotado em Mostardas (Rio Grande do Sul) por Onofre Pires da Silveira Canto. Pinto Bandeira foi morto em combate, segundo uns; segundo outros, foi assassinado, estando prisioneiro.

27 de abril

1840 — Morre repentinamente, estando á frente da cavalaria imperial no Passo do Azeredo, perto de Pôrto Alegre, o general Bonifácio Isás Calderon. (9)

“Quanto ao coronel Albano de Oliveira Bueno, mandou-o fuzilar na frente da tropa. Este ato, que os inimigos atribuíram á repugnante perversidade, praticado por um homem tão virtuoso como João Manoel de Lima e Silva, moço, esclarecido, bravo e generoso, não podia deixar de ser inspirado por alguma razão poderosa, que o desculpasse. De fato, essa razão existia. Albano não residia no Brasil, era estancieiro no Uruguai. Era um aventureiro mercenario que tinha vindo á provincia com 120 estrangeiros pagos a dois patações por dia, com o dinheiro do proprio povo cujo sangue vinha derramar. O ex-presidente Braga e Silva Tavares haviam-n'o engajado para esta infamissima missão”.

(9) Calderon morreu no passo do Azevedo, no arroio Gil, município de Triunfo. Seu corpo foi conduzido para esta capital, e aqui inhumado, como consta de officio do então presidente da Provincia, Saturnino de Souza e Oliveira ao ministro da Guerra. Sobre a morte de Calderon, Francisco Pedro de Abreu, nas suas “Memorias”, dá a seguinte pitoresca noticia:

“— No Azevedo, se promoverão só algumas guerrilhas, no dia que se avistarão os dous exercitos, e na ocasião das Guerrilhas estando o Comm. da Cavalaria legal, o Brigdro. Bonifacio Caldeirão, em casa do Azevedo Farrapo, e tomando ahi um chá ou caldo, e montando a cavallo aproximou-se as Guerrilhas a dar huma ordem, emediatemente cahiu do cavallo abaixo, sem ser de bala, nem ferimento algum Morto”.

30 de abril

1838 — Uma divisão do exército imperial no Rio Grande do Sul, comandada pelo general Sebastião Barreto, é completamente derrotada no Rio Pardo pelo exército republicano, ás ordens do general Bento Manuel Ribeiro. — (10)

3 de maio

1840 — Batalha de Taquarí, entre o exército imperial, ao mando do general Manuel Jorge Rodrigues, e o republicano do Rio Grande do Sul, dirigido por Bento Gonçalves. O general Rodrigues teve o título de Barão de Taquarí, em recompensa dêsse feito de armas. (11)

11 de maio

1837-1838 — Começa neste dia, em 1837, o segundo assédio de Pôrto Alegre pelos republicanos do Rio Grande do Sul, e em 1838 o terceiro assédio.

26 de maio

1843 — Batalha de Ponche Verde, em que o general Bento Manuel Ribeiro repele o exército republicano do Rio Grande do Sul, dirigido pelo presidente Bento Gonçalves e pelo general David Canabarro. (12)

30 de maio

1865 — Morre em Pôrto Alegre o marechal do exército, reformado, Bento Manuel Ribeiro, um dos mais famosos comandantes de cavalaria que temos tido. Tomou parte em todas as guerras do Sul, desde 1801 até 1851. Nas campanhas de 1817 a 1820 alcançou as vitórias de Belém, Caleza de Barquiú, Pevicho-Berna, Arroyo de la Chiva, Que-

(10) Quem comandou em chefe o exército republicano, no combate de Rio Pardo, foi o general Antonio Neto. Bento Manoel aí se achava, como Canabarro e outros, no comando de forças.

(11) Em Taquarí não houve, propriamente, uma batalha, em maio de 1840. Houve, sim, uma grande, talvez a maior concentração de forças legalistas e republicanas durante o decênio, forças essas que não se empenharam, fatalmente, em luta. No dia 3 de maio, no passo do rio Taquarí, houve um sangrento combate, mas parcial e rápido. O assunto está perfeitamente desenvolvido em "A revolução farroupilha", do general Tasso Fragoso.

(12) O combate de Poncho Verde não foi uma vitória dos imperia-listas. O chefe das forças legais, Bento Manoel Ribeiro, foi ferido, deixando em mãos dos revolucionários cavallhada e bagagem, e até a sua "carretilha", de uso pessoal. Na opinião mais comum, foi um combate indeciso. Até mesmo no juizo de Bento Manoel que, na sua comunicação ao barão de Caxias, compara o combate de Poncho Verde á batalha do Passo do Ro-

quay-Chico e Arroyo-Grande. Esse foi o período brilhante de sua vida de soldado, quando seguia os preceitos de disciplina ensinados e mantidos pelo ilustre general Curado. Bento Manuel Ribeiro nasceu em 1783 em Sorocaba.

2 de junho

1836 — Combate no rio S. Gonçalo (Rio Grande do Sul), sustentado contra as baterias dos insurgentes pelo vapor **Liberal** (segundo-tenente Joaquim Raimundo de Lamare) e pelas canhoneiras **Oceano** (segundo-tenente Santos Marques) e **São Pedro Duarte** (segundo tenente Junqueira). Os 2 primeiros navios bateram-se contra 2 baterias no passo e fôz do arroio de Pelotas, e outro com a bateria do Passo dos Negros, todas estabelecidas durante a noite na margem esquerda do S. Gonçalo. A **São Pedro Duarte** ficou quasi inteiramente destruída e foi abandonada pelo seu comandante e pela pequena guarnição que lhe restava. Os outros navios sofreram grandes avarias, mas conseguiram fazer calar o fogo dos contrários. À noite os insurgentes afastaram-se da margem, levando as suas peças e mais 2 que retiraram da canhoneira abandonada. João Manuel de Lima e Silva, que os comandara foi gravemente ferido neste combate.

5 de junho

1837 — O general Sebastião Barreto é surpreendido e destroçado, arroio Santa Barbara, pelo general Bento Manoel Ribeiro, então ao serviço da revolução rio-grandense.

1843 — David Canávarro, general das tropas republicanas do Rio Grande do Sul, é repellido em Alegrete pelo coronel Francisco de Arruda Camara, e começa a sitiar essa posição.

8 de junho

1843 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuf), entrincheirado em uma cerca de pedras, junto ao arroio Santa Maria Chica, resiste vitoriosamente com 150 guardas-nacionais aos ataques de 600 homens, dirigidos por João Antonio da Silveira, general dos republicanos rio-grandenses. Abreu teve 33 homens mortos ou feridos e recebeu dois golpes de espada na cabeça e um de lança na mão direita. Da coluna de Silveira ficaram fóra de combate 100 homens, sendo feridos Portinho, Onofre, Canto e outros oficiais. (13)

sário... “duma batalha bem parecida á que houve no Passo do Rosario no ano de 1827...” Foram os revolucionários que ficaram senhores do campo de ação. Abandonaram-no porque confundiram uma cavallhada, que se aproximava, com reforços enviados a Bento Manoel por Caxias. Consulte-se também, a respeito, o livro do general Tasso Fragoso, já citado.

(13) O combate de Santa Maria-Chica teve duas fases. A primeira, uma das costumadas surpresas de Chico Pedro que atacou inopinadamente

11 de junho

1840 — O coronel Loureiro (veja 11 de Junho) entra em S. Gabriel. rio-grandense, derrota, junto do arroio Salso, o caudilho Fileno de Oliveira Santos, e continua a sua marcha sobre S. Gabriel (veja 12 de junho). Fileno Santos foi morto neste encontro.

12 de junho

1840 — O coronel Loureiro (veja 11 de junho) entra em S. Gabriel. Os insurgentes tinham evacuado essa povoação, abandonando 3 bocas de fogo.

13 de junho

1836 — Calderón e Silva Tavares repelem no forte de S. Miguel, o caudilho Crescencio, das forças insurgentes do Rio Grande do Sul.

15 de junho

1836 — Reação em Pôrto Alegre, contra o govêrno revolucionário. Foi promovida pelo então major Manuel Marques de Sousa, depois coronel e conde de Pôrto Alegre. Ele e outros prisioneiros, secundados pela população, levantaram-se e prenderam o vice-presidente Marciano Pereira, o governador militar Silvano José Monteiro de Araujo e os principais revolucionários. O velho marechal João de Deus Mena Barreto (visconde de S. Gabriel) assumiu o comando da praça. Desde aí até a terminação da guerra civil, a cidade de Pôrto Alegre conservou-se no poder da autoridade legal.

18 de junho

1840 — Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí, surpreende na Estância do Salgado (Arroio Velhaco) o general Antonio de Sousa Neto. Este consegue fugir, perdendo o seu poncho e toda a bagagem, alguns mortos e prisioneiros. Foi morto neste encontro o coronel

os republicanos de João Antonio da Silveira, despreocupadamente acampados, semeando entre eles confusão e desordem, que teriam como consequência uma grave derrota se não fôra a homérica resistência de Carvalhinho, — Manoel Carvalho de Aragão e Silva, ou Manduca Carvalho —, e seus bravos cachoeirenses. A segunda, uma reação surpreendente e corajosa dos farroupilhas, que o inimigo já considerava totalmente vencidos, e que retornaram á pugna em cargas fulminantes de cavalaria, levando de roldão os vencedores e ferindo-lhe gravemente o chefe, o tenaz e astuto "Moringue". Resa uma tradição que a inopinada carga dos farrapos teve essa origem: na retirada, o general João Antonio deu pela falta do seu poncho, perdido em mãos do inimigo, na surpresa inicial. Voltando-se para

Affonso José de Almeida Côte Real, um dos melhores oficiais do exército republicano riograndense. (14)

1841 — O general João Paulo dos Santos Barreto, estando em marcha, repele no banhado de Inhatium um ataque do exército republicano do Rio Grande do Sul. Distinguiram-se neste conflito os comandantes João Propício Mena Barreto (barão de S. Gabriel), Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) e Arruda Câmara.

21 de junho

1844 — Ataque da vila do Jaguarão pelos republicanos do Rio Grande do Sul, ao mando do coronel Antonio Manuel do Amaral. Foram repelidos por um destacamento de marinheiros, á cuja frente se poz o primeiro-tenente Antonio Afonso de Lima, comandante da escuna *Ibicuí*, por esquadrão da Guarda Nacional, ao mando do capitão Balbino Francisco de Sousa, e por alguns cidadãos que se armaram. A referida escuna e os lanchões *Gaivota* e *Torres* apoiaram a defesa. O coronel Amaral foi morto neste combate.

22 DE JUNHO

1841 — Combate pouco importante, no passo de S. Borja, do rio Santa Maria, entre o exército imperial, ao mando do general João Paulo dos Santos Barreto, e as tropas republicanas do Rio Grande do Sul.

25 DE JUNHO

1837 — Sortida do brigadeiro Cunha. Sai de Pôrto Alegre e combate na Fortaleza. Foi morto o major Mazasredo, comandante do 8.º batalhão.

os seus companheiros mais próximos, exclamou: "Nunca o inimigo dirá que ficou com o poncho de João Antonio, quando este fugia"; e dando de rédeas ao cavalo, voltou á peleja. Os farroupilhas seguiram-no, com impeto tremendo, e foram os imperialistas, desta vez, os surpreendidos. Entrincheirado em uma casa e numas cercas de pedra, ofereceram resistência aos atacantes, que só dispunham de cavalaria, e que retiraram á aproximação de reforços enviados com presteza pelo barão de Caxias.

Os dados sobre perdas não estão exatas. Portinho não foi ferido. E Onofre Pires da Silveira Canto, de quem Rio Branco faz dois oficiais — Onofre e Canto —, nem sequer tomou parte na ação.

(14) Mais uma das surpresas de Chico Pedro... Há engano quanto á morte de Afonso Côte Real. Esse brilhante oficial republicano não morreu em combate: teve uma morte inglória e triste. Achando-se, com 2 ou 3 companheiros, na casa de Marcos Alves Pereira Salgado, — estância de Santa Bárbara —, foi aí surpreendido por uma patrulha inimiga, que deixara aproximar-se na persuasão de que fosse gente do general Neto, que aguardava nesse dia. Verificado o engano, ao transpôr a porta principal da casa, foi alvejado, caindo morto no corredor. E aí, sem luta, pôde-se dizer que assassinado, caiu uma das mais galhardas figuras do decênio.

27 DE JUNHO

1843 — Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuf) surpreende Piratinim e aprisiona José Mariano de Mattos e Joaquim Pedro Soares, dois dos principais chefes da insurreição rio-grandense.

30 DE JUNHO

1836 — Primeiro assalto de Pôrto Alegre pelos insurgentes, ao mando de Bento Gonçalves. O ataque durou três horas e foi repellido pelo marechal João de Deus Mena Barreto, visconde de S. Gabriel.

1.º DE JULHO

1866 — Morre em Corrientes o brigadeiro honorario Antonio de Souza Netto, comandante de uma brigada de voluntários de cavalaria. A frente dessa força, esteve no assédio de Paisandú e nas batalhas de Estéro-Belaco e Tuiuti.

Netto fôra general e, por algum tempo, comandante em chefe do exército republicano do Rio Grande do Sul, durante a guerra civil, terminada em 1845 (15).

5 DE JULHO

1841 — Convenção secreta sôbre auxílios recíprocos, celebrada entre Bento Gonçalves, chefe da insurreição separatista no Rio Grande do Sul, e o general Fructuoso Rivera, então presidente da República Oriental do Uruguai. (16)

6 DE JULHO

1839 — Os revolucionários do Rio Grande do Sul são desalojados da Barra e Carniça (arredores da Laguna) por um contingente de linha e de voluntários apoiado pela escuna Itaparica e por algumas lanchas armadas.

11 DE JULHO

1836 — As canhoneiras ns. 3 e 4 e o cutter *Guaraní*, descendo o rio de S. Gonçalo, no Rio Grande do Sul, forçaram a passagem do forte que os revolucionários haviam levantado na margem esquerda e reúnem-se ao vapor *Liberal* e às canhoneiras ns. 1, 2 e 5. Do meio dia até à noite, o chefe Grenfell ataca o forte com esses navios, mas sem causar-lhe grande dano.

(15) Como se vê, o separatista, o proclamador da República Rio Grandense, o herói do Seival, soube morrer dignamente, como um verdadeiro patriota, na defesa da Pátria comum.

(16) Veja-se a nota sob n.º 7.

14 DE JULHO

1839 — Os lanchões **Rio Pardo** e **Seival**, comandados por Garibaldi, saem do rio Tramandaí, e dirigem-se para a Laguna. Esses lanchões, pertencentes à flotilha dos republicanos rio-grandenses (veja 15 de julho), tinham sido conduzidos em carretas por espaço de dez leguas, desde a lagôa dos Patos até o Tramandaí. As dificuldades da operação realizada por Garibaldi tem sido muito exageradas por alguns escritores nacionais. Na guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, os corsaristas Fournier e Soriano, em duas diferentes ocasiões, fizeram viajar por terra varios lanchões, desde Maldonado até a lagôa Mirim. A História oferece-nos exemplos de empresas semelhantes e de muito maior monta. Basta lembrar que em 1439 os Venezianos transportaram em carretas, desde Rovoredo até Torbole, no lago da Guarda, uma esquadilha de 31 navios, entre os quais 6 grandes galeras. (17)

15 DE JULHO

1839 — Naufragio do lanchão **Rio Pardo** deante da barra do Aranguá (veja 14 de julho). Garibaldi, que o comandava, e 14 homens da guarnição puderam salvar-se.

16 DE JULHO

1840 — O coronel Antonio Soares de Paiva, da guarda nacional, defende vitoriosamente S. José do Norte contra as tropas separatistas do Rio Grande do Sul, dirigidas por Bento Gonçalves. O combate durou 7 horas. A guarnição compunha-se de 599 homens e teve 243 fóra de combate, ficando ferido o coronel Paiva e morto o tenente-coronel Jovita, de artilharia. Bento Gonçalves perdeu 380 dentre 1.400 homens com que entrou em ação. O lanchão **Torres**, comandado pelo capitão-tenente Gama Rosa, auxiliou a defesa.

18 DE JULHO

1847 — Falece no distrito de Pedras Brancas (Rio Grande do Sul) o general Bento Gonçalves da Silva (nascido no Triunfo a 23 de setembro de 1788), e chefe da insurreição rio-grandense de 1835 a 1845.

(17) As observações de Rio Branco não diminuem o valor da ação de Garibaldi. Convem levar em linha de conta a precariedade dos recursos com que contavam o condotieri e seus abnegados companheiros. Sobre o assunto, consulte-se, na nossa REVISTA, o trabalho de Eduardo Duarte, "Os lanchões de Garibaldi".

20 DE JULHO

1836 — Segundo assalto de Pôrto Alegre pelos revolucionários do Rio Grande do Sul. São repelidos pelo general Chagas Santos e perseguidos até Moinhos de Vento, onde tentam levantar trincheiras, que foram tomadas e destruídas. No dia 24 chega Bento Manuel Ribeiro em socorro dos defensores da cidade.

21 DE JULHO

1839 — Os revolucionários do Rio Grande do Sul apresentam-se no lado meridional da barra da Laguna e são desalojados, após curto combate, pela escuna **Itaparica** e pelo lanchão **Lagunense**.

22 DE JULHO

1839 — O lanchão **Imperial Catharinense**, comandante José de Jesus, descendo o rio Tubarão, é atacado pelos revolucionários rio-grandenses, no ponto denominado Carniça. O comandante resiste e, exgotadas as munições, queima a embarcação. O lanchão **Lagunense**, que subia o mesmo rio, foi tomado pelo **Seival**, em que estavam Garibaldi e Griggs. Recebendo essas notícias e sabendo que os revolucionários dispunham de grandes forças, o coronel Villas-Boas (Vicente Paulo de Oliveira) ordenou que os outros navios da esquadilha imperial saíssem barra fóra, e resolveu evacuar a vila da Laguna durante a noite. A escuna **Cometa** conseguiu sair; mas os outros navios, que eram a escuna **Itaparica** e o lanchão **Sant'Anna**, encalharam e assim foram atacados pelo inimigo, rendendo-se na manhã do dia seguinte.

23 DE JULHO

1839 — Os republicanos do Rio Grande do Sul, dirigidos por Joaquim Teixeira Nunes, ocupam a vila da Laguna, evacuada na noite anterior pelas forças do Governo. A escuna **Itaparica** e o lanchão **Sant'Anna**, que haviam encalhado na vespera, renderam-se a Garibaldi. Alguns navios mercantes ficaram em poder dos vencedores. Só no dia 15 de novembro foi restaurada a autoridade legal na Laguna, com a vitória naval alcançada por Mariath sobre Garibaldi.

25 DE JULHO

1839 — Proclamação da República Catarinense na vila da Laguna. O Governo, que então ali criaram as forças revolucionárias do Rio Grande do Sul, dissolveu-se a 15 de novembro do mesmo ano, com a retirada dessas forças.

2 DE AGOSTO

1836 — Grenfell, com alguns navios da esquadilha imperial, força a passagem de Itapuan, abaixo de Pôrto Alegre, e chega a esta cidade.

3 DE AGOSTO

1839 — Em Azenha, nos arredores de Pôrto Alegre, o coronel Felipe Nerí de Oliveira, que apenas tinha às suas ordens o 8.º batalhão de caçadores e o esquadrão de cavalaria de Andrade Neves, foi atacado neste dia por 2.000 homens de cavalaria e infantaria do exército republicano, e resistiu até que, acudindo o 2.º e o 3.º de caçadores, os contrários desistiram do ataque. Nerí de Oliveira foi ferido.

6 DE AGOSTO

1840 — Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuf) surpreende e derrota, perto de Capivarí, um destacamento de revolucionários, e aprisiona o imediato de Garibaldi.

12 DE AGOSTO

1837 — Combate do Triunfo, em que o coronel da Guarda Nacional Gabriel Gomes Lisboa foi vencido por forças muito superiores, ao mando de Neto, um dos caudilhos da revolução rio-grandense, — “Rende-te, coronel valente”, bradou um dos inimigos, dirigindo-se a Gomes Lisboa, no fim da ação, quando a derrota era completa e ele apenas tinha a seu lado alguns homens intrépidos. — “Um coronel brasileiro não entrega a sua espada a rebeldes”, foi a sua resposta. E preferiu morrer combatendo. — Gomes Lisboa era rio-grandense e serviu em corpos de milícias, ou de segunda linha, nas campanhas de 1811 a 1812 e de 1816 a 1820, no Rio Grande do Sul e na Banda Oriental do Uruguai. Distinguiu-se ainda nas campanhas de 1825 a 1828. Em 1826 (6 de agosto), desbaratou, em Toropasso os Corrientinos, dirigidos por López Chico (“el virtuoso general d. José López, como lhe chamou um biografo); em 1827, com 200 homens apenas, resistiu a 700 argentinos, comandados pelo general Lavalle (13 de fevereiro, perto de Vacacaf); e, dois dias depois, destroçou em Sanga Funda, perto do passo de Ombú, a vanguarda do general Mancilla (veja 13 e 15 de fevereiro de 1827). (18)

(18) O coronel Gomes Lisboa, de fato, morreu como um bravo, no combate do Triunfo. E’ de justiça acrescentar que o general Neto e os farroupilhas prestaram uma solene e tocante homenagem ao valente adversário vencido, rendendo-lhe, á passagem de seu corpo, todo o exército victorioso formado, as honras militares.

22 DE AGOSTO

1793 — Nasce, no Rio Grande do Sul, David José Martins, que depois de 1835 tomou o nome de Canavarro e faleceu, a 12 de abril de 1867, brigadeiro honorário do exército. Foi um dos chefes militares da revolução rio-grandense de 1835 e comandou o seu exército nos últimos anos da guerra civil. Fez a campanha de 1851 a 1852, à frente de uma divisão de cavalaria da Guarda Nacional, e em 1865 dirigiu as operações da nossa fronteira do Uruguai, até à chegada do general Porto Alegre. (19).

1840 — Decreto de anistia, e proclamação do imperador D. Pedro II, dirigida aos brasileiros que estavam em armas contra a autoridade legal.

23 DE AGOSTO

1836 — O coronel Francisco Xavier da Cunha, protegido por uma esquadrilha ao mando do capitão-tenente Guilherme Parker (2 patachos e 6 canhoneiras), desembarca perto do forte em frente à ilha do Junco, com 250 homens, pela maior parte da Guarda Nacional, dispersa o acampamento do cabecilha David Alves Xavier e assalta e toma o forte, que era comandado por Simeão Barreto. Ficaram em poder dos legalistas 4 peças, 1 caronada e 2 bandeiras. A esquadrilha tomou um lanchão armado de uma caronada. Sendo já tarde e tornando-se o tempo tempestuoso, não foi possível atacar logo o outro forte inimigo na ponta de Itapoan. A tomada do forte do Junco deu-se nesta data e não no dia 26 (veja 27 de agosto).

24 DE AGOSTO

1839 — Grenfell, comandante da esquadrilha imperial em operações no Rio Grande do Sul, desembarca no Camaquã, e apodera-se, no lugar denominado Lagôa-Formosa, de três lanchões dos dissiden-

(19) Há engano de data: David Canabarro nasceu em Taquarí, em 22 de agosto de 1796, conforme certidão de batismo já amplamente divulgada. Foi nomeado comandante geral do exército farroupilha, e nesse posto se manteve até à paz de Poncho Verde, pelo seguinte decreto, cujo original possuímos:

— “Fazenda do Contrato 3 de agosto de 1843, 8.º da Independência e da Republica — Decreto — O Presidente Constitucional da Republica, tendo em distincta consideração a pericia, valor, e virtudes do Exmo. Genal. David Canabarro, o nomeia Commandte. em Chefe do Exercito. — Luis José Ribeiro Barreto, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e interinamte. dos da Guerra, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necesarios. — Bento Glzs. da Sa. — Luiz José Ribeiro Barreto — Cumpra-se, registre-se, e publique-se — Era ut supra — Barreto”.

tes rio-grandenses. Eram o **Rio Pardo**, o **Independência** e o **Setembrino**, que Garibaldi, ao partir para Santa Catarina, deixou sob o comando de Zeferino Dutra.

27 DE AGOSTO

1836 — As tropas do coronel Francisco Xavier da Cunha estavam, desde o dia 23, a bordo da esquadilha do capitão-tenente Guilherme Parker (veja essa data), esperando que o vento permitisse desembarque nas proximidades do forte da ponta de Itapoan, barra do Guaíba. Vendo-se ameaçados, os insurgentes evacuaram o forte, meteram a pique 3 navios que ali tinham, entre os quais 2 de guerra, e abandonaram varias embarcações apresadas. Quando o coronel Cunha chegou ao forte, achou-o deserto, e nele encontrou 5 peças que, como as do forte de Junco, foram conduzidas para Pôrto Alegre.

1.º de setembro

1838 — O então major Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) é atacado no arroio Pitim por um corpo de insurgentes ao mando de Amaral Ferrador, e derrota-o, depois de renhida peleja. Abreu foi ferido neste combate.

10 de setembro

1836 — O coronel Silva Tavares, depois Visconde de Serro Alegre, é derrotado no Seival por Antonio Netto, um dos caudilhos da revolução rio-grandense. Um corpo de orientais, ao mando de Calengo, official do partido de Oribe, cmbateu em favor de Netto. Foi neste combate que o então major Caldwell perdeu um braço.

1837 — O coronel Bento Gonçalves da Silva foge do forte do Mar (Bafa), onde estava prisioneiro, e volta a tomar a direção dos revolucionários rio-grandenses. Durante a sua ausência, tinham estes proclamado a República e a Independência do Rio Grande do Sul. (20)

(20) Sobre a fuga de Bento Gonçalves, e o júbilo que ela causou no Rio Grande, temos em nossos arquivos, em original, o seguinte documento:

“— O Governo da Republica Rio Grandense se congratula com Vmces. pela faustissima noticia de se haver evadido da oppressão em que jazia o Benemerito, virtuozo, e dilecto Cidadão Bento Gonçalves da Silva o qe. com individuação consta das authenticas juntas, extrahidas dos jornaes de Monte Video — de 12 do corrente; cujas Vmces. farão publicar no seu Municipio. — Ds. Ge. a Vmces. — Secretaria dos Negocios do Interior em Piratinim aos 28 de Outubro de 1837 — Affonso José de Almd.a Corte Real — Snrs. Prezidente e ms. Vereadores da Camara Municipal desta Cidade.

As “authenticas” a que se refere o documento acima são as seguintes:

“Copia — Extrahida do Universal de Monte Video de doze de Outubro

12 de setembro

1836 — A revolução rio-grandense começara a 20 de setembro de 1835. Nesta data, Antonio de Sausa Netto, acampado no Jaguarão, proclamou a república e a independência da província, mas a proclamação solene só foi feita em Piratinin, no dia 6 de Novembro.

19 de setembro

1835 — Primeira escaramuça na guerra civil do Rio Grande do Sul. Os revolucionários, em número de 400, estavam reunidos perto da ponte de Azenha, suburbio de Porto Alegre. O major visconde de Camamú foi reconhecer, com 2 homens de cavalaria da Guarda Nacional, e caiu em uma emboscada, voltando ferido e destroçado. (21)

1839 — Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) surpreende e destroça, no Arroio dos Ratos, o coronel José Manuel de Leão. Este caudilho ficou morto na refrega.

20 de setembro

1835 — Esta é a data geralmente atribuída ao rompimento da revolução rio-grandense; mas já na véspera estavam reunidos os revolucionários nos arredores de Porto Alegre. O presidente, Antonio Ro-

do corrente anno = Entre as noticias recebidas do Brazil, temos a de haver fugido Bento Gonçalves da Silva, da fortaleza em que se achava na Bahia de Todos os Santos, no dia 10 do proximo passado Setembro. Havia obtido licença para banhar-se no mar acompanhado de hua escolta de Soldados armados só com suas baionetas. Em o dia indicado estava no banho como de costume ao meio dia e hua canoa com oito remos que aparentemente passara perto delle em direcção a outro ponto da costa, o tomou abordo, e sahio do porto sem q. pudessem alcançal-a. Dizem que de prompto se dirigio para Sergipe, não havião podido prende-lo. — Está conforme — O Official Mar. — Antonio Belarmino Ribr.”

— “Cópia — Extrahido do Diario Defensor das Leis de 12 de Outubro de 1837 — Por carta de 25 do passado vinda no Paquete Inglez do Rio de Janeiro, entre outras noticias, se encontra a seguinte. Hontem as 6 horas da tarde entrarão vindos da Bahia a Charrua Carioca com 13 dias que da li sahio em 11 deste; e um paquete Inglez com seis dias, a primeira dá noticia de que o Coronel Bento Gonçalves da Silva, tendo hido tomar um banho no mar, no dia 10 escapou-se em hua canoa para a Villa de Itaparica, eo segundo (O Paquete) que calculo ter sahido da-li em o dia 13 do corrente confirma a mesma noticia. — Está conforme — O Official Mar. — Antonio Belarmino Ribr.”

(21) A narração desse encontro — o da ponte da Azenha — está crivado de inexactidões. Os farrroupilhas, comandados por Gomes Jardim e Onofre Pires da Silveira Canto, estavam acampados no alto em que fica hoje o cemitério.

Na ponte da Azenha estavam apenas tres sentinelas. Quando o Visconde Caramuru, de noite, se aproximara, á frente, não de 20 homens, como diz

drigues Fernandes Braga, só dispunha, na capital, de 270 homens (50 permanentes, 20 homens de cavalaria de linha e 200 guardas nacionais e paizanos armados). No pôrto estavam 2 escunas de guerra. No dia 20 os paizanos começaram a desertar, e, ás 11 horas da noite, todos os permanentes se passaram para o inimigo, menos o seu brioso comandante, Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto e o tenente Alvarenga. Vendo-se sem forças para resistir, abandonou o presidente a capital e seguiu embarcado para a cidade de Rio Grande. No dia seguinte, o coronel Bento Gonçalves da Silva, chefe da revolução, fez a sua entrada em Pôrto Alegre. (22)

21 de setembro

1835 — Os revolucionários do Rio Grande do Sul, dirigidos pelo coronel Sarmento Menna, atacam o Rio Pardo e são repellidos pelos capitães José Ferreira de Azevedo e José Joaquim de Andrade Neves, que morreu brigadeiro honorário e barão do Triunfo, depois de ilustrar o seu nome nas campanhas desta longa guerra civil e nas do Paraguai. Durante 17 dias foi a posição defendida com forças muito inferiores. Afinal, tiveram os legalistas de capitular no dia 8 de Outubro.

22 de setembro

1835 — Nêste dia o tenente-coronel Silva Tavares (mais tarde visconde de Serro Alegre), também da Guarda Nacional, derrota, junto á capela do Herval (Rio Grande do Sul), o coronel Rafael Verdun, imigrado político, que o atacara á frente de uma partida de gauchos orientais ao serviço da revolução rio-grandense.

23 de setembro

1788 — Nascimento de Bento Gonçalves da Silva, chefe da revolução separatista e republicana do Rio Grande do Sul, terminada em 1845. Nasceu na povoação do Triunfo e faleceu no dia 18 de Julho de 1847 em Pedras Brancas (veja 25 de setembro de 1835).

Rio Branco, mas de cêrca de duzentos, é verdade que elementos pouco afeitos á guerra, recrutados na cidade, uma das sentinelas republicanas disparou a sua arma contra os legalistas, entre os quais de immediato se estabeleceu desordem e panico. Verificando isso, a vêdeta da ponte da Azenha carregou, a galope, pondo em debandada os inexpertos defensores do presidente Braga, que deixaram um morto — o Prosódia. Caramuru', ferido por um lançaço em uma côxa, rôto, sujo, surgiu de volta em Palacio semeando o desanimo entre os seus mompanheiros.

(22) Porque pouco conhecidos, transcrevemos conceitos de Homero Baptista sôbre a revolução farroupilha:

“Durante a Regência, irrompeu no extremo meridional do Imperio a

25 de setembro

1835 — Manifesto do coronel Bento Gonçalves da Silva, procurando justificar a rebelião de que se fez chefe no Rio Grande do Sul (veja 20 de setembro). Nêsse documento declarava respeitar o juramento que prestara “ao nosso código sagrado, ao trôno constitucional e a conservação da integridade do Império”; mas, no ano seguinte, estando ausente e prisioneiro, seus partidários proclamavam a República e a Independência do Rio Grande do Sul. Conseguindo voltar á sua província, Bento Gonçalves aceitou a nova direção dada ao movimento revolucionário e combateu contra a união brasileira até 1845. (23)

1840 — Francisco Pedro de Abreu (barão do Jacuí) surpreende e aprisiona um destacamento dos revolucionários do Rio Grande do Sul, em Roça Velha. O chefe inimigo, capitão Maximo, foi morto. Garibaldi acabara de separar-se dêle e ouviu as descargas desta investida.

28 de setembro

1830 — Um corpo de revolucionários do Rio Grande do Sul, comandados por Joaquim Mariano Aranha, é repellido no rio das Canôas, em Santa Catarina, pelo capitão Taborda, da Guarda Nacional rio-grandense, ali colocado pelo coronel Antonio Manuel de Mello e Albuquerque.

revolução dos “Farrapos”, assim chamados com intuito depressivo pelos elementos retrógrados, de que eram maiores portugueses de origem, chamados “Caramurús”, que pretendiam a reposição do monarca abdicante, por força da reação liberal de sete de Abril de 1831. Como os movimentos políticos, a que tenho aludido, visceralmente republicanos, este também propugnara pela solução federativa, governo definitivo do país. Outra significação não teve a tentativa de expansão, que empreenderam os republicanos rio-grandenses sobre a província limítrofe, Santa Catarina. Profundamente orgânica em sua ação e seus propositos, a revolução de 1835 prosseguiu a execução de um plano refletidamente concebido, de que foram objetivos capitais e que tiveram realização: a designação de um chefe para unidade de direção e coordenação de forças; a eleição da Assembléa Constituinte, que elaborou o estatuto fundamental do Estado; a constituição do governo regular com discriminação, por ministérios, dos serviços públicos; o exercício efetivo da atividade social e política da administração, promovendo a instrução popular, melhoramentos de ordem material, a arrecadação de impostos, o policiamento urbano e rural, etc., tudo com proibido escrúpulo e grande descortino. Em meio da luta, entre triunfos e reveses, não foi possível a consolidação da República de Piratini. Não teria sido acordada, todavia, a paz com o Imperio, de poder a poder, com honra para ambos, se então (1845) não fôsse desvendado o plano de Rosas, o feroz ditador argentino, que se preparava para, em dado momento, incorporar ao seu país, pelas armas, o torrão brasileiro conflagrado”. (Revoluções brasileiras de 1817 a 1835).

(23) Quando Neto proclamou a República Rio Grandense, em 12 de Setembro de 1836, depois do combate do Seival, Bento Gonçalves não estava ausente, nem prisioneiro. Achava-se no Rio Grande do Sul, no co-

1842 — O general Caxias é nomeado presidente e comandante das armas do Rio Grande do Sul, depois de haver pacificado as províncias de S. Paulo e Minas Gerais (veja 9 de novembro de 1842 e 1.º de março de 1845).

2 de outubro

1836 — Os revolucionários do Rio Grande do Sul, sob o comando do coronel Bento Gonçalves da Silva, vendo-se apertados pelas tropas do governo, comandadas por Bento Manoel Ribeiro, ocuparam o morro do Fanfa, na margem direita do Jacuí, e a ilha do Fanfa. Pretendiam ganhar a margem direita, mas a esquadriha imperial do chefe Grenfell impediu a passagem. Compunha-se do vapor **Liberal**, escuna **Legalidade** e canhoneiras números 3, 5, 6 e 7 (veja 3 e 4 de Outubro).

3 de outubro

1836 — Primeiro dia da batalha do Fanfa (veja 2 de outubro) — Trava-se o combate de artilharia, sustentado pelas tropas de Bento

mando de forças, junto de Porto Alegre. Foi aprisionado na ilha do Fanfa, em 4 de Outubro de 1836.

As declarações de Bento Gonçalves, de apêgo ao trôno, em documentos públicos, eram ditadas apenas pela conveniência política de não afugentar das fileiras revolucionárias aqueles elementos que, embora liberais, não aceitavam a solução republicana. Qualquer chefe de revoluções, se vê forçado a essas transigências, aparentes, na salvaguarda do interesse imediato e geral do movimento.

Em 1832, havia no Rio Grande do Sul um partido republicano; e dêle faziam parte Bento Gonçalves, Netto, Marciano Ribeiro e outros, como fazem certo cartas da época. (Veja-se nota 7).

Como adverte Florencio de Abreu, a Câmara Municipal de Jaguarão, zona em que mais diretamente se exercia a influência de Bento Gonçalves, tomou imediatamente a deliberação de elege-lo presidente da República, o que não faria se não tivesse a certeza prévia da aceitação do encargo por parte daquele sobre cujos sentimentos não tinham a menor duvida os amigos e correligionários que constituíam a mesma Câmara.

De uma carta de João Manoel de Lima e Silva ao presidente e vereadores da Câmara de Piratini, cujo original possuo, transcrevo este excerpto:

— “Remetto á V.V. S.S. os documentos originaes, que me enviou a Camara Municipal da Villa de Jaguarão; a qual, tendo sido a primeira a dar o grito da independencia, nomeou p.º Presidente e chefe deste Estado ao Exmo. Sr. Coronel Bento Glzs. da Silva...”

Bento Gonçalves aceitou a presidência da República; exerceu-a efetivamente; pela República bateu-se denodadamente durante quasi dez anos: para um monarquista, seria demais... E que o fizesse apenas para atender a uma parte dos revolucionários, é uma attitude que tenho como ilógica e absurda, de todo contrastante com a compleição moral do chefe da revolução farroupilha.

E Bento Gonçalves não combateu “contra a união brasileira”. Combatu contra o Imperio. Lutou pela república e pela federação, tendo sempre em vista uma união brasileira que assentasse nesses postulados, como o comprovam os seus manifestos e proclamações. O assento merece explanação maior, que não cabe no espaço destas notas, e que constituirá objeto de trabalho em separado.

Manuel e pela esquadilha de Grenfell contra as baterias estabelecidas por Bento Gonçalves no morro e na ilha do Fanfa (veja 4 de outubro).

4 de outubro

1836 — Segundo dia da batalha do Fanfa (veja 2 e 3 de outubro) — Na vespera, houve apenas combate de artilharia; neste dia, por ordem de Bento Manuel Ribeiro, o coronel Gabriel Gomes Lisboa, da Guarda Nacional, atacou o morro do Fanfa, e o coronel Francisco Xavier da Cunha (depois general) desembarcou na ilha ocupada pelo inimigo. A esquadilha de Grenfell apoiou o ataque. O morro do Fanfa foi logo tomado, e à tarde cessou o combate na ilha, rendendo-se os revolucionários. Ficaram prisioneiros uns 900 homens, entre os quais o chefe da insurreição, coronel Bento Gonçalves da Silva, Onofre Canto e o conde Tito Livio Zambecari. Foram tomadas 4 peças e recebidas dos rendidos outras 11. (24)

(24) Os republicanos, na ilha do Fanfa, não se renderam, como afirma Rio Branco. Capitularam, mediante condições. E' uma questão hoje perfeitamente esclarecida. Com a publicação do documento, em que Bento Manoel aceitou a capitulação, mediante expressas garantias aos revolucionários, torna-se evidente a má-fé com que foram aprisionados Bento Gonçalves, Onofre Pires e Tito Livio Zambecari. No meu ponto de vista pessoal, a maior responsabilidade no que Bento Gonçalves chamou "a traição do Fanfa" não cabe a Bento Manoel e sim a Araujo Ribeiro, presidente da provincia. A culpa de Bento Manoel foi a de conformar-se com a deliberação deste ultimo, em detrimento da palavra que empenhara, como militar.

A capitulação foi aceita pelos revolucionários em face do seguinte compromisso:

— "Recebo como irmãos e afianço serem livres de perseguições, conforme as ordens do governo do Brasil, todos os individuos que se apresentem e reconheçam o governo legal do mesmo Brasil e da Provincia, os que se acham nesta ilha hoje mesmo, os que estão nas Xarqueadas dentro de quatro dias, e os de Jaguarão e Pelotas no praso de quinze dias, inclusive nestes todos os chefes que tem acompanhado o coronel Bento Gonçalves da Silva, e o mesmo coronel, entregando todo parque de artilharia, armamentos e munições na ocasião de se apresentarem. — Campo no porto do Fanfa, 4 de Outubro de 1836. Bento Manoel Ribeiro, comandante-das-armas."

A letra expressa desse compromisso foi violada. Bento Manoel alegou que desconfiara, que suspeitara de intenções de Bento Gonçalves. E, por essas desconfianças e suspeitas, faltou á palavra solenemente empenhada...

E' verdade, porém, que Bento Manoel, logo depois da capitulação, começou a conceder salvo-conduto aos revolucionários. Chegou ao Fanfa, porém, o presidente Araujo Ribeiro: e foram em seguida presos Bento Gonçalves e outros.

O grande erro político de José de Araujo Ribeiro, no Rio Grande, foi sempre esse: preferir á qualquer tentativa de conciliação, dominar os farrupilhas pela força.

Teve a ilusão de destruir a rebelião, com a prisão de Bento Gonçalves e outros chefes; e esqueceu de todo o lado moral da questão. E faltou a

6 de outubro

1837 — Proclamação do novo regente do Imperio, Pedro de Araujo Lima, depois marquez de Olinda, chamando à concordia os revolucionários do Rio Grande do Sul.

7 de outubro

1840 — Os revolucionários do Rio Grande do Sul, sob o comando de Portinho, são repellidos no rio das Canoas (Santa Catarina) pelo capitão Taborda, que obedecia ao coronel Mello e Albuquerque, da Guarda Nacional rio-grandense.

8 de outubro

1844 — O comandante Hyppolito Cardoso derrota em Sant'Anna (Rio Grande do Sul) o caudilho Bernardino Pinto.

20 de outubro

1839 — Garibaldi, comandante da esquadilha dos revolucionários rio-grandenses, sai da Laguna com 2 escunas e 1 palhabote, para fazer prêsas nas costas de S. Paulo (veja 25 de outubro, 2, 3 e 15 de novembro).

22 de outubro

1835 — Bento Gonçalves da Silva entra na cidade do Rio Grande, com as forças revolucionárias. O presidente da província, Fernandes Braga, que embarcara na vespera, seguiu no dia 23 para o Rio de Janeiro.

25 de outubro

1839 — A corveta **Regeneração**, comandante Joaquim Leal Ferreira, avista deante de Cananéa os 3 navios com que Garibaldi saíra da Laguna no dia 20, e persegue-os, sem poder alcançá-los, neste e no dia seguinte.

1843 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão do Jacuí) à frente de 1 esquadrão de cavalaria da Guarda Nacional e de 250 caçadores, comandados por Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto, derrota em Cangussú 400 insurgentes, dirigidos pelos generais Bento Gonçalves e Netto. Ficaram em poder dos vencedores a cavallhada do inimigo, 1 estandarte e muitas armas.

Bento Manoel a inteireza civica de se contrapôr à resolução de seu superior, presidente da Província, para manter intácta a sua palavra de soldado.

1844 — O tenente-coronel Antonio Fernandes Lima, da Guarda Nacional, derrota no Quaró um corpo de insurgentes do Rio Grande do Sul, comandados por Bernardino Pinto.

28 de outubro

1839 — O tenente-coronel José Fernandes dos Santos Pereira, protegido por alguns navios da esquadra, desembarca em Pinheiro (Santa Catarina) e derrota um corpo de revolucionários do Rio Grande do Sul, comandado por Joaquim Teixeira Nunes.

1841 — Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) surpreende S. Gabriel, aprisiona o destacamento que defendia este lugar e apodera-se do armamento que Fructuoso Rivera enviara aos revolucionários rio-grandenses.

29 de outubro

1842 — O general Caxias parte do Rio de Janeiro para ir tomar o comando do exército em operações no Rio Grande do Sul (veja 9 de novembro de 1842 e 1.º de março de 1845).

30 de outubro

1837 — O coronel Loureiro, legalista, é batido em Espinilho pelo general Bento Manuel Ribeiro, que então servia à revolução rio-grandense.

31 de outubro

1837 — Combate de Vacaria, em que o chefe legalista Candido Alano derrota e aprisiona o caudilho Lara.

2 de novembro

1839 — O capitão-tenente Garibaldi, comandante da esquadilha dos revolucionários rio-grandenses, volta do seu cruzeiro nas costas de S. Paulo com a escuna **Rio Pardo**, o palhabote **Seival** (cada um desses navios montava uma peça de 9) e três navios mercantes apreçados, as sumacas **Bizarria** e **Elvira** e 1 hiate, quando, na altura da ilha de Santa Catarina, foi atacado pelo patacho **Andorinha** (2 peças de 18), comandado pelo capitão-tenente Francisco Romano da Silva. O **Andorinha** represou a **Elvira** e o hiate, e perseguiu até à noite os ou-

tros navios. No mesmo dia a sumaca **Formiga**, que era outra presa das 4 que Garibaldi fizera, foi retomada em Cananéa (veja 3 de novembro).

3 de novembro

1839 — Garibaldi, perseguido na vespera pelo patacho **Andorinha**, colocou-se junto à ponta de Imbituba (Santa Catarina) com a escuna **Rio Pardo**, o palhote **Seival** e a escuna **Bizarria**, unica presa que lhe restava. Em terra, 200 atiradores e 1 peça protegeram esses navios, que foram atacados pelos patachos **Andorinha** (2 peças, 45 homens) e **Patagonia** (1 peça, 4 caronadas, 62 homens) e pela escuna **Bela Americana** (1 peça, 2 caronadas, 38 homens), comandados pelo capitão-tenente Francisco Romano da Silva e pelos primeiros tenentes Jorge Benedito Ottoni e João Custodio d'Hocedain. O combate começou 10 minutos depois do meio-dia e terminou às 4 e 45 da tarde. Os navios imperiais afastaram-se, indo os 2 patachos fundear em frente da enseada e seguindo a **Bela Americana** para a ilha de Santa Catarina, afim de pedir tropas, que desalojassem as forças de terra, e pequenas canhoneiras que, sem perigo de encalhe, pudessem chegar à posição occupada pelo inimigo. O tempo era de aguaceiros com vento S. S. E. fresco. No dia 4 bordejaram os 2 patachos e trocaram alguns tiros com o inimigo. Durante a noite Garibaldi incendiou a presa e pela madrugada conseguiu escapar com os seus 2 navios e entrar na Laguna (veja 15 de novembro).

— Combate de Encatada (Santa Catarina), em que o tenente-coronel José Fernandes dos Santos Pereira (depois general) ataca e destroça os revolucionários do Rio Grande do Sul, comandados pelo coronel Joaquim Teixeira Nunes.

1840 — Os insurgentes do Rio Grande do Sul, comandados por Joaquim Pedro Soares, invadem a vila do Triunfo e rompem fogo contra uma canhoneira. Voltam depois para o Caf.

4 de novembro

1844 — O coronel João Propicio Menna Barreto (depois general e barão de S. Gabriel) destroça, junto ao arroio Catim, um corpo de 300 insurgentes, comandado por Jacintho Guedes da Luz, e obriga-o a refugiar-se na República Oriental, atravessando o Quaraim.

5 de novembro

1844 — O coronel (depois general) João Propicio Menna Barreto (mais tarde barão de S. Gabriel) destroça no arroio Catim o caudilho

Jacinto Guedes da Luz e persegue-o até a fronteira do Quaraí (veja 14 de novembro). (25)

6 de novembro

1836 — Proclamação da independência e da república rio-grandense em Piratinim (veja 12 de setembro de 1836). A insurreição começara em 19 de setembro do ano anterior, mas só em 1836 tornou-se francamente separatista. Muitos dos mais ilustres rio-grandenses combateram pela causa da união brasileira, durante os dez anos dessa guerra civil. (26)

1843 — Segundo combate de Cangussú, em que os revolucionários rio-grandenses, comandados pelo general Netto, são repelidos pelos tenentes-coroneis Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto e Francisco Pedro de Abreu (depois barão do Jacuí). Os legalistas eram 300 homens do 8.º batalhão de infantaria e de cavalaria da Guarda Nacional: tiveram poucos mortos e feridos, sendo um destes o então alferes Fidelis Paes da Silva. O general Netto, que comandava 600 homens das 3 armas, teve 90 fóra de combate.

9 de novembro

1842 — O general barão (depois duque) de Caxias assume a presidência e o comando das armas da província do Rio Grande do Sul, devastada desde 1835 pela guerra civil (veja 1.º de março de 1845).

(25) As duas efemérides referem-se, sem dúvida, ao mesmo fato. Rio Branco, elevando á categoria de combates pequenos e rapidos encontros, enumera em suas páginas diversas derrotas de Guedes da Luz e de Portinho. No tempo da publicação da "Memória" de Tristão de Alencar Araripe esses fatos foram contestados, sendo que o proprio Portinho esclareceu muitos dêles. Trata-se, porém, de esipodios, que se perdem na amplitude e belesa do panorama da guerra dos dez anos. Examina-los, um a um, aumentaria demais o texto destas ligeiras notas.

(26) Sôbre a proclamação da República, em Piratiní, possuo o original de um documento interessante, que vou transcrever:

— "Illmos. Snrs. — Em resposta ao officio, q.e VV. SS. me endereçarão com data de hoje, cumpre-me dizer-lhes, que por causa da gravidade de minha molestia não me hé possivel assistir ao acto solemne da declaração da Independencia deste Estado; nem tão pouco ir prestar agora o devido juramento; formalidade esta, q.e. será p.ª mim cumprida, logo que o permita minha saude; ou hoje mesmo nas casas da minha residencia, se for isto compativel com o serviço publico. Quanto á minha opinião ácerca do homem, q.e deve occupar o honroso Emprego de Presidente da Republica, hé meu voto, seja o cidadão Ignacio Jozé de Oliveira Guimarães.

Julgando conforme aos principios de justiça, que todos os cheffes, officiaes e mais praças debaixo do meu mando, tenham o direito de votar em um negocio de tanta transcendencia, e de que talvez dependerá a prosperidade da Republica, rogo a V.V. S.S. se dignem communicar-me, qual o dia das elleiçoens; p.ª eu passar as convenientes ord.s á respeito; devendo V.V.

11 de novembro

1836 — Decreto do governo revolucionário do Rio Grande do Sul, mandando sequestrar os bens dos seus adversários.

1844 — Fidelis Paes da Silva, oficial legalista, derrota em Porangos um destacamento dos dissidentes rio-grandenses.

12 de novembro

1836 — Decreto do governo revolucionário do Rio Grande do Sul, datado de Piratinim, criando o escudo de armas do Estado Rio-

S.S. ter em atenção o tempo preciso, p.^a q.e possam vir as elleiçoens os cheffes, officiaes, e praças, que se achão ausentes.

Remetto á V.V. S.S. os documentos originaes, que me enviou a Camara Municipal da Villa do Jaguarão; a qual, tendo sido a primeira á dar o grito da Independencia, nomeou p.^a Presidente e Chefe deste Estado ao Exmo. Sr. Coronel Bento Glzs. da Silva, mas não podendo este honrado, e virtuoso cidadão occupar agora a Cadeira Presidencial, p.r ter cahido prisioneiro de guerra, persuado-me q.e a nomeação em questão deve ser provisoria, e durante o impedimento d'aquelle Exmo. — Exmo. Coronel, até q.e elle possa regressar já livre de sua prisão; se antes disso não estiver installada a Assembléa Geral Constituinte, e Legislativa da Republica, p.^a proceder-se á tal elleição com as formulas prescritas em todos os Governos Representativos. — Deos Guarde á V.V. S.S. — Quartel General em Piratinim 5 de Novembro de 1836.

Illmos. Snrs. Presidentes e Vereadores da Camara Municipal de Piratinim.

J. M. de Lima e S.^a
C. em chefe do E."

Circunstancias que caracterizam a natureza organica da revolução farroupilha: o candidato do comandante em chefe do exercito, não foi eleito. Elegeram Bento Gonçalves e, para substitui-lo, durante a sua ausencia, José Gomes de Vasconcellos Jardim; a supremacia do poder civil, mesmo quando incarnado em uma Camara Municipal, sobre a força armada. E no espirito do proprio comandante em chefe, general João Manoel de Lima e Silva, a preocupaação de uma fórmula legal: "eleição com as formulas prescritas em todos os governos representativos"... —

— Em verdade, muitos filhos da provincia do Rio Grande do Sul mantiveram-se fieis ao Imperio, e por ele corajosamente combaterem. Bastará citar, entre outros, Francisco Pedro de Abreu, José Joaquim de Andrade Neves; Manoel Marques de Souza, Manoel dos Santos Loureiro, José da Silva Tavares e João Propicio Menna Barreto. O povo riograndense, entretanto, era revolucionário em sua quasi totalidade. "Parece que cada capim é um republicano", diz expressivamente um documento da época, citado por Varela. E o comando das forças legais estiveram sempre em mãos, ou de officiaes portugueses (Manoel Jorge Rodrigues, Tomaz Joaquim Pereira Valente, Fellipe Neri de Oliveira, Francisco José de Souza Soares de Andréa, Antonio Elzeario de Miranda Brito, Francisco Xavier da Cunha) ou de officiaes oriundos de outras provincias, como Caxias, Arruda Camara, João Paulo dos Santos Barreto, Silva Bittencourt, Francisco das Chagas Santos, etc. —

Grandense: — escudo quadrado, partido em banda (*tranché*), a primeira de sinople, a segunda de ouro, cortado por uma banda de góles. A descrição ao decreto é diferente, e escrita por algum professor de geometria, nada entendido em Heraldica. A bandeira era formada de três faixas horizontais, verde a de cima, vermelha a do centro e amarela a inferior. (27).

14 de novembro

1844 — O coronel Francisco Pedro de Abreu, à frente de 1.170 homens de cavalaria da Guarda Nacional e do 8.º batalhão de caçadores (tenente-coronel Luis José Ferreira), surpreende pela madrugada o general David Canavarro que, tendo às suas ordens os generais Netto e Silveira, estava acampado junto aos serros de Porongos, entre as cabeceiras do arroio das Torrinhas e o Arroio Grande, afluentes do Camaquam. A surpresa foi completa: os dissidentes (1.200 homens)

(27) José Gabriel Teixeira fez da bandeira tricolor a seguinte descrição: — “As fachtas da bandeira compunham-se de dous triangulos e de um exagono; todas ellas reunidas formaram um quadrado. Os dous triangulos, ambos rectangulos, ficaram collocados, um pela parte superior, outro pelo lado inferior do exagono, a que ficaram ligados pelas hypotenusas. O triangulo superior era verde, o inferior amarello, o exagono central encarnado, de sorte que o quadrado tinha um vértice tomado pela côr verde, o vértice opposto pela côr amarella e os outros dous vértices com a parte central da bandeira tomados pela côr vermelha. A facha central encarnada ficara assim collocada na direção de uma diagonal do quadrado, sendo parallelas a esta diagonal as duas hypotenusas dos triangulos alludidos”.

Quanto ao escudo, assim o descreve Alfredo de Carvalho, em “Brazões do Brasil Republicano”:

— “Escudo em lisonja, partido em pala, de verde, vermelho e ouro; em um paralelogramo de prata, inscrito na parte média (vermelha) do escudo, um barrete frigio vermelho sobre um bastão, posot em pala, tendo aos lados dous ramos; na parte superior (verde) do escudo, uma estrela de ouro e na inferior (amarela) outra estrela de vermelho; aos lados da lisonja, duas columnas de ouro assentes sobre montes de verde. O todo é inscrito n’um oval de prata, orlado de ouro, onde se lê — “Republica Rio Grandense — 20 de Setembro de 1835” — Em redor deste brazão vêm-se troféos d’armas e bandeiras tricolores partidas em pala: verde, vermelho e amarelo; e em uma faixa, por baixo, o mote: Liberdade, Igualdade e Humanidade”. —

Desse escudo, conhecemos a seguinte interpretação:

“O escudo reproduz, no centro, as côres da bandeira republicana: verde, encarnado e amarello. O barrete phrygio é o emblema classico da Republica. As estrelas significam a esperanza dos revolucionarios, que é a implantação da Republica. O ramo verde que circunda o bastão que sustenta o barrete é o emblema da victoria, do triumpho com que contam os rebeldes. As duas columnas, aos lados do losango, emblemam a força, a resistencia, a tenacidade com que os rio-grandenses estão dispostos a lutar pelo seu ideal; e pousam sobre dois montes verdes, que evocam a coxilha gaucha. A ornamentação exterior é constituida por bandeiras e trophéos d’armas,

que traduzem o estado de guerra em que se encontrava o Rio Grande do Sul". dispersaram-se, perdendo uns 100 mortos, 333 prisioneiros (35 oficiais), 5 estandartes, 1 canhão, quasi todas as armas, bagagens, arquivo e mais de 1.000 cavalos. Os legalistas tiveram apenas 4 feridos, e contuso o tenente Fidelis Paes da Silva, da Guarda Nacional. Falando d'este feito de armas, um dos ultimos da guerra civil, disse o general Caxias: — "E' sem duvida a primeira vez que David Canavarro é surpreendido, o que até agora parecia impossivel pela sua incançavel vigilancia".

— Nêste mesmo dia o então coronel da Guarda Nacional João Propicio Menna Barreto (depois general e barão de São Gabriel) destroçara no Guapitanguí o comandante Jacintho Guedes da Luz e o perseguia até ao Passo do Leão, no Quaraim. Os dissidentes passaram aí para o território oriental. (28)

15 de novembro

1839 — Combate naval da Laguna (guerra civil rio-grandense). Os revolucionários rio-grandenses estavam senhores da vila da Laguna e seus arredores desde 23 de julho. David Canavarro comandava as forças de terra (1.200 homens) e o capitão-tenente José Garibaldi era o chefe da esquadilha, guarnecida principalmente por italianos. O forte da Barra tinha 9 peças e era comandado pelo capitão Felipe Capote. A esquadilha, disposta em semi-circulo, perto do forte, compunha-se dos navios seguintes: escunas **Itaparica** (5 peças, comandante João Henriques, dos arredores da Laguna, "Juan Henrique del paese de la Laguna", diz Garibaldi), **Rio Pardo** ou **Libertadora** (1 rodizio de 9, Garibaldi), e **Caçapava** (1 rodizio de 12, John Griggs), canhoneira **Lagunense** (1 rodizio de 6, Manuel Rodrigues), 5 navios guarnecidos de atiradores, palhote **Seival** (1 rodizio de 9, Lorenzo Valerigni) e lanchão **Sant'Anna** (1 rodizio de 9, Inácio Bilbao). Canavarro evacuou a vila e passou-se para o Sul, ao saber que o tenente-coronel José Fernandes dos Santos Pereira avançava de Vila-

— Um jornal do Rio de Janeiro, o "Republico", em 1837, noticiava: "Os republicanos tem adoptado um pavilhão trocolor-verde e amarelo nos txeremos, encarnado no centro: lustra muito bem. Cremos que o verde é esperanza de manterem sua independencia: o amarelo sinal de firmeza e resolução nos seus planos: o encarnado noticia que levarão o fogo a qualquer parte, que os pretenda incomodar". (Apud. Varela).

Circunstancia de relevo: a bandeira de 1835 foi o único símbolo estadual que conservou o verde e amarelo, as côres nacionais... Os separatistas pelejaram sempre á sombra das côres emblematicas do Brasil...

(28) Esta derrota do legendario Guedes da Luz foi contestada, em tempo. Veja-se a nota n.º 25.

Nova com 1 brigada (2.º de infantaria, batalhão provisório de Pernambuco, batalhão da Guarda Nacional da Serra, cavalaria da Guarda Nacional de Imbaú e do Desterro e 1 contingente de artilharia). Essa coluna entrou sem resistencia na vila, pelas 5 horas da tarde, quando terminava o combate naval. As 4, o capitão de mar e guerra, depois almirante, Frederico Mariath forçava a entrada da barra com os navios seguintes: Canhoneira n.º 14 (comandante Moreira da Silva, 2 bôcas de fogo) lanchão n.º 1 (comandante A. J. Pereira Leal, 2), lanchões ns. 2, 3 e 4 (cada um com 1 bôca de fogo, comandantes Rodrigues da Costa, J. M. da Silveira e Bernardo de Souza), canhoneira n. 6 (comandante Gama Rosa, 2), canhoneira n. 13 (comandante T. Pereira Pinto, depois, barão de Iviaheima, 2), patacho S. José (comandante J. de Jesus, 5), brigues-escunas **Eolo** (navio chefe, comandante Paixão, 2), e **Cometa** (comandante Senna e Araujo, 6), escuna **Bela Americana** (comandante d'Houdain), patacho **Desterro** (comandante Marcos Evangelista, 2), canhoneira **Belico** (comandante M. J. Vieira, 1) e canhoneira n. 16 (comandante João M. Wandenkolk, 1). Ao todo, 14 navios, 31 bôcas de fogo e 379 homens. O combate durou menos de 1 hora e nele pereceram todos os comandantes dos navios de Garibaldi, menos o seu chefe, que combateu, como sempre, intrepidamente. A **Caçapava** foi a pique; a **Lagunense**, o **Seival** e o **Santa Anna** foram tomados pela **Bela Americana** e pelos lanchões ns. 1 e 3; a **Rio Pardo** e a **Itaparica** foram incendiados por Garibaldi. A perda dos vencedores foi de 17 mortos e 38 feridos, segundo a participação oficial de Mariath; mas éle próprio, em artigo publicado anos depois, deu algarismos muito maiores...

17 de novembro

1840 — Um corpo de legalistas, comandado pelo coronel Jerônimo Jacintho Pereira, é derrotado em S. Felipe por João Antonio da Silveira, um dos generais da revolução rio-grandense.

19 de novembro

1838 — O então major Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) desembarca em Santo Amaro, no Jacuí, derrota os insurgentes que guarneciam êsse lugar, aprisiona o "valente" Francisco Teixeira, que os comandava, e liberta a alguns dos prisioneiros do desastre do Rio Pardo (30 de abril), entre os quais o major Lopo de Almeida Henriques Botelho e Mello, que naquele combate dirigia a artilharia dos imperialistas.

21 de novembro

1845 — O imperador D. Pedro II e a imperatriz d. Theresa Christina desembarcam em Pôrto Alegre, na sua visita ao Rio Grande do Sul, depois da pacificação da província (1.º de março).

22 de novembro

1839 — Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) entra no Rio Pardo e põe em fuga os revolucionários comandados pelo tenente-coronel Dornelles.

24 de novembro

1840 — O tenente-coronel João Nepomuceno da Silva, com o 5.º de caçadores e 430 guardas-nacionais da cavalaria, comandados pelo tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) destroça, no Passo do Vigário, perto de Viamão, e persegue até as lombas do Amorim o general Bento Gonçalves da Silva. Nesta ação foi morto o capitão de marinha Rossetti, italiano ao serviço da revolução rio-grandense, amigo muito querido de Garibaldi.

25 de novembro

1839 — O brigadeiro Felipe Nery de Oliveira desembarca em Rio Pardo, enquanto o então major Francisco Pedro de Abreu, tendo marchado de Porto Alegre com uma coluna de cavalaria da Guarda Nacional, penetrava na vila. Os revolucionários, que a guarneciam e eram comandados pelo tenente-coronel Antonio Joaquim de Ornellas, fugiram para o interior, sendo então libertados 90 prisioneiros do combate de 30 de abril e tomadas 4 peças, além de um precioso material de guerra. Sete dias depois era Abreu promovido a tenente-coronel e, na mesma ocasião, outro intrepido comandante da Guarda Nacional, José Joaquim de Andrade Neves. (29)

1841 — Os tenentes-coroneis João Propício Menna Barreto e Francisco Pedro de Abreu, (depois barões de S. Gabriel e de Jacuí), à frente de 700 homens de cavalaria e infantaria, atacam e derrotam no Rincão Bonito (nascentes do Piquirí) um corpo de 400 revolucionários riograndenses, sob o comando do coronel Agostinho de Mello, que conseguiu escapar, perdendo 120 homens mortos e 230 prisioneiros. Os legalistas tiveram apenas alguns homens feridos.

28 de novembro

1841 — Segunda convenção secreta de auxílios reciprocos (a primeira tem a data de 5 de julho) entre Bento Gonçalves, chefe da revolução separatista do Rio Grande do Sul, e o general Fructuoso Rivera, então presidente da República Oriental do Uruguai.

(29) As efemérides de 22 e 25 de novembro referem-se a um e mesmo fato. O comandante da pequena guarnição farroupilha era Antonio Joaquim Dornelles.

1844 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu derrota, no Arroio Grande, o coronel Joaquim Teixeira Nunes, um dos bons comandantes do exército da revolução rio-grandense. Teixeira Nunes foi morto nesta ação. (30)

1.º de dezembro

1842 — Abertura do Congresso Constituinte de Alegrete, convocado pelo chefe da revolução rio-grandense. (31)

4 de dezembro

1843 — O tenente Joaquim Lacerda, legalista, à frente de 80 homens, dispersa em Encruzilhada um pequeno corpo de revolucionários, dirigidos por Bento Gonçalves. Nêste choque foi morto o coronel Agostinho de Mello.

— No mesmo dia o capitão Manuel José de Albernaz destroçou, no Jaguarí-Oriental, uma partida de revolucionários, comandada pelo capitão Urbano Barbosa, e apoderou-se da cavallhada que êste guardava.

7 de dezembro

1840 — O presidente do Rio Grande do Sul, Alvares Machado (ilustre orador paulista), rompe as negociações de paz, que abriam com o chefe da insurreição separatista naquela província. ,

8 de dezembro

1840 — Bento Gonçalves deixa nêste dia Viamão e marcha em retirada para Cima da Serra. Canavarro, que seguira adeante, chega nesta data à Vacaria. Abreu (barão de Jacuf) e Ourives hostilizam a retirada dos revolucionários, perdendo êstes a artilharia e muita

(30) Sobre Teixeira Nunes, na efeméride de 30 de Junho de 1828, escreve Rio Branco:

“O tenente Joaquim Teixeira Nunes derrota no Camaquaam-Chico um destacamento argentino, apoderando-se de 3.000 bois e muitos cavalos. Este official miliciano serviu depois como tenente-coronel ne exercito republicano rio-grandense; tomou a Laguna em 1839, venceu em Santa Vitória e foi derrotado em Curitibanos e Arroio Grande, ficando morto neste ultimo combate. Garibaldi combateu ás suas ordens”.

(31) A instalação da assembléa constituinte, resolvida desde o momento da proclamação da Republica, não pudera ser feita, devida aos azares e surpresas da guerra.

A preocupação de dar á revolução sentido legal nunca abandonou, porém, os farrupilhas. Daí o decreto de 18 de setembro de 1838, que transcrevo:

— “Piratini, dez e oito de Setembro de mil oito centos e trinta e oito. — Terceiro da Independencia e da Republica. — Decreto — Não sendo pos-

gente. Não menos desastrosa, pelo mau estado dos caminhos e falta de recursos, foi a marcha, por essa região, da coluna de tropas do governo imperial, comandada pelo general Labatut.

1843 — Um destacamento de exploradores de cavalaria, ao mando do capitão Vasco Guedes, do exército do general Caxias, é destruído, no Vacaquá, por força cinco vezes superior, sob o comando de Urbano Barbosa.

14 de dezembro

1839 — Combate de Santa Vitória, em que uma divisão de tropas imperialistas, ao mando do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, é derrotada pelos republicanos separatistas do Rio Grande do Sul, dirigidos por Joaquim Teixeira Nunes e Joaquim Mariano Aranha. Com estes se achava o então capitão-tenente Garibaldi.

— O general Cunha morreu afogado ao atravessar o rio Pelotas, neste mesmo dia. Nascera em 1782 em Torres Vedras, e militara com distinção nas campanhas da Península, nas do Rio da Prata (desde 1816 até 1828) e na guerra civil rio-grandense (desde 1835). Deixou 2 filhos, que se tornaram conhecidos em nossa terra: Felix Xavier da Cunha e Francisco Xavier da Cunha.

17 de dezembro

1836 — O coronel João da Silva Tavares, estando de visita em casa de seu sogro, no Arroio Grande, com alguns oficiais e praças da Guarda Nacional, é cercado por um numeroso corpo de revolucio-

sível convocar-se já, a Assembléa Constituinte do Estado, como estatuirão os Povos pelo órgão da Patriótica Camara Municipal desta Cidade ao Acto da declaração de sua emancipação politica em seis de Novembro de 1836, por se achar em armas huma grande parte dos seus Concidadãos; e querendo o Presidente do Estado dar mais huma prova do quanto respeita os principios adoptados, e deseja marchar com toda a circumscrição, e acerto na Administração que lhe fôra confiada; há por bem convocar hum Conselho de Procuradores Geraes dos Municipios, ao qual possa consultar nas suas deliberações, afim de que estas appareçam com o cunho de rectidão, que tanto anhela: e determina em consequencia ás Camaras Municipaes do Estado, que immediatamente depois da publicação do presente Decreto, dos Cidadãos mais aptos, probos, e sem a minima sombra de inimizade á causa Rio-Grandense, passem a nomear hum Procurador Geral, que para os fins indicados, e no Conselho referido represente o seu Municipio. — Domingos José de Almeida — Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Interior o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. — Bento Gonçalves da Silva — Domingos José de Almeida — Publique-se, registre-se e imprima-se. Era ut supra — Almeida. — Foi publicado nesta Secretaria, e Registado no Livro competente. — Secretaria de Estado dos Negocios do Interior em Piratini 18 de Setembro de 1838 — No impedido Official Maior — João da Cunha Pessanha”.

nários, sob o comando do tenente-coronel David José Martins, e obrigado a capitular. Este Martins mudou, pouco depois, o nome de família, passando a assinar-se Canavarro. Silva Tavares foi conduzido para o Estado Oriental, e esteve com ferros aos pés durante 53 dias; mas conseguiu evadir-se, e continuar a combater pela causa da União Nacional.

18 de dezembro

1844 — Decreto do imperador d. Pedro II, concedendo anistia a todos os comprometidos na rebelião separatista do Rio Grande do Sul, que depuzessem as armas (veja 28 de fevereiro e 1.º de março de 1845). (32)

(32) A esse decreto de anistia Rio Branco atribue, erroneamente, a pacificação do Rio Grande do Sul, em 1845. Defensores de um ideal, homens de assombrosa coragem cívica e guerreira, os farroupilhas não deporiam nunca as armas pela promessa do esquecimento dos seus erros e crimes... A varões de tal envergadura, não atemorizava também a ameaça de castigo... Convencionaram a paz, e honradamente a fizeram e respeitaram, por motivos superiores.

Anistia, já lhes dera o governo imperial em 1835, e eles a recusaram. Possuimos os seguintes documentos, sobre o fáto:

— “Ilmo.º Snr. — Por ordem de S. Excia. o Snr. Vice-Presidente da Província remetto a V. S.ª as incluzas copias do officio do Presidente nomeado para esta Província, e da Proclamação da amnistia, que o acompanhou, a fim de que sendo tudo presente á Assembléa Legislativa Provincial, tenha ella mais esses dados para suas deliberações. — Deos Guarde a V. S.ª — Porto Alegre 29 de Dezembro de 1835. — José Luiz Vicente da Costa — Ilm.º Snr. Doutor Francisco de Sá Brito Junior. — “Acompanha este officio, devidamente autenticada, a seguinte cópia:

“ — Rio Grandenses! Os momentos de illusão, que vos levarão ao passo irrefletido e criminoso de conspirardes contra a primeira Authoridade da Província, já certamente tem passado, e deixado lugar á meditação de huma rasão tranquilla.

O Governo actual, proclamando nos primeiros dias da sua administração os principios de justiça, por onde pretendia guiar, e julgar com effeito ter guiado a sua conducta politica, e mandando-vos outra Authoridade para substituir aquella que já se achava demittida, deve merecer a vossa confiança. Hum só motivo pois poderá conservar-vos na posição infeliz, em que vos collocastes: o temor do castigo.

Rio Grandenses! Quanto não tendes bem merecido da Patria pelo denodo, com que em todos os tempos expostes a vida para conserval-a sem ignominia!

O Rio Grande, desde 7 de Abril de 1831, tem servido sempre de asilo aos perseguidos, tem sido o exemplo da moderação: e hoje!... Rio Grandenses! Hé preciso apagar a nodoa de huma Província heroica. Hum desvio momentaneo, huma simples allucinação, podem ser perdoadas, enquanto não se convertem em acintosa resistencia, e decidida rebelião. Voltai á obediencia devida ás Authoridades legitimas, e, longe de acreditardes nos que vos acenão com a ideia de castigos e perseguiçoens, confiai nas vistas paternaes do Regente em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro 2.º, que indulgente todas as vezes que o poder ser sem quebra da Dignidade Nacional, e dos seus deveres, vos promete, por meio de huma amnistia geral, o total

19 de dezembro

1843 — A vila de Jaguarão repele um ataque dos revolucionários rio-grandenses, dirigidos por Joaquim Teixeira Nunes. O comandante Barbosa Lomba, na escuna **Gravataí**, muito se distinguuiu nesta defesa da vila (veja 21 de junho de 1844, segundo ataque).

21 de dezembro

1840 — Um corpo de legalistas, sob o comando do coronel José dos Santos Loureiro, é destroçado na estancia de S. José, em Missões, por Jacinto Guedes da Luz, coronel dos separatistas rio-grandenses.

26 de dezembro

1843 — O tenente-coronel Demetrio Ribeiro surpreende e derrota em Santa Rosa, perto do Botuf, o general João Antonio dâ Silveira e o coronel Onofre Pires da Silveira Canto, que estavam acampados com 500 homens das forças insurgentes do Rio Grande do Sul. Estes dispersaram-se, perdendo 175 mortos e prisioneiros.

28 de dezembro

1841 — Convenção secreta de auxílios de guerra entre Bento Gonçalves da Silva, chefe da revolução rio-grandense, e o general Fructuoso Rivera, presidente da República Oriental. Outra convenção do mesmo gênero foi assinada a 5 de julho dêsse ano. (33)

esquecimento dos vossos erros. A Assembléa Geral, tendo diante dos olhos os relevantes serviços, que tendes prestado ao Imperio, não poderá deixar de dar o seo assenso e approvação a este acto do Governo. Entretanto, voltai sem susto ás vossas ordinarias occupaçoens. O Presidente da Provincia vigiará que ninguem seja perseguido; e apoiado pelos verdadeiros amigos da Patria, desterrará o temor, e a consternação dessa bella, e interessante, parte do Solo Brasileiro.

Rio Grandenses! Correspondei á expectação do Governo, aos votos dos homens de bem. Coadjuvai com vossos esforços o Regente em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro 2.º, que será fiel, e solícito em manter intactas as nossas Instituiçoens, em firmar as publicas liberdades, em consolidar a integridade do Imperio, em tornar, abraçado com todos os Brasileiros, a Monarquia Constitucional cada vez mais digna do seo amor, e veneração, assim como hé o penhor mais seguro de paz, e de união, que a Providencia nos concedeo. — Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Dezembro de 1835, decimo quarto da Independencia e do Imperio. — Diogo Antonio Feijó — Antonio Paulino Limpo de Abreu — Manoel Alves Branco — Manoel do Nascimento Castro e Silva — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Está conforme — Araujo Ribeiro”.

(33) Proclamada a Republica, constituido o Rio Grande do Sul Estado independente e soberano, os farroupilhas trataram logo de entrar em rela-

29 de dezembro

1844 — O comandante Vasco Alves Pereira, da Guarda Nacional (depois barão de Sant'Anna do Livramento), surpreende e derrota, junto ao Quaró, o coronel Bernardino Pinto, que fica ferido e prisioneiro. Este foi o ultimo encontro de armas na guerra civil rio-grandense, e deu-se em território oriental. O Quaró é afluente da margem esquerda do Quaraím.

31 de dezembro

1843 — Combate da picada de S. Xavier, em que o major da Guarda Nacional Agostinho Gomes Jardim repele os revolucionários rio-grandenses, comandados pelo general João Antonio da Silveira. O major Jardim foi morto no fim da ação, sucedendo-lhe no comando o capitão Manuel José Albernaz.

ções com os países circunvizinhos. Era uma decorrência lógica da independência: e uma necessidade imperiosa, pois os revolucionários, dominadas as aguas interiores pelos imperialistas, não tinham outro meio para o provimento do material de guerra. Enviaram representantes da Republica ao Paraguai, a Corrientes, á Republica Oriental. Assinaram convenções. Com Rivera foram os seguintes os convenios, aliás nunca cumpridos á risca pelo experto e versatil caudilho oriental: uma convenção preliminar, assinada em Piratini em 10 de junho de 1838; o chamado "Convenio de Durazno", de 5 de julho de 1841; e este, de 28 de dezembro de 1841, que não é mais, em rigor, do que um aditamento ao tratado de 5 de julho. (Veja-se nota n. 7).

EFEMÉRIDES NAVAIS RELATIVAS A' REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Bastante rara é, hoje, a obra do comandante GARCEZ PALHA. Por isso, já em 1935 a veneranda "Revsita Marítima Brasileira" então, e ainda agora sob a direção do insigne historiador comandante Didio Iratim Afonso da Costa, divulgou, das **EFEMERIDES NAVAIS** de Garcez Palha, a parte referente à Revolução Farroupilha, precedida de breve nota especial.

JOSÉ EGÍDIO GARCEZ PALHA, era filho do major João Antônio Garcez Palha, nasceu no Rio de Janeiro a 26-9-850. Seguiu a marinha reformando-se em 1893 no posto de capitão-tenente. Foi também, lente-catedrático da Escola Naval. Membro do Inst. Hist. Brasileiro e da Sociedade Geografica do Rio. Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz e oficial da Ordem da Rosa. Condecorado com a medalha da Campanha do Paraguai, que fez, como aspirante, de 1866 a 1870. Faleceu no Rio de Janeiro.

O pai, João Antônio Garcez Palha, oficial do Exército, esteve no Rio Grande do Sul, com as forças do Duque de Caxias (1842-1845) e combateu os farroupilhas na sua última fase.

Conservador, certamente, incutiu no filho as idéias da época e, por isso, como Rio Branco, viu os farroupilhas sob o prisma dos conservadores, isto é — como inimigos do Império e separatistas.

Alem de tudo buscou luzes nas páginas parciais de Tristão de Alencar Araripe, sobre os farroupilhas...

Ha entretanto, sinceridade e verdade, em geral, no que diz, pois suas efemerides são documentadas. E documento, seja lá como fôr, é sempre documento.

Reeditando, Garcez Palha no que respeita à época farroupilha, temos em vista oferecer aos estudiosos de hoje elemento orientador sobre a luta fluvial, lacustre e marítima dos patachos e lanchões farrapos com os barcos, patachos e navios do Império.

W. Sp.

20 de Setembro — Rompe a revolução do Rio Grande do Sul, sendo obrigado o Presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga a refugiar-se a bordo da escuna "Rio Grandense".

No dia 19 se espalhára a notícia de uma breve sedição e mandára Fernandes Braga armar a companhia de guardas nacionais a cavalo, o piquete de cavalaria de 1.^a linha estacionado em Pôrto Alegre e a guarda municipal permanente.

Proclamou convidando todos os cidadãos a reunirem-se e chegou a formar 200 homens, que, sob o comando do brigadeiro reformado Gaspar Francisco Menna Barreto, se postaram no quartel de polícia, no palácio do governo e no arsenal de guerra.

Às 9 horas da noite uma força de 20 homens, a cuja frente se achava o visconde de Camamú, foi acometida por uma emboscada dos rebeldes colocada junto à ponte da Azenha e derrotada, perdendo um oficial (morto) e tendo feridas a algumas praças. Este revez e a notícia de se achar o Coronel Bento Gonçalves da Silva à frente dos sediciosos fizeram desanimar a tropa legal.

No dia seguinte (20) pela manhã apareceram fixadas nas esquinas da cidade proclamações assinadas por aquele coronel e espalhou-se o boato que montavam a 600 homens os revoltosos.

"Observando eu, pois, na manhã de 20, que a força que defendia a lei e o governo legítimo decrescia consideravelmente, convoquei os oficiais, que se achavam ao meu lado, expondo-lhes o estado dos negócios, assentaram todos que devíamos deixar o palácio e reunirmo-nos no trem de guerra, até que chegassem várias forças de fóra que, segundo as minhas ordens, deviam chegar por aqueles dois dias. "De novo proclamei, mas os cidadãos armados, que me acompanharam para o trem, apenas seriam uns 50. Esses mesmos se foram retirando, e às 11 horas da noite contaram-se ali sómente 9 oficiais, não obstante o derradeiro esforço que eu havia feito para juntar gente na tarde do mesmo dia.

"Tinha eu ido a bordo do brigue americano "Trafalgar", afim de pôr minha família a salvo de algum insulto, e aí foram ter comigo o Capitão das Guardas Nacionais Manuel Vaz Pinto e o meu pronto comparecimento no trem faria animar a aparecer ali muitos cidadãos, principalmente adotivos, e que mesmo estrangeiros convidados pelo referido Vice-Consul, em consequência de requisição minha, concorreriam a defender a causa do governo legítimo. Vãos esforços.

"Voltei ao lugar indicado: alguma gente se reuniu, posto que não tanto quanto se havia prometido, e, como disse, já às 11 horas da noite apenas se achavam no trem nove oficiais.

"A essa hora soube que os permanentes tinham desertado para os rebeldes, à exceção do 1.^o comandante Francisco Felix da Fonseca

Pereira Pinto, do 2.º Comandante o tenente Alvarenga, de um cabo, um soldado e um corneta.

“Foi forçoso abandonar a cidade de Pôrto Alegre.

“Fiz passar o rio alguns oficiais que declararam querer unir-se ao marechal comandante das armas, e dei ordem ao brigadeiro Menna Barreto para que, antes de desamparar o trem, inutilizasse o armamento e encravasse as péças, que não pudesse fazer transportar para bordo das embarcações de guerra surtas no pôrto, mas infelizmente esta ordem não foi cumprida.

“Fui então para a escuna “Rio Grandense” e, acompanhado pela outra escuna “Vinte e Nove de Outubro”, dirigi-me para esta cidade do Rio Grande, onde tenciono conservar a séde do govêrno temporariamente”.

1836

8 de Janeiro — Segue do Rio de Janeiro, com destino ao Rio Grande, então sublevado, uma força naval composta dos brigues “Três de Maio”, comandado pelo 1.º tenente Bernardino José Coelho, e “Niger”, do comando de José Maria Ferreira, do patacho “Pojuca” e um transporte, conduzindo 316 praças de caçadores e 64 de artilharia.

2 de Junho — O vapor “Liberal”, comandado pelo 2.º Tenente Joaquim Raimundo de Lamare e canhoneiras “Oceano” e “São Pedro Duarte” batem-se com os rebeldes do Rio Grande no rio S. Gonçalo, sendo a última completamente destruida pelo fogo da bateria do Passo dos Negros.

5 de Junho — Segue do Rio de Janeiro, no brigue escuna “Leopoldina”, do comando do Capitão-Tenente Guilherme Parker, o Capitão de Mar e Guerra John Pascoe Greenfell, nomeado comandante das forças navaes em operações contra os rebeldes do Rio Grande do Sul.

9 de Julho — O chefe Greenfell, com a barca a vapor “Liberal” e a canhoneira n.º 2, reconhece um forte que os rebeldes do Rio Grande haviam levantado na barra do arroio Pelotas e que era armado com um canhão de 9 e dois de 6.

23 de Julho — A escuna “Farroupilha”, dos rebeldes do Rio Grande do Sul, passa-se para a legalidade com toda a guarnição, composta de 31 homens. Era armada com cinco canhões de bronzê e 30 espingardas.

22 de Agosto — O chefe Parker, tendo recebido de Pôrto Alegre, vindos da canhoneira n.º 4 e três hiates mercantes, duzentas e quarenta praças comandadas pelo Coronel Francisco Xavier da Cunha, resolve atacar o forte de Itapuã.

Às 10 horas da manhã, na canhoneira n.º 3, reconhece a praia e decide efetuar o desembarque no ponto denominado "Desertas", às 4 horas da madrugada seguinte.

As canhoneiras ns. 1, 2 e 4 e os hiates em que estava a tropa, deviam fazer-se de vela às 10 da noite; os patachos "Leopoldina" e "Venus", e as canhoneiras ns. 3, 5 e 6 suspenderam ao romper do dia, e, aproximando-se do flanco do forte, romperam fogo, que devia continuar até que de terra, por um sinal convencionado, se lhes avisasse estar a força assaltando junto às trincheiras; e, finalmente, ordenou-se que o 2.º Tenente Daniel Thompson e toda a tropa da brigada de marinha existente a bordo (28 praças) desembarcassem servindo de sapadores.

A hora convencionada suspenderam as embarcações, mas o forte vento de SSE e a grande cerração obrigaram-os a fundear de novo adiando a operação.

23 de Agosto — Às 5 horas da madrugada, tendo acalmado o vento, suspendem os navios do Capitão-Tenente Parker para efetuar o desembarque em Itapuã (Rio Grande do Sul), mas, havendo na praia, que se tinha escolhido, mar de rolo, resolve-se dirigir a força para o Saco do Faria, e atacar primeiro o forte do Junco.

Às 9 horas da manhã começa o desembarque.

A canhoneira n.º 1, comandada pelo 1.º Tenente Joaquim Raimundo de Lamare (depois Almirante e Visconde de Lamare), e n.º 2, do comando de Rodrigo de Lamare (falecido em chefe de esquadra) batem o flanco esquerdo da fortaleza; a de n.º 6 bombardeia o flanco direito; as de ns. 4 e 5 e os hiates permanecem em frente ao ponto do desembarque, para assegurar a retirada no caso de um revez.

Apesar da resistência que oferecem os rebeldes são rechaçados até às trincheiras, que à 1 hora e 30 caem em poder dos legais.

Perdem os revoltosos 32 praças mortas, 10 prisioneiros, duas peças de calibre 9, uma coronada.

28 de Agosto — Ocupação do forte de "Itapuã" (Rio Grande do Sul) pelas forças legais.

Tomado o forte do Junco e reembarcada a tropa, pretenderam o chefe Greenfeld e o Coronel Francisco Xavier da Cunha assaltar imediatamente Itapuã, mas o vento de NO, que então soprava, não permitiu que os navios se aproximassem.

O mau tempo continuou desde 23 até 27 à noite. Depois de meia noite participou o 1.º tenente Lauriano, comandante do patacho "Leopoldina", ao chefe Greenfeld, que observava movimento desusado em terra, parecendo-lhe que os rebeldes abandonavam a posição.

Imediatamente se mandou aviso ao Coronel Cunha; às 5 horas da manhã de 28 suspenderam os navios e foram fundear junto à fortificação, desembarcando toda a tropa.

Os rebeldes tinham encravado a artilharia e metido a pique um patacho e um brigue, que lhes auxiliavam a defesa.

20 de Setembro — A província do Rio Grande do Sul declara-se desligada do Império e proclama a república. (*)

“Aos 20 do mês de Setembro de 1936, 1.º da independência e liberdade rio-grandense, nesta vila de Jaguarão, às quatro horas da tarde, abriu-se a sessão com cinco Srs. vereadores, e, tomando assento, o Sr. presidente disse haver convocado a camara para fazer-se presente neste momento a deliberação da maioria da província, respeito a ficar desligada da família brasileira, instituindo um governo republicano.

“E, sendo aprovado com unanime aplauso de toda a camara esta nova instituição, deliberou o Sr. Presidente ao Exmo. Sr. Comandante Superior Bento Gonçalves da Silva, mostrando-lhe a deliberação que tomou este corpo municipal, pedindo-lhe queira dirigir inteiramente o leme do governo deste estado, como chefe dele, e protetor da república e liberdade rio-grandense, devendo marcar o dia, em que se ha de proceder à eleição dos deputados para a assembléia constitucional, em cuja mão deve depositar os poderes, inteiramente, que se lhe confiar, para que esta os transmita a quem achar conveniente.

“Em seguida, o sr. presidente deu os vivas seguintes:

“Viva a Independência!

“Viva o Exmo. Comandante superior Bento Gonçalves da Silva, chefe do estado!

(*) Embóra certa a referência, cumpre explicar que a República Riograndense não foi proclamada no dia 20 de Setembro de 1836, talvez propositalmente escolhido pela Câmara de Jaguarão, mas sim no dia 11. O ato da Câmara de Jaguarão nada mais foi do que confirmação da declaração do General Neto, na sua proclamação de 11 de setembro, confirmada pela ata do dia 12, em que assinaram, além dele, mais 52 pessoas, chefes, oficiais e sargentos de sua força — a 1.ª Brigada de Cavalaria.

Damos a seguir, para maior clareza, a integra desses dois documentos:

PROCLAMAÇÃO DO GAL. NETO

“Bravos companheiros da 1.ª Brigada de Cavalaria! Ontem obtivestes o mais completo triunfo sobre os escravos da corte do Rio de Janeiro, a qual, invejosa das vantagens locais da nossa província, faz derramar sem piedade o sangue dos nossos compatriotas para, deste modo, faze-la presa das suas vistas ambiciosas.

Miseráveis! Todas as vezes que seus vis satélites se têm apresentado diante das forças livres, tem sucumbido sem que este fatal desengano os faça desistir dos seus planos infernais.

“Viva a revolução de 20 de Setembro de 1835, e todos os livres que cooperaram para ela!

“Os quais com regosijo e grande entusiasmo foram repetidos pela câmara e demais circunstantes que estavam presentes.

E, não ocorrendo nada mais, lavrou-se esta ata, que se aprovou e firmou, e fechou-se a sessão.

“Eu Joaquim Floriano de Paiva, secretário, a escrevi, — Domingos Moreira — José Fernandes Passos — João Antônio de Oliveira Valle — Manuel Gonçalves Meireles — Severino Antônio de Medeiros”.

2 de Outubro — A barca a vapor “Liberal”, — a escuna “Legalidade” e as canhoneiras ns. 3, 5, 6 e 7, sobem às ordens do chefe Greenfell, tomam posição em linha desde a ilha da Paciência até a ilha do Araujo, guardando os pontos por onde podiam passar os rebeldes do Rio Grande do Sul, comandados por Bento Gonçalves e Crescêncio. O primeiro, com uma força de mil homens e dezeseite peças de artilharia, ocupava o rincão do Fanfa, o segundo, com quatrocentas praças, ocupava as charqueadas fronteiras ao rincão, ambos sitiados do lado do Norte pela tropa legal composta de dois mil homens e quatro peças ao mando do comandante das armas.

São sem número as injustiças feitas pelo governo: seu despotismo é o mais atroz. E sofreremos calados tanta infamia? — Não.

Nossos compatriotas, os rio-grandenses, estão dispostos como nós a não sofrer por mais tempo a prepotência de um governo tirano, arbitrário e cruel, como o atual.

Em todos os angulos da província não sôa outro éco que independência, república, liberdade ou morte.

Este éco majestoso, que tão constantemente repetis, como uma parte deste sólo de homens livres, me faz declarar que proclamamos nossa independência provincial, para o que nos dão bastante direito os nossos trabalhos pela liberdade e o triunfo que ontem obtivemos sobre estes miseráveis escravos do poder absoluto.

Camaradas! Nós que compomos a 1.^a brigada do exército liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta província, a qual fica desligada das demais do império, e fórma um Estado Livre e independente, com o título de República Rio-grandense, e cujo manifesto às nações civilizadas se fará competentemente.

Camaradas! Gritemos pela primeira vez: Viva a República Rio-grandense! Viva a Independência! Viva o Exército republicano rio-grandense!

Campo dos Menezes, 11 de setembro de 1836.

Antônio de Souza Netto, coronel comandante da 1.^a brigada”.

ATA DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

“Aos doze do mês de setembro do ano de 1836, no acampamento volante da costa do rio Jaguarão, achando-se a brigada em grande parada, estando presente o coronel comandante da mesma, os oficiais e oficiais inferiores que subscrevem, por unanime vontade destes e a tropa da dita, foi declarado que a província do Rio-Grande de ora em diante se constituia nação livre e independente, com o título de Re-

Durante a noite, aproveitando um canal, Bento Gonçalves passou com toda a artilharia para a ilha do Fanfa.

3 de Outubro — Às 11 hors da manhã os rebeldes da ilha do Fanfa romperam o fogo de uma bateria de três peças de calibre 9, contra a escuna "Legalidade", sendo ferido logo em começo da ação o comandante Luiz Alves dos Santos Marques (2.º tenente).

As canhoneiras ns. 5 e 6, rebocadas pelo "Liberal", tomam posição pelo pôpa da escuna; a n.º 7 fundeia em frente ao forte e até o escurecer continúa o combate entre os navios e a terra.

À noite os rebeldes mudam a posição de sua artilharia, retirando-se para dentro do mato. (Vide "Efemeride" de 4).

4 de Outubro — Combate da ilha do Fanfa, no Rio Grande do Sul.

Às 9 horas da manhã desembarca uma força de infantaria, e às 10 horas o Coronel Francisco Xavier da Cunha avança pelo flanco da bateria dos rebeldes.

"Os revoltosos já haviam abandonado a posição do dia anterior — diz o chefe Greenfell — e se retirado para o centro da ilha. Aí foram vigorosamente atacados e coagidos a retirar-se com grandes perdas para o acampamento do outro lado da ilha.

"Às 3 horas, tendo combinado um outro ataque com a infantaria e as canhoneiras, começa o fogo, quando se soube que os rebeldes se entregavam".

A vitória de Fanfa pareceu que pacificaria a província. O comandante das armas, em officio ao ministro da guerra, em 9 do mesmo mês, dizia:

"A recordação que esta vitória restitue ao império á província, a pública Rio-grandense, não só por ter todas as formalidades para representar entre as demais nações livres do universo, sinão também obrigados pela prepotencia do govêrno do Rio de Janeiro, que por muitas vezes tem destruido seus filhos, ora deprimindo sua honra, ora derramando seu sangue e finalmente desfalcando-a de suas rendas públicas. — Por todos os motivos que se declaram em a próxima reunião de Assembléia Nacional Constitucional Legislativa, protestam ante o Ser Supremo do Universo não embainhar suas espadas e derramar seu sangue, antes que retroceder de seus princípios políticos proclamados em a presente declaração". (Seguem-se as assinaturas):.

* * *

A instalação solene da República Rio-grandense realizou-se a 6 de novembro de 1836, na vila de Piratini, com a eleição dos ministros (Veja-se: Walter Spalding: *A Revolução Farroupilha*, Brasileira vol. 458, São Paulo, 1939, e *Idem Farroupilhas e Caramurus* — Edição da Secretaria de Educação e Cultura — Pôrto Alegre, 1944).

Note-se, também, que não foi apenas a Câmara Municipal de Jaguarão que confirmou a proclamação da República Rio-grandense pelo General Antônio de Souza Neto, mas várias outras. A de Jaguarão salientou-se por ter sido a primeira. — W. Sp.

liberdade à pluralidade dos seus habitantes do ferreo jugo de uma ditadura, pondo-os ao abrigo de leis salutaes e beneficis, nos faz de alguma forma menosprezar o sangue de nossos irmãos, e a intima convicção de que da parte das forças e autoridades legais nada se omitiu para se evitar combate, apesar de contar certa a vitória, tranquilizam de alguma sorte as nossas consciências”.

A luta, entretanto, só terminou nove anos depois.

1837

28 de Abril — Fundeia no porto de Maldonado uma embarcação com carta de corso, trazendo içada a bandeira da República Rio Grandense.

Procedente de Montevidéu, onde tentára desembarcar alguns escravos, era perseguida pelo brigue “Real Pedro”; ventos contrários, porém, demoraram este navio — assevera uma correspondência de Montevidéu, publicada no “Jornal do Comércio” de 30 de Junho, e pela segunda vez frustra-se a tentativa de aprisionar aquele corsário.

20 de Maio — O chefe de divisão João Pascoe Greenfell e o comandante superior da guarda nacional do distrito do Rio Grande, João da Silva Tavares, assinam uma suspensão de armas como o chefe rebelde Domingos Crescêncio, sob as seguintes condições:

Art. 1.º — Ficará servindo de divisa às forças comandadas pelas partes assinadas o rio de S. Gonçalo, até que pelo governo a que pertencem se decida a suspensão d'armas, hoje tratada.

Art. 2.º — Que as forças navais ocuparão o rio S. Gonçalo, conforme lhe parecer mais conveniente, enquanto as ditas forças estiverem debaixo do comando do chefe de divisão João Pascoe Greenfel.

Art. 3.º — O comandante superior mandará retirar toda a força que tiver na margem esquerda do rio S. Gonçalo, e da mesma maneira o comandante das forças republicanas fará parar qualquer força que tenha na margem direita do rio, ou que para ali se encaminhe.

Art. 4 — Esta suspensão d'armas só é admissivel enquanto o Exmo. Chefe de divisão João Pascoe Greenfel, vai a Porto Alegre, a tratar com o Exmo. Sr. Presidente da provincia, Francisco das Chagas Santos, e com o General em Chefe das Forças Republicanas Antônio de Souza Neto.

Art. 5.º — De hoje em diante ficam cessadas todas as hostilidades entre as forças ao mando das partes contratantes.

Art. 6.º — E último. O objeto d'esta suspensão é procurar dar fim à guerra civil, que tanto tem afligido a provincia do Rio Grande do

Sul, e dar tempo para se obterem da côrte do Rio de Janeiro meios conciliatórios, par evitar o derramamento do sangue brasileiro. E para firmeza do que assinam as partes contratantes.

Margem esquerda do rio S. Gonçalo, 20 de Maio de 1837. — João Pascoe Greenfel. — João da Silva Tavares. — Domingos Crescêncio de Carvalho.

21 de Maio — O chefe Greenfel, depois de firmada a suspensão de armas com Crescêncio, segue para Pôrto Alegre, deixando no rio S. Gonçalo a barca a vapor e duas canhoneiras sob o comando do 1.º Tenente Antônio José Francisco da Paixão, a quem dá as seguintes instruções: “Fará observar religiosamente, na parte que lhe tocar, os artigos da suspensão de armas, cuja cópia lhe remeto:.

Conservará as canhoneiras unidas no fundeadouro entre o passo dos Negros e o arroio de Pelotas e fará, de tempos rondar pelo rio S. Gonçalo a barca a vapor e, na sua falta, um lanchão armado.

Proibirá toda correspondência de um para outro lado do rio que não seja autorizada pelo comandante superior José da Silva Tavares, com quem se entenderá, agindo de acôrdo com êle em tudo mais que ocorrer ao serviço nacional e imperial”.

Sob o pretexto de não ser-lhe entregue um soldado aprisionado no momento em que se resolvia a suspensão, passa o chefe Crescêncio com suas tropas na noite de 10 de Junho o rio, obrigando Silva Tavares a refugiar-se na cidade do Rio Grande, que ficou desde então sitiada.

De volta a S. Gonçalo e depois de longas conferências com os rebeldes, conseguiu ainda Greenfel que Crescêncio voltasse à sua anterior posição.

No officio de 4 de julho, dirigido a Parker, dizia Crescêncio: “Hoje ultimei a minha passagem e praza aos céus que seja a última vez que, com as armas na mão, tenham os republicanos de passar tal rio”.

3 de Agosto — Proclamação do chefe Greenfel aos habitantes de Pelotas e Piratinim:

“As forças navais tornam a ocupar S. Gonçalo; os mesmos sentimentos que ditaram a suspensão de armas em 20 de Maio, as animam. Vemos em vós outros, patrícios dominados ou iludidos por homens ambiciosos, que procuram lucrar com o fruto do vosso trabalho e do vosso sangue.

“O barbaro procedimento dos sitiantes, no bombardeamento de Pôrto Alegre, onde sómente morreram alguns inermes e inocentes, acumulará sôbre suas cabeças a maldição dos riograndenses.

“Facil era à força naval vingar-se de semelhantes atrocidades nas cinzas desta cidade; porém, longe das armas imperiais, esteja seme-

lhante nódoa. Descançai em vossas casas, ou, como brasileiros, apresentai-vos com franqueza a nós. Somos patrícios e amigos”!

1.º de Outubro — Pequeno tiroteio entre o patacho “Leopoldina”, palhaborde “Parker” e canhoneira n.º 6 sob o comando do Capitão de Fragata Parker e os rebeldes da vila do Triunfo.

Tendo recebido ordem de subir até aquele ponto, a entreter a atenção dos rebeldes e desvia-la de uma força que devia ir às charqueadas buscar bois e cavalos, partira de Pôrto Alegre em 23 de Setembro.

1838

24 de Fevereiro — Os rebeldes do Rio Grande, comandados pelos chefes Crescêncio e Neto, em número superior a mil homens das três armas, infantaria, cavalaria e artilharia, tentam forçar as passagens do rio S. Gonçalo, construindo para esse fim uma bateria, na margem do mesmo rio, na volta do Medeiros.

As canhoneiras ns. 1 e 6, do mando dos 1.ºs Tenentes Manoel Maria de Bulhões Ribeiro e Antônio José Francisco da Paixão, que se achavam na barra do Piratinim, suspendem imediatamente, a espia, contra um vento forte de NE, e collocam-se à distância de tiro de metralha do inimigo.

O fogo, que prolongou-se desde às 4 horas da tarde até o escurecer, produziu tanto estrago nos revoltosos, que desistiram do intento e à noite se retiraram abandonando o forte, que, cheio de sanguinolentos vestígios do combate, foi arrazado.

1.º de Setembro — O govêrno da República Rio Grandense decreta o corso contra o Brasil:

“Piratinim, 1 de Setembro de 1838, 3.º da independência e da República.

Sendo um dos principais deveres do govêrno tomar todas as medidas que julgar acertadas para repelir por todos os modos os ataques que o govêrno do Brasil, instigado por uma facção fratricida, e avessa às liberdades pátrias, insiste em dirigir pela maneira mais pérfida e bárbara, não só contra as propriedades públicas e particulares deste Estado mas também contra a opinião bem pronunciada de todos os homens livres, de que se compõe a sociedade brasileira, conformado inteiramente com os princípios seguidos e estabelecidos em todo o continente americano; e havendo em consequência o govêrno da república estabelecido pelo alvará de 12 de Novembro de 1836 o regulamento do corso, em conformidade com as disposições dos outros alvarás em vigor, de 7 de Setembro de 1796 e 9 de Maio de 1797, concedendo a todos os cidadãos deste Estado e estrangeiros a faculdade de armarem corsários, que durante a presente lide com aquele tirânico govêrno se empreguem igualmente contra as suas propriedades e lhe

façam toda a sorte de guerra que puderem, com a força de suas armas, na fórmula que lhe é permitido no dito regulamento; e tornando-se esta medida indispensável e de grande transcendência nas atuais circunstâncias, o presidente da república, tendo ouvido o conselho de ministros, resolveu que ela se faça efetiva com toda a presteza, autorizando os comandantes de tais corsários, assim com os das embarcações de guerra da marinha da república, para fazerem a guerra tanto no mar largo como na lagôa dos Patos e Mirim, e rios confluentes dentro deste estado; o que se fará público para chegar ao conhecimento de todos os seus habitantes, a bem de, os que se propuzerem a armar corsários de qualquer natureza que sejam, solicitarem os seus títulos pelo respectivo secretário dos negócios da Marinha.

José da Silva Brandão, ministro e secretário deste estado dos negócios da guerra, marinha e exterior, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários”.

20 de Setembro — E' dispensado, a seu pedido, do comando das forças navais estacionadas no Rio Grande do Sul, o chefe de divisão John Pascoe Greenfel e nomeado para substitui-lo o Capitão de Mar e Guerra Frederico Mariath, que assume o cargo em 23 do mês seguinte.

23 de Outubro — O Capitão de Mar e Guerra Frederico Mariath assume o comando da força naval em operações contra os rebeldes do Rio Grande do Sul.

1839

1.º de Fevereiro — Os rebeldes do Rio Grande do Sul apoderam-se de um lanchão e das canhoneiras ns. 7 e 9, comandadas pelos primeiros tenentes Antônio Dias dos Santos Bellico e Manoel Luiz Pereira da Cunha.

Tinham sido colocadas estas embarcações no rio Caf para proteger a força do exército legal que tentava fazer levantar o sítio da capital da província, e de madrugada foram atacadas por 2.000 homens de infantaria e artilharia sob o mando de Bento Manoel Ribeiro.

Depois de uma marcha de 9 a 10 léguas haviam chegado durante a noite, os rebeldes, à margem direita do rio e, postadas duas peças de artilharia na barranca, romperam inopinadamente vivíssimo fogo.

A canhoneira n.º 7, varada por diversas balas, foi a pique sobre as amarras, a n.º 9 e o lanchão foram conduzidos para as cabeceiras do rio, acima de Monte-Negro.

Logo que ouviu o estampido de artilharia, suspendeu o chefe Mariath com os vapores “Liberal” e “Cassiopéa”; não chegou porém ao lugar do combate senão às 10 horas da manhã, quando a luta já estava terminada.

Morreu pelejando o 1.º Tenente Bellico, comandante da n.º 7.

19 de Fevereiro — Os lanchões dos rebeldes do Rio Grande, saindo do Camacuan, surgem a barlavento de um comboio de embarcações legais, que se dirigia para a cidade do Rio Grande e se achava fundeado perto de Itapuã, à espera de vento.

Perseguidos pela canhoneira n.º 4 e pelo cutter “Maruf”, puderam escapar-se por um riacho, onde não era possível navegarem os nossos navios.

24 de Março — Proclamação do presidente da República Rio Grandense aos lageanos. “A notícia da generosa cooperação que prestastes às armas republicanas, foi ouvida pelo povo rio-grandense com expressão de reconhecimento e de verdadeiro entusiasmo: a República vos rende por tais feitos sinceras ações de graças.

“Irmãos! correi aos nossos braços; não sereis certamente dos últimos a desprezar o pendão da independência, e dar aquele grito sempre pavoroso aos tiranos da popular liberdade.

“Já os briosos paulistanos fazem tremular aos olhos dos seus opressores aquele pendão sagrado; cinco das suas principais vilas têm vingado nos escravos de um coroado despota, 16 anos de vexação e arbitrariedade.

“Os briosos catarinenses, escudados por nossas vitórias falanges, não tardarão em imita-los; o Ceará e Sergipe encetaram a magestosa carreira da resistência ao infame governo, que os maltrata; o Maranhão se dispõe e prepara para tão honrosa empresa; o Pará e Baía juram sobre as cabeças ensanguentadas de seus filhos, sacrificados à vingança do partido lusitano, mil vezes mais formidáveis; o vacilante império brasileiro, carregado de vícios, próximo a uma estrondosa bancarrota, prestes a sucumbir ao peso ingente de uma enorme dívida pública, devorado pelas facções que o dilaceram, esse edificio monstruoso de corrupção e de crimes, se desmorona e parece cair por toda parte.

“Ora pois, lageanos, às armas!

“Fazei troar no meio de vossas montanhas o brado glorioso da vossa emancipação absoluta; despedaçai o imperioso grilhão do despotismo, e cheios de indignação lançai-o fóra!

“Que podeis recluir, contando-nos a nós e aos nossos poderosos aliados no número dos vossos amigos?

“Vossas posições geográficas, vosso caráter, vossos hábitos e usos, tudo concorre a irmanar-nos para sempre em um anel firme: sejamos um e o mesmo povo; pois a Providência, que a todos os homens fez livres, não deixará (porque é justo abençoar os nossos esforços) de fazer prosperar as nossas armas.

“Dada em minha residência presidencial de Caçapava, aos 21 de Março de 1839, 4.º da Independência e da República”.

23 de maio — O chefe de divisão John Pascoe Greenfel é nomeado

pela segunda vez comandante da força naval estacionada no Rio Grande do Sul.

29 de julho — Os revoltosos do Rio Grande do Sul abandonaram as posições de Itapuã e Ponta do Junco, e, protegidos pela escuridão da noite, retiraram-se em um lanchão que tinham amarrado junto às baterias.

O chefe Greenfel, na barca “Cassiopéa”, os persegue por toda a costa do Saco do Capivarí, até que se internou por um riacho, onde não foi possível navegar a “Cassiopéa”.

“O 1.º Tenente José Ricardo Coelho de Abreu, com quatro canhoneiras, fica bloqueando esse ponto.

14 de julho — Partem do Rio Grande com destino à Laguna, afim de apoiar a força de Canabarro, os lanchões rebeldes ao mando de Garibaldi.

“Projetava-se a expedição a Santa Catarina — dizem as “memórias de Garibaldi”. Fui chamado par n’ela tomar parte e colocado sob o mando do General Canabarro. Havia sómente uma dificuldade; não podíamos saír da lagôa cuja embocadura estava guardada pelos imperialistas.

“Realmente, na margem meridional se achava a cidade fortificada do Rio Grande, na setentrional S. José do Norte, vila pequena e também fortificada. Ora, essas duas praças, bem como Pôrto Alegre, estavam em poder dos imperialistas e os tornavam senhores da entrada e saída da lagôa. Não possuíam senão esses três pontos, é verdade, mas era o suficiente.

“Entretanto com homens como os que eu comandava nada era impossível.

“Propuz deixar na lagôa os dois pequenos lanchões; seu chefe seria um excelente marinheiro, de nome Zeferino Dutra. Eu com os outros dois e a parte mais afoita de nossos voluntários acompanharia a expedição operando por mar, enquanto o General Canabarro o fizesse por terra.

“Era um ótimo plano e tratou-se de pô-lo em execução.

“Propuz construir duas carretas bastante grandes e sólidas para em cada uma ser colocado um lanchão, e faze-las puxar por bois e cavalos, tantos quantos fossem necessários...

“Em uma das extremidades da lagôa — a oposta ao Rio Grande, isto é, ao NE. — existe no fundo de uma enseada um pequeno riacho que corre da lagôa dos Patos ao lago Tramandaí, ao qual se tratava de levar os lanchões.

“Fiz mergulhar n’esta enseada, tanto quanto possível, uma de nossas carretas; e do mesmo modo por que procedíamos para transportá-los por cima dos bancos de areia, suspendemos o lanchão até que a

quilha assentasse sobre o duplo eixo. Com bois jungidos à carreta com solidas cordas foram fustigados ao mesmo tempo, e vi, com uma satisfação que seria impossível descrever, o maior dos dois navios se pôr em marcha.

“A segunda carreta desceu, por seu turno; como a primeira foi carregada e como aquela se moveu.

“Os habitantes gozaram então de um espetáculo curioso e desacostumado o de dois navios atravessando em carreta, arrastados por duzentos bois, um espaço de cincoenta e quatro milhas, isto é, dezoito léguas, sem a menor dificuldade, sem o mais pequeno acidente.

“Chegados ao Tramandaí foram lançados à água da mesma maneira porque tinham sido embarcados...

“O Tramandaí é formado pelas águas correntes que têm origem na vertente oriental da cadeia do Espinhaço. Comunica-se com o Atlântico mas esta comunicação tem tão pouca profundidade que na maré alta apenas atinge a quatro ou cinco pés.

“As 8 horas da noite levantamos âncora (já no oceano) e começamos a derrota”.

15 de julho — O lanchão “Rio Pardo”, da força de Garibaldi, naufraga junto à barra do Araranguá, perecendo dezeseis homens da equipagem.

22 de julho — A revolução, começada quatro anos antes na capital da província do Rio Grande do Sul, continuava em campo, apesar dos esforços empregados pela regência para debelá-la, e se alguns reveses tinha sofrido, em mais de uma ocasião a vitória coubera à valentia de seus soldados, ao denodo e à habilidade de seus chefes.

Iniciada em 20 de Setembro de 1835, com o único fim de depôr o presidente Fernandes Braga, a quem se attribuia grande parte dos males de que era vítima a província, desde a abdicação do primeiro imperador, achava apoio no excitamento das idéias democráticas, que o partido federalista soubera propagar, e, a 12 de setembro de 1836, Antônio Neto, à frente de suas tropas, na vila de Jaguarão, proclamara a república, constituindo o Estado Rio Grandense. (*)

Em vão se esforçava o regente para aquietar os animos e chamar os revoltosos à paz e à concordia. Os triunfos obtidos sobre as forças legais por David Canabarro, por Bento Manuel, por Antônio Neto e por tantos outros animavam os republicanos, incitando-os à luta, que só deveria terminar após dez anos dos mais ingentes sacrificios e do mais extremado devotamento.

Em quasi toda a província flutuava já o pavilhão tricôlor, esta-

(*) Veja-se a nota que fizemos à data 20 de Setembro de 1836. — W. Sp.

belecido pelo decreto de 12 de novembro de 1836; não tinham, porém, os revoltosos um pôrto de mar por onde pudessem receber os socorros de que careciam, etsando em poder dos imperialistas a cidade do Rio Grande e vila de S. José do Norte, que dominam a entrada da lagôa — suas vistas tinham-se fixado sôbre uma parte da província de Santa Catarina, onde sabiam achar simpático acolhimento à idéia de separação do govêrno central do Brasil, e a 22 de julho, uma força procedente de Viamão, sob o mando de David Canabarro, e apoiada pelo lanchão “Seival”, do comando de José Garibaldi, apodera-se da vila de Laguna e da escuna “Itaparica” e lanchões “Lagunense” e “Santa Ana”.

O lanchão “Catarinense”, depois de porfiado ataque, e esgotadas as munições, é queimado pelo próprio comandante.

25 de julho — O general David Canabarro, de posse da vila da Laguna, officia ao presidente da câmara municipal, comunicando ter proclamado a independência do Estado de Santa Catarina e ordenado que se elegesse o presidente.

“Declarada a independência do Estado, — diz êle — julgo de urgente necessidade que, pelo veículo dessa corporação seja efetuada a eleição provisória do presidente até a instalação da futura assembléia constituinte: podendo para ela servirem as instruções de 26 de março de 1824 e as mais em vigor, tendentes a este objeto, contanto que, para não haver demora que nos é prejudicial, se faça pelos atuais eleitores, reunidos em seus colégios no dia que fôr assinados por V. S.

“A nação rio-grandense praticou o mesmo em circunstâncias bem calamitosas para ela e quando a maior parte dos seus municípios eram ocupados pelos imperialistas”. (V. Araripe, Guerra Civil do Rio Grande do Sul).

24 de agosto — O chefe Greenfel toma no rio Camaquã (Rio Grande do Sul) os lanchões dos rebeldes “Rio Pardo”, “Independente” e “Setembrina” e duas lanchas. Inutiliza todas as madeiras que existiam preparadas para construção de outras embarcações na Lagôa Formosa, arsenal dos revoltosos.

8 de novembro — O patacho “Patagonia” e as escunas “Andorinha” e “Bela Americana” atacam os navios de Garibaldi no porto de Imbituba.

Como já dissemos, partira Garibaldi da Lagôa dos Patos com o fim de auxiliar por água as forças de Canabarro e lograra conduzir sôbre possantes carretas puxadas por cem bois cada uma, dois dos quatro grandes lanchões que tinha sob seu comando. Atravessára assim dezoito léguas de campo até chegar à margem da lagôa Tramandaí, vencendo as mais insuperáveis dificuldades; rompera por entre os reci-

fes e escolhos que fecham a barra daquela lagôa, sulcando caminhos até então impraticáveis; chegando ao oceano, frustrada toda resistência da esquadra imperial, que o supunha bloqueado e, tendo naufragado, em frente a Araranguá, com o "Rio Pardo", seguira por terra até Laguna, onde depois aportava o "Seival".

Recebendo aí ordem de cruzar pela costa, afim de obter alguns recursos, saíra de novo o intrépido italiano comandando uma das escunas apresadas, a "Libertadora", já então denominada "Rio Pardo", acompanhada pela "Caçapava" e pelo "Seival", do comando do norte americano João Griggs e do italiano Lourenço, e só voltou à Laguna depois de ter sustentado três combates com as forças legais e de ter praticado atos que por si só dariam fama a seu nome, si não tivesse êle de immortalizar-se, mais tarde, na defesa da Pátria.

Logo que suspendeu do ancoradouro, foi o valente "condottiere" perseguido de perto pela corveta "Regeneração", durante dois dias consecutivos, sendo obrigado a coser-se com a terra e a navegar, respondendo a cada instante ao fogo que recebia, e ainda bem não tinha reparado as avárias que esse encontro ocasionára, quando, já separado da "Caçapava", empenhava nova ação com o brigue-escuna "Andorinha", comandado pelo capitão-tenente Francisco Romano da Silva.

Durante perto de cinco horas batalhara com denodo, apesar de forte vento e do mar grosso que lhe dificultava a manobra; mas desmontada a única peça do "Seival" e mortos alguns dos tripulantes do "Rio Pardo", refugiara-se no porto de Imbituba.

Bem sabia Garibaldi que aí mesmo o procurariam os navios imperiais, que o estado de uma de suas embarcações e a superioridade do inimigo não lhe permitiam a menor esperança de vitória, decidira-se, porém, a sacrificar-se pela causa que espontaneamente abraçara, e não perdendo um momento na adoção para prolongar a defesa, já tinha ancorado seu navio o mais perto possível da terra, levantado na praia uma pequena trincheira em que assestou o canhão do "Seival", sob a direção de seu bravo companheiro Manoel Rodrigues, quando ao romper do dia seguinte, chegavam ao porto a escuna "Bela Americana", o segundo sob o comando do 1.º tenente Jorge Benedito Otoni e a última ao mando de João Custódio d'Houdain.

Favorecido pelo vento, que soprava fresco, conservaram-se esses três navios à vela dando repetidas bordadas, em que procuravam aproximar-se a menos de tiro de pistola do forte e das embarcações rebeldes, e em cada passagem despediam contra as forças de Garibaldi o mais mortífero fogo de artilharia e de fuzil; combatiam, porém, estas, com igual encarniçamento e, apesar de serem grandes as perdas que sofriam, de ter o "Rio Pardo" o convés juncado de cadáveres, e das avarias no casco e no aparelho das duas embarcações, continuavam os republicanos decididos a não ceder, a deixar-se matar antes do que verem arriado o pavilhão entregue à guarda de seus brios.

O exemplo de Anita, a heroína brasileira que unira seus destinos aos de Garibaldi, emprestava valor áqueles que fraqueavam. Na tol-da, de sabre em punho, batia-se como a mais valente, e quando uma bala arrojando-a ao convés, estendia morto bem junto de seu corpo dois de seus heróicos companheiros, seu único pensamento ao levantar-se coberta de sangue dos mártires da liberdade de sua terra, fôra um novo apelo à bravura de seus marinheiros.

Durante muitas horas continuou a homérica luta; avisinhando-se, porém, a noite, a escuna "Bela Americana" teve ordem de ir pedir socorros ao chefe de nossa divisão, enquanto o "Patagonia" e a "Andorinha" permaneciam no bloqueio. Na noite de 5, iludindo a vigi-lância do inimigo, Garibaldi fazia-se de vela para o porto da Laguna, onde chegou, são e salvo na madrugada seguinte.

15 de novembro — Restauração da vila da Laguna. A notícia da ocupação da Laguna causára na capital do império dolorosa im-pressão.

Si até essa época tinham podido os insurgentes do Rio Grande re-sistir às forças legais, daí em diante essa resistência duplicaria as for-ças, podendo receber por um porto de mar, não sómente os gêneros, que já escasseavam, como mesmo munições de guerra; acrescia, po-rém, ainda o perigo a que ficava exposto o comércio marítimo do Rio de Janeiro com a aproximação dos navios republicanos.

Os negociantes da capital protestaram energicamente contra a im-previdência do govêrno, que deixava sem proteção e sem socorros suas fortunas; o povo perdia a confiança nos homens que dirigiam a po-lítica da nação e que se mostravam incapazes de sufocar um movi-mento revolucionário, que triunfava ha tantos anos; os mais patrió-tas sentiam pezarosos o golpe que arrancava da comunidade Brasi-leira mais uma província, e todos à porfia clamavam por providências que fizessem cessar os males, que cada dia se tornavam mais aca-brunhadores.

O ministro da guerra, Sebastião do Rego Barros, regressára do Teatro da guerra trazendo as notícias as mais animadoras, e prome-tendo próximo desenlace da luta no Rio Grande; "não trepidára em afirmar no parlamento que o triunfo da constituição e do trono não está distante, e que a duração da campanha não podia ser longa: des-crevera nosso exército nas condições as mais favoráveis e disposto de tal modo que seria impossível ao inimigo suportar qualquer encontro, ou deixar de ser derrotado no primeiro choque que a sorte deparas-se" (1); acontecimentos, porém, desmentiam essas esperanças e tudo fazia crer que o desmembramento do país seria completo, si não con-

(1) Alencar Araripe — Guerra civil no Rio Grande do Sul.

seguisse a regência, por um heróico esforço, restabelecer a ordem e tranquilidade no sul.

Nomeou-se então presidente da província de Santa Catarina o general Andréa, depois barão de Caçapava, que voltava triunfante da pacificação do Pará; organizou-se uma esquadrilha, cujo comando foi entregue ao capitão de mar e guerra Frederico Mariath; e recomendou-se a ambos os chefes que desenvolvessem a maior rapidez nos movimentos, perseguindo o inimigo em todas as direções e obrigando-o a internar-se de novo no Rio Grande, onde o exército legal já elevado a perto de 9.000 homens, facilmente o derrotaria.

Dotado de extraordinária atividade, logo que assumiu o novo cargo, tratou o general Andréa de reunir as forças que deviam atacar os rebeldes. Graças a um recrutamento rigoroso, que ordenára se fizesse em toda a província, organizou dois batalhões de infantaria e alguns esquadrões de cavalaria, reuniu-os a outro batalhão, que lhe fôra enviado do Rio Grande e, formando com essa tropa uma brigada, sob o comando do tenente-coronel José Fagundes dos Santos Pereira, ordenou que marchasse sobre a Laguna, que devia atacar ao mesmo tempo que Mariath com seus navios forçasse a entrada do porto.

Infelizmente, circunstâncias imprevistas inibiram que essa brigada marchasse com a presteza necessária, permitindo que a Laguna fosse restaurada apenas pela esquadrilha, então composta de duas divisões, formadas com os seguintes navios:

1.^a divisão ou da vanguarda — canhoneiras ns. 13, 6 e 14, do comando dos 1.^{os} tenentes Francisco Pereira Pinto, atualmente Almirante, barão de Ivinhema, Francisco Luiz da Gama Rosa e 2.^o tenente Manoel Moreira da Silva; lanchões ns. 1, 2, 3 e 4, comandados pelos guardas-marinha Antônio José Pereira Leal e Joaquim Rodrigues da Costa, piloto-escrivão José Manoel da Silveira e patrão Bernardino Antônio de Souza.

2.^a divisão ou da retaguarda — brigues “Eolo” e “Cometa”, ao mando do 1.^o tenente Antônio José Francisco da Paixão e capitão-tenente Bernardino de Senna e Araujo; patachos “Desterro” e “S. José”, do 2.^o Tenente Marcos José Evangelista, e piloto José de Jesus, e, finalmente, das escunas “Belico” e “Bela Americana”, dos 1.^{os} tenentes Manoel José Vieira e João Custódio d’Houdain.

De todos esses bravos, apenas restando hoje com vida o 1.^o tenente Gama Rosa, reformado no posto de capitão de mar e guerra, e o almirante Barão do Ivinhema, cuja carreira militar findou, depois de sessenta e dois anos de ininterrompidos e valiosos serviços à Pátria.

Eram duas horas da tarde de 15 de novembro, quando no navio chefe da esquadrilha de Mariath se içou o sinal de “forçar a barra”,

que se supunha fechada por grossa corrente contida sôbre embarcações fundeadas. A divisão da vanguarda, fazendo força de vela para tomar a posição conveniente na distância de seis amarras do resto da força, aprestou-se rápida para o combate, e toda a guarnição a postos começou a aproximar-se do forte, que protegia a entrada e que era guarnecida por mais de 300 homens de infantaria e artilharia.

“Bem sabia o perigo a que ia expor assim esses meus camaradas — dizia mais tarde o comandante Mariath — mas muitas vezes é necessário sacrificar os mais bravos para alcançar o bom exito de um empresa arriscada, “e não desmentiram Pereira Pinto, Gama Rosa e Moreira da Silva, nem os guardas-marinha que pela primeira vez entravam em fogo, o conceito que sôbre sua bravura formava o valente defensor da “Maceió”.

Estavam as embarcações de Garibaldi fundeadas em semi-círculo, paralelamente à curvatura da margem; uma linha de atiradores se estendiam em terra, seis canhões artilhavam a fortaleza, e durante 15 minutos o fogo de todos esses pontos convergiu a queima-roupa, na distância máxima de quatro braças, sôbre as pequenas embarcações sem borda, que os enfrentavam.

“Daí por diante passou em cada navio um sôpro de destruição — assevera o Dr. Gama Rosa no excelente trabalho que publicou em 1887, na “Semana”. Foi mais do que um combate, foi um turbilhão. Os navios avançavam com velocidade regular através de uma tempestade de balas, fuzilaria e de metralha”.

Ao estampido incessante das armas misturavam-se os gritos dilacerantes dos feridos e moribundos, o sibilar do vento através do aparelho dos navios, o quebrar violento das vagas de encontro ao costado, e a vóz dos comandantes e oficiais que animavam os marinheiros, pelejando eles mesmos com carabinas e pistolas.

As guarnições se batiam com o maior entusiasmo, como se lhes faltasse tempo para aniquilar seus inimigos. (2)

Um por um, tñham já desfilado ante as forças rebeldes todos os navios das divisões de Mariath; continuava-se o combate dentro do pôrto, havia, porém, gloria bastante para mais outro valente.

João Maria Wandenkolk, que tinha ficado no pôrto de Imbituba, reparando as avárias que o temporal da vespera causára no leme de sua pequena canhoneira, aparece no horizonte, forçando de vela, temeroso que a luta terminasse sem que para o triunfo concorresse o esforço de seu braço e isolado transpõe o perigoso passo, a tempo de colher ainda não pequena cópia de louros, quando a peleja se achava mais encarniçada.

Gama Rosa e Pereira Pinto recebem ordem de abandonar os navios de Garibaldi. As duas canohneiras sob seu comando investem

(2) Parte oficial de Mariath, em 20 de novembro.

para a "Itaparica", em que flutua a insígnia do bravo italiano, mas o incêndio que lavrara no interior desse navio, atingindo o paiol da pólvora, não permite que cáiam em poder dos imperialistas os restos mutilados dos valentes que a tripulam.

As cinco horas a vitória dos legalistas era completa; um terço da marinhagem, porém, tinha sucumbido vitimada pela valorosa resistência de Garibaldi e de seus denodados companheiros.

"O combate foi terrível — escreve o libertador da Italia — é mais mortífero do que se pôde imaginar. Dos seis oficiais que existiam nos navios, só eu sobrevivi. Todas as nossas peças foram desmontadas, mas continuamos o combate a carabina e não cessámos de fazer fogo durante todo o tempo em que por nossa frente passou o inimigo...

"Era uma verdadeiro açougue de carne humana. Caminhava-se sobre cabeças separadas dos troncos e a cada passo se tropeçava em membros dispersos.

"O comandante da "Itaparica", João Henrique de Raguna, jazia no meio de dois terços de sua equipagem, uma bala lhe tendo feito no peito um buraco capaz de deixar passar um braço. O pobre João Griggs tinha o corpo partido em dois por um tiro de metralha, recebido à queima roupa.

"O busto ficara de pé no convés do "Caçapava", com o rosto intrépido ainda purpureado pelo ardor do combate, mas o resto do corpo mutilado... Em presença de semelhante espetáculo, apalpei-me e perguntei a mim mesmo como não tendo poupado mais que os outros pudera ficar intato".

Logo que o pôrto foi tomado pela força de Mariath e reconheceu David Canabarro ser impossível a resistência, empreendeu a retirada para o Rio Grande do Sul; não deixou, porém, Garibaldi que seus navios caíssem em poder dos imperialistas.

Debaixo de vivíssimo fogo, ateou-lhes o incêndio, ao mesmo tempo que Anita desembarcava o armamento que podia carregar em um pequeno bote de dois remos, fazendo viagens sucessivas, de terra para bordo, sob a metralha inimiga.

De pé na pôpa da embarcação, cujos remadores se curvavam ao sibilar das balas, a legendária brasileira aparecia calma, firme e arrogante como a estátua de Pallas — assevera Garibaldi — e "Deus, que me protegia com o seu braço, a cobria mesmo com a sombra desse braço".

1840

16 de julho — Os rebeldes do Rio Grande atacam e tomam a vila de S. José do Norte, que horas depois, é retomada pela força legal.

Um trabalho publicado pelo Dr. Gama Rosa na "Semana" de 24 de dezembro de 1887, narra o seguinte:

“Apenas se ouviram os tiros, aprestaram-se numerosas lanchas com alguns soldados, no intuito de ministrar os socorros ao ponto atacado; mas o tempo era horrível, todas essas embarcações foram atiradas pela tempestade à ilha dos “Marinheiros”, só chegando ao lugar um lanchão, comandado pelo capitão-tenente Gama Rosa pôde aportar a seu destino...

“Ao aproximar-se o lanchão de uma ponte estragada existente nos fundos do quartel (onde o combate se travára mais renhido) foi desde logo apercebido pelos soldados e oficiais que guarneciam edificio do lado do mar... e penetrando o comandante no quartel para combinar os meios de auxiliar a guarnição, esta, reanimada com o socorro, saudou-o com repetidas aclamações.

“A situação dos defensores era já extraordinariamente precária. A luta no quartel já durava havia uma hora; a força experimenta grandes perdas na retirada e na defesa, achando-se a tropa reduzida a grandes perdas na retirada e a ponto de não poder guarnecer convenientemente os quatro lados do quartel. O comandante da praça coronel Soares de Paiva, então já ferido em uma perna, fez conhecer “de visu” ao official de marinha as circunstâncias em que se achava; comunicou-lhe a tomada de toda a vila pelos republicanos; a dificuldade que tinha em repelir o inimigo que, armado de machados, procurava arrombar as portas do quartel, queixando-se principalmente dos estragos que lhe produzia o fogo de fuzilaria partido de uma casa fronteira, que era a escola pública, nessa ocasião transformada pelos republicanos em formidável ponto estratégico.

“Do quartel faziam fogo pelas portas e janelas gradeadas, e retiradas as telhas, pela cimalha, por meio de um andaime interno.

“Ficou convencionado que a tropa guarneceria apenas a frente do quartel ficando a cargo do lanchão as três faces restantes.

“Para que bem se possa conhecer a situação dos combatentes, faz-se necessária uma breve descrição do lugar.

“O edificio do quartel, que seguramente ainda existe, era um barracão situado à beiramar; nos flancos existiam dois largos ou terrenos desocupados; a face anterior ou frente dava também para um terreno desocupado, onde apenas, havia uma casa, a da escola pública.

“Tratava-se, primeiro que tudo, de desalojar o inimigo da casa fronteira e nesse intuito foi o lanchão colocar-se em posição, de onde, obliquamente, sem ofender o quartel pudesse bombardear a habitação.

“A escuridão da noite não deixava distinguir cousa alguma, sendo as pontarias feitas ao fugitivo clarão das descargas que saíam da casa.

“Depois de algum tempo de bombardeio, o desmantelamento successivo da fragil habitação, e, principalmente, o arrombamento da

porta por uma bala de canhão que deixou a descoberto o refugio inimigo determinou o abandono da posição que, desde os primeiros tiros, se havia tornado insustentável.

“O aparecimento da força marítima não podia deixar de causar graves apreensões aos republicanos, achando-se o combate travado à beira mar onde a intervenção da marinha tinha influência decisiva.

“Assim o entenderam os chefes republicanos, e procurando tirar vantagens da única circunstância que favorecia, a escuridão da noite, levaram ataques desesperados e reiterados a todos os pontos do quartel.

“A metralha da embarcação porém, varria os lados do edificio, obrigando o inimigo a procurar refúgio nas ruas transversais da povoação.

“Na metade, última do combate, o inimigo procurava evitar quanto possível, expôr-se a peito descoberto aos fogos do lanchão.

“Nas pequenas ocasiões de calma que sucedia a esses ataques ao quartel, para de algum modo obstar o arrombamento das casas que a soldadesca dissidente praticava, o lanchão ia postar-se fronteiro às duas únicas ruas então existentes que desembocavam no mar, e dali metralhava a turba inimiga.

“Nesta ingente luta passou-se toda a noite; e, às 5 horas da madrugada, chegou à porta dos fundos do quartel o major Antônio Maria Gomes, noticiando que os republicanos procuravam arrombar a alfandega, edificio situado cerca de cem braças do quartel, o que importaria, além de tudo, em uma deshonra a perda da bandeira do batalhão, que lá se achava guardada.

“Para realizar um plano que surtiu muito efeito que o comandante do lanchão tinha em vista, foram-lhe concedidas 25 praças, comandadas pelo cadete Rosauro ainda até à pouco tempo existente, cego e reformado no posto de tenente.

“O plano consistiu no seguinte: a peça metralhava o inimigo ao mesmo tempo que o piquete e a tripulação do lanchão faziam fogo de fuzilaria, e, aproveitando a desordem e morticínio produzidos entre os dissidentes, o piquete carregava imediatamente à baioneta até à primeira rua transversal, retirando-se ao ser acossada pelo inimigo, para dentro d'água, ao abrigo do lanchão, recomeçando a mesma manobra após novas descargas.

“O inimigo destemido e brioso, persistia apesar das perdas enormes que experimentava, alastrando as ruas de cadaveres e feridos, e, sómente ao romper do dia, às 9 horas da manhã (era inverno), cessando o ataque, distinguu-se do alto do mastro do lanchão as forças inimigas saindo da vila, ouvindo-se em seguida o toque de retirada do general republicano”.

“O comandante do brigue-escuna “Andorinha”, Francisco Romano da Silva, diz a parte dirigida pelo inspetor do arsenal, Antônio Pedro de Carvalho, ao chefe Greenfel, procurando aproveitar esta ocasião para prestar maiores serviços, por não poder o brigue-escuna de seu comando mover-se como o lanchão “Torres”, foi para terra com o piloto e um soldado de artilharia, deixando ordem ao seu imediato para lhe mandar na lancha os demais soldados, para com estes guarnecer uma das peças das trincheiras; porém quando o imediato mandou à terra buscar a lancha, que na vespera ficara encailhada para limpar, já se não pôde tirar por causa do fogo dos rebeldes, e por isso não foram os soldados, como lhe havia ordenado seu infeliz comandante. O soldado foi encontrado morto em terra, do piloto ha indícios de que morrera afogado, mas do comandante não há o mais leve vestígio. Houve quem visse ainda fazer fogo com suas pistolas; mas carregando a cavalaria rebelde com grande força sobre a rua da Alfandega, da vila, ninguém mais o viu e presume-se que viera entreverado com essa força rebelde e que caíra morto ao mar de cima da estacada.

O sr. dr. Gama Rosa, no tratado já citado, declara entretanto: “era comandante desse brigue-escuna o capitão-tenente Romano que tendo ido com um piloto e um soldado buscar a família na vila, já tomada pelo inimigo, desaparecem todos, não se sabendo jámais o fim que levaram, calculando-se que houvessem sido mortos e atirados ao rio, saíndo os cadáveres barra fóra”.

Essa afirmativa, porém, não vemos comprovada nem nos parece sustentável.

A parte oficial do Capitão-tenente Gama Rosa longe de autorizar a versão de seu filho, deixa bem claro que “tendo ido à terra o capitão-tenente Francisco Romano da Silva, a comunicar-se com o comandante da guarnição, na volta para bordo foi acometido por um grupo de rebeldes, morrendo ele, o seu piloto e um soldado de artilharia de marinha”.

Parece realmente que aquele comandante se apressára em transportar-se para terra, que saltou próximo da alfandega e aí acometido por um grupo de rebeldes, morreu em consequência do seu arroj. O cadaver do soldado e do piloto encontrados nesse ponto corroboram essa opinião.

Que não foi o comandante Romano à terra com o intuito de buscar a família é facil compreender, desde que se souber que os rebeldes já estavam dentro da vila de S. José do Norte, quando foram presentidos, e morrendo Francisco Romano fóra do povoado, um e meio quilometro, já sua casa se encontrava fóra de perigo, na retaguarda dos rebeldes. A ninguém ocorreria pretender atravessar, com uma senhora e três filhos menores, as ruas de uma vila em que se batiam encarniçadamente duas forças. Acresce, porém, outra

circunstância, o comandante Romano sabia perfeitamente que nada tinham as famílias que temer dos republicanos do Rio Grande. (*)

1844

21 de junho — Os rebeldes do Rio Grande do Sul, em número de 280, sob o mando do Coronel Antônio Manuel do Amaral, atacam a vila de Jaguarão.

Em 16 de Março anterior junto ao arroio Candiota, tinha Amaral batido uma força legal, comandada por Francisco Pedro, apriando-lhe sete oficiais e quarenta praças de pret.; em Jaguarão, porém, foi repellido por um destacamento de guardas nacionais e pela guarnição da escuna "Ibicuf" (1.º Tenente Antônio Afonso Lima) e dos lanchões "Gaivotas" e "Torres".

Segundo o Sr. conselheiro Alencar Araripe (Guerra Civil do Rio Grande do Sul) tiveram os rebeldes 14 homens mortos, sendo um destes o coronel Amaral.

(*) — A ordem do dia do exército farroupilha, datada de Mostardas, 27 de julho de 1840, assim descreve a causa da retirada:

"... estando já as fôrças republicanas senhoras de toda a praça do Norte e de algumas de suas fortificações, que tinham sido tomadas sem que elle (o inimigo) ousasse sair do seu aquartelamento, teve S. Excia. (Bento Gonçalves) de as mandar retirar não só por causa da copiosa chuva que inutilizou as armas de fogo, como porque, para constringer a capitular ou destruir o resto da força inimiga entrincheirada em seus quarteis era mistér incendiar a praça, e a imagem só de um incêndio, seus horrores e consequências que fariam indistintamente milhares de vítimas inocentes, fez palpar no coração filantrópico de S. Excia. o sentimento de piedade e de compaixão. S. Excia. preferiu antes ver frustrado o plano que formou, do que pisar ufano sobre as ruínas e cadáveres ensanguentados de seus semelhantes".

Quando deram ao general Bento Gonçalves a idéia de incêndio, declarára:

— Nunca! Por tal preço, com o sacrificio de tantas famílias, não quero a rendição da praça.

E mandou tocar retirada. — W. Sp.

Documentos sôbre o Decênio Farroupilha

*Do Arquivo de Antônio Vicente da Fontoura,
copiadas por Walter Spalding.*

Ilmo. Amigo e Sr. Fontoura.

Sta. Barbara, 31 de Jan.^o de 1836.

Recebi sua apreciavel carta e a adjunta cópia que o mesmo me tinha dito o coronel Bento Gz. em carta de 27 do que finda; era o mesmo que devia esperar aquella cambada de impostores, que só para transtornar a ordem servem. No mesmo dia 27 se reuniu a Assembléia, e officiaram ao Presidente fazendo ver o transtorno na capital com a falta dele, pois o Dr. Marciano demitiu-se no dia 22 como se vê de sua proclamação, e me parece com a vinda do Presidente para Pôrto Alegre ficará tudo concluido no entanto eu me retiro para a Boca do Monte até ver os ultimos resultados.

Sou com estima de V. S.^a

Amigo, parente e Obg.^o

BENTO MANUEL RIBEIRO.

As cartas juntas terá a bondade remeter aos seus destinatários.

— Nota do próprio punho de Antônio Vicente da Fontoura no final da carta:

Que coincidência! Aqui cambada de impostores que só para transtornar a ordem servem, e na proclamação junta — são os miseros Anciãos cujas venerandas cans adereçadas de serviços à Pátria e à Religião mereciam que se lhes catasse mais respeito.

* * *

Meu bom Patr.^o e Am.^o

Leão, 4 de fevereiro de 1836.

As respostas que V.S. deu ao Com. das Armas, e ao Dr. Araujo Rib.^o são tão Patrioticas e concisas, que eu lhe peço licença p.^a mandá-las imprimir.

Crescencio Com. da Front.^a de Jaguarão, e Velho Corel. de Legião tãobem responderam no mesmo sentido; porem não fizeram o negocio com tanta verde, e discernimento, cujas copias me remeteram assim como muitos outros a que o Amigo se dirigiu, e todos pediram-me ordens, que já as dei, não para serem os agressores, mas sim para se reunirem em um ponto os Patriotas de 20 de 7bro., e esperarem minhas ultimas determinações. Julguei ser este o modo de impor respeito aos traidores, e de punir os retrogrados que tem levantado o lobo com o calôr daqueles. Não vacilemos meu Am.^o, vale mais morrer Livre do que viver escravo, como disse o grande Catão.

Saude lhe deseja seu

Am.^o e Cam.^a

BENTO GONÇALVES DA SILVA.

* * *

Meu estimavel Am.^o Sr. Fontoura.

Caçapava, 9 de Novbro. de 1839.

Hoje de manhã recebi a sua preciosa carta de 4 do Corrente e pouco depois comunicação de Porto Alegre, Santa Catarina e Vacaria. Canabarro tem a sua frente 1.600 homens, os catarinenses o desamparam aos 20 e mais todos os dias. Lages está em poder da divisão de S. Paulo, e a Vacaria quasi toda em poder de Candinho & & &.

Isto eu desgraçadamente previ, e reclamava do Sr. Presidente toda a sua atenção para aquella parte; porem ele que quer ser negociador, administrador e general tudo tem desprezado & & &, mas eu tremo de qualquer revez. O Ex.^o que sitia Porto Alegre tambem é ameaçado; mas eu vou mandar reunir tudo, e confio que nossa luta acabará neste verão. A noticia de Moringue não foi verdadeira, visto que sendo de 4 os officios dali recebidos, nisso me não fala o Genal.

Januario Torto depois do encontro com o am.^o Frutuoso queria ir a Sta. Maria; ele lhe escreve e lhe dirá o que sabe a respeito. O mt.^o que fazer me não deixa ser mais estenso.

De V.S.

Am.^o sincero e Mt.^o obrigado.

DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA.

**UMA CARTA DE BENTO GONÇALVES AO SR. JOAO EVANGELISTA
TAVARES**

Porto Alegre, 29 de Janeiro de 1836.

Patrício e amigo.

A crise em que se acha novamente a nossa cara patria e as intrigas em que procura envolver-nos esse partido que vencemos no dia 20 de Setembro me proporcionam a ocasião de dirigir-me a V.S. a fim de evitar que meus amigos caiam nos laços que se lhes preparam.

A contra-revolução foi felizmente sufocada no seu principio, e, por agora, nada ha a temer. O nosso cuidado deve ser dirigido a combater esses boatos de Republica com que se quer alarmar a privincia. Nossos inimigos pretextam armar-se para sustentar a posse do presidente nomeado e para combater Republicanos. — Aonde está essa força que se opõe á posse? Aonde estão esses republicanos? Sustentar a dignidade da provincia e os principios de 20 de Setembro não é certamente ser republicano, e ao menos perspicaz se faz patente que o que se quer é enxovalhar os patriotas desta provincia.

Junto lhe remeto varios documentos e entre eles a proclamação da Assembléia Provincial. Por eles conhecerá o estado das cousas e o dever em que nos achamos de sustentar a todo o custo suas deliberações, por assim convir ao decore de nossa patria e á sustentação das nossas liberdades.

Rogo-lhe, portanto, em nome da patria, que V.S. e seus amigos se não movam, e se não deixem arrastar sob qualquer pretexto, sem antes ouvir-me. Os verdadeiros amigos de nossa patria devem marchar unidos. Esta é a forma de apparecer novamente o socego e sermos felizes.

Espero me avise de qualquer novidade que por aí ocorra, (1) que o mesmo eu farei.

Sou com estima de

V. S.

Patricio e Amigo

BENTO GONÇALVES DA SILVA.

(1) João Evangelista Tavares residia, então, no município de Camaquã, para onde era dirigida a carta.

EPISÓDIO INTERESSANTE.

Havia nas fileiras republicanas um tenente muito conhecido nesta província pelo nome de **Chico Cachoeira**, homem guapo, mas de costumes muito severos. Foi preso no ataque de Iruí (onde morreu o coronel Agostinho de Melo) pelas forças do Império. Esteve preso em Pôrto Alegre durante muitos meses e depois seguiu para o Rio de Janeiro com outro tenente **Chico Xavier** (conhecido por **Xavi**, do Portão, perto de S. Leopoldo) e vários soldados republicanos.

No Rio estiveram presos em fortaleza por mais de ano, e depois dali seguiram para a província do Maranhão, todos com praça de soldado, em número de 20 mais ou menos, a bordo de um navio mercante, do qual era capitão em francês de nome Demoly, que eu conheci, e cujo navio levava também uma escolta comandada por um oficial para guardar os presos.

Não sei em que ponto do alto mar o Chico Cachoeira tentou fazer um levante e o conseguiu. Concebido o seu plano, convidou o colega Xavi e mais companheiros. e não tendo armas resolveram servir-se de achas de lenha. Uma noite cêrca das dez horas, estando todos preparados, Cachoeira deu o grito de revolta: Vamos! — e atirou-se sôbre o chefe da escolta, que em um momento foi desarmado, ao passo que Xavi com os seus companheiros prendeu a escolta, da qual só uma pequena parte estava acordada. Por este modo tomaram conta do navio e deram ordem ao capitão para conduzi-los a Maldonado (no E. Oriental), onde desembarcaram, vindo todos por terra para esta província.

Antes do desembarque propôs o tenente Cachoeira a Demoly que este trocasse por ouro ou prata a quantia que trazia em papel e que era aproximadamente de um conto de réis — ponderando a Demoly que nos lugares por onde ia viajar o papel-moeda não tinha curso e era por todos repellido ao passo que para Demoly que voltava para o Rio esta troca não traria prejuizo.

Demoly respondeu que não podia fazer a troca porque tinha recebido aquele dinheiro para entregá-lo na mesma espécie e que por esta condição se responsabilizara assinando conhecimento das quantias recebidas. Mas si o Cachoeira quizesse, êle (Demoly) lhe entregaria todo

o dinheiro que leveva — (15 contos de réis) — porque, tinha necessidade de alegar violência, como provaria com o official, a escolta e a tripulação.

A isto respondeu Cachoeira que, si aceitasse a proposta, cometeria um roubo e que elle não era ladrão para proceder por tal modo. Então Demoly recebeu o dinheiro em papel e entregou em ouro o valor correspondente às notas.

Depois disto Cachoeira pediu a Demoly que narrasse por escrito todos estes fatos occorridos a bordo, desde o momento em que os **farrapos** tomaram conta do navio até o seu desembarque. Demoly fez esta narração ou manifesto que Cachoeira mandou depois publicar pela imprensa.

Estes fatos me foram referidos pelo Dr. Cristiano Ottoni, no Rio de Janeiro, em 1844, louvando o procedimento e a honestidade de Cachoeira.

Não posso precisar as datas ou o tempo em que se deram os fatos acima, porque são decorridos dêles mais de 48 anos; mas creio que foi de 1839 a 1841.

Em Sant'Ana do Rio dos Sinos, próximo de São Leopoldo, deve ainda existir Vasco da Rosa, filho de Belém, que foi tenente da Rep. Rio-grandense, que sabe de todos esses fatos e talvez se recorde das datas em que occorreram. Este homem éra intelligente e tinha grande memória. Poderá, talvez, por isso, dar algumas explicações. O major Antônio J. Viana, de Taquarí, deve recordar-se que o Xaví ali chegou vindo de Maldonado, estando presentes na ocasião Patricio Cidade e seu irmão Manuel Cidade, que era naquele lugar professor de uma escola.

São Borja, 18 de fevereiro de 1890.

FRANCISCO JOSÉ MARTINS

(Do anuário do Estado do Rio Grande do Sul, para o ano de 1892).

CENTENARIO DE APOLINÁRIO PÔRTO ALEGRE

Comemorando a data centenária do natal de Apolinário Pôrto Alegre, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul realizou duas expressivas homenagens: a primeira na véspera, em seu salão de conferências, da qual foi orador o prof. OTELO ROSA, orador do Instituto. Presidiu a sessão, a pedido do presidente dr. Adroaldo Mesquita da Costa, nosso presidente honorário dr. Leonardo Macedônia que, ao encerrá-la reviveu episódios dos tempos em que freqüentara as aulas do mestre insigne.

A segunda, realizou-a o Instituto Histórico na manhã do dia 29, colocando singela placa comemorativa no pedestal da herma do filólogo, jornalista e professor emérito. Falou, por esta ocasião, o dr. MANUEL DUARTE.

APOLINÁRIO PÔRTO ALEGRE

Prof. Otelô Rosa

Conferência realizada na sessão solene em 28-8-1944, no salão nobre do Instituto.

Por menos que se tenha como verdadeira aquela teoria, que Carlyle prestigiou com a biografia de seus heróis, e que Keyserling, mais recentemente, adotou e preferiu — da predominância das individualidades fortes e marcantes na evolução dos agrupamentos humanos —, não ha a negar, sem injustiça e sem erro, a influência de certas personalidades, quer entre os homens do seu tempo, quer entre os de gerações que imediatamente se sucedem.

Apolinário José Gomes Pôrto Alegre, entre os seus contemporâneos, foi uma figura de excepcional relevo, que exerceu sobre o seu meio social um domínio fascinante; e a prova de que isso não decorria de qualquer atributo de ordem puramente pessoal, transitório e

contingente, está no fato de que nós, distanciados dele por quasi meio século, não conseguimos nos libertar da ascendência desse poderoso espírito.

Nascido na cidade do Rio Grande, em 1844, o ano trágico da revolução farroupilha, quando a Província sentia declinar e morrer o luminoso sonho de renovação política e social pelo qual se batera, em justas de epopéia, naquêles dez anos que Leôncio Corrêa comparou a dez séculos — “dez séculos de glória e de beleza” —, parece que a Vida, no berço, assinalou Apolinário Pôrto Alegre com um signo de tragédia...

Deu-lhe, a vida, uma cerebração invulgar; deu-lhe, a vida, uma compleição moral inteiriça; deu-lhe, a vida, capacidade de estudo, de trabalho, de uma rútila compreensão que abrange, desde as emoções da arte às asperesas da ciência; deu-lhe, a vida, essa misteriosa força de cordealidade humana, que congrega, que é irradiação de luz e de bondade que o fará o maior educador do seu tempo: e enriquecendo-o assim, de tantas forças morais e intelectuais, disse-lhe a vida, cruelmente, illogicamente: — nunca realizarás, no mundo, a plenitude do teu destino!...

E o mundo vai ser, durante sessenta anos, para Apolinário Pôrto Alegre, salvo alguns períodos, rápidos e fugazes, de ascensão tranqüila, de meditação reparadora, de trabalho ordenado e sistemático, de projecção fecunda de idéias e de ensinamentos, um cenário tumultuoso de luta, de sofrimento, de contrastes violentos com o ambiente e com os homens e, quer me parecer também, de conflito íntimo, de choque satânico entre uma personalidade definida e forte, consciente do próprio valor, que se quer afirmar em um sentido determinado e certo, e as circunstâncias de um meio social e político que a enleiam, que a aprisionam, que a empecem e que a martirizam...

Já manifestei a minha surpresa e o meu pesar, em publicação da “Revista” deste Instituto, pela falta de um único estudo biográfico em que a vida de Apolinário Pôrto Alegre estivesse, quanto possível, analisada e comentada, nas suas variadas e múltiplas expressões. São inumeráveis as dificuldades a enfrentar e vencer para restaurar, mesmo em traços largos e breves, a existência do polígrafo rio-grandense.

Político; educador; jornalista; poeta; dramaturgo; romancista; contista; comediógrafo; etnógrafo — Apolinário semeou pelo Rio Grande uma quantidade imensa de trabalhos de que conhecemos integralmente uma pequena parte, outra em excérptos e outra ainda, o que é doloroso, apenas de notícia.

No 1.º volume de Sacramento Blake, de 1883, figura essa bibliografia de Apolinário:

Bromélias, poesias, 1874;
Túmulos, poesias, 1881;
Cham e Japhet, drama, 1868;

Os filhos da desgraça, drama, 1874, data sem dúvida da publicação, pois acrescenta em nota que em 1869 fôra proibido de ser levado à cena, por tratar de assuntos relativos à escravidão;

Sensitiva, drama, 1873;

Ladrões da honra, drama, 1875;

Mulheres! comédia, 1873;

Epidemia política, comédia, 1874;

Benedicto, comédia, 1872;

O vaqueano, romance, 1872;

Feitiço de uns beijús, romance, 1873;

Paisagens, contos, 1875;

O crioulo do pastoreio, romance, 1875;

Morfologário guaranítica, que informa ter sido publicada nos numeros 85, 86, 98, 99, 109, 111, 112, 127, e 129 da "Gazeta de Pôrto Alegre".

Refere-se ainda Blake a dois inéditos: "Dialeto brasileiro, ou a evolução do português na América", "Origens arianas do guaraní".

A esse acervo, Velho Sobrinho acrescenta, no "Dicionário bi-bibliográfico brasileiro":

"Flores da morte", versos, "Lampírios" e "Poesias"; "História da revolução de 1835"; Estigmas e apoteoses"; "Lira patriótica"; "Canto do exílio"; "Cancioneiro da revolução de 1835"; "Polêmicas"; "O vaqueiro"; "Lulucha"; "Palmares", romance histórico; "Jovita", drama, em colaboração com Menezes Paredes; "Tobias", comédia; "Viagem à Laguna", estudo lítero-científico; "Estudo biográfico de José de Alencar"; "Populário rio-grandense", de que nos dá o surpreendente informe de publicação feita no Rio de Janeiro, em 1917, na Imprensa Nacional, — além de outras contribuições ao estudo da filologia, como "Origens guarano-túpicas". Temos informação, ainda, de uma "Memória sobre os charruas", publicada em jornais do Rio da Prata, ao tempo de seu exílio, e de uma tradução de "Atlantai", poema do tempo dos Incas.

De uma nota biográfica, extraímos ainda esses elementos:

"Homem de grande erudição, filósofo dos mais entendidos no assunto, era versado nas doutrinas, de Kant, Spencer, Haeckel, Darwin, etc. Conhecia profundamente a literatura de várias línguas, inclusive as mais remôtas. Em presença de grande assistência e como objeto de conferência, traduziu trechos da Odisséia e da Ilíada de Homero e parte dos poemas índicos "Mahabharata" e "Ramayana". Os seus trabalhos sobre folclore riograndense foram em extremo enaltecidos na Alemanha por cientistas os mais considerados. Deixou magníficas monografias acêrca da raça selvagem, dos seus usos e costumes, dos seus dialetos e dos seus mitos religiosos".

Incompletos que sejam esses dados, colhidos aqui e ali, em uma pesquisa penosa, ou mesmo que nêles ocorram algumas inexatidões, documentam, entretanto, uma produção mental riquíssima e polifor-

me que a seu turno comprova a superioridade do espírito de Apolinário Pôrto Alegre, e uma cultura humanista sem dúvida impressionante em homem do seu tempo e do seu meio, auto-didata extraviado nestes confins meridionais do Brasil.

Há que tirar do fáto, no entanto, uma conclusão geral, profundamente significativa para nós: a de que o Rio Grande do Sul, na década de 1870 a 1880, foi na realidade um verdadeiro laboratório de atividade mental, centro de um grande movimento de idéias, centralizado no "Partenon Literário", de que Apolinário foi a figura mais expressiva e maior, justificados assim, e plenamente, estes conceitos do sr. João Pinto da Silva, na sua "História literária do Rio Grande do Sul":

— "O Partenon simboliza, ao mesmo tempo, a fase de mais intenso labor espiritual do Rio Grande do Sul e a mais bela e numerosa conjugação de esforços literários de que há memória, entre nós, senão em todo o sul do Brasil, do Rio de Janeiro para baixo".

Em referência a Apolinário Pôrto Alegre cumpre observar que a sua atividade nunca foi a de um simples literato, na acepção comum da palavra. Si, com o seu pseudônimo predileto, de Iriêma, aflorou todos os generos da literatura, escrevendo versos, dramas, comédias, novelas, romances, e semeando em algumas páginas de interessante humorismo, como em "Feitiços de uns beijús", êle foi sempre, e sobretudo, um verdadeiro homem de pensamento. Na sua obra há sempre uma mensagem ao futuro, um fundo de observação e de ciência. E levanta problemas que hoje aí andam, com rótulos de novidades. Quando se detem em assuntos de filologia, afirma de logo um princípio, expresso nestas palavras textuais, do "Estudo biográfico de José de Alencar":

— "Insistimos em tais minudências sobretudo, afoitos entramos nelas, porque a luta está travada entre os escritores de ultramar e os nossos; porque os Castilhos, Pinheiros Chagas e Ortigões pretendem agrilhoar a impetuosidade do Amazonas aos pés do trôpego e enervado Tejo. E sentimos que o talento superior de Franklin Tavora torne-se éco de crítica que, além de anti-patriótica, é adversa e repugnante à verdade. Ninguém melhor do que êle no entretanto pôde conhecer que a língua portuguesa se acha renovada no cadinho americano, que não só é incalculavel o cabedal adquirido em termos, bem como distintíssima nos módulos que tanto tem ganho em suavidade. Entre outros meios de deprimir os engenhos modernos, mórmente os que nasceram no Brasil, vão buscar os mortos a que chamamos clássicos e os atiram sôbre os vivos com um esforço digno de melhor causa.

Pobres clássicos! Resuscitam como uns fantasmas que, sacudindo a mortalha, derramam em torno a morte e o terror!"

Daf êle parte para chegar a um credo nacionalista, que vou ainda traduzir com os seus próprios conceitos:

“Para o meu país, não lhe queria só a emancipação política: almejava-lhe mais, desde então, a independência literária e científica. Desde essa época, tornei-me um revolucionário às direitas. Da Europa, só aproveitaria o saber e os métodos. Eis porque me iniciei no tupi-guaraní, no quéchua, no caraíba e no bantú”.

Assim, o seu regionalismo. O Rio Grande do Sul nunca foi, para Apolinário, um tema literário: foi sempre uma fonte de estudo, de perquirição histórica, de preocupação etnográfica.

Anotemos, de passagem, que só pelo regionalismo é conhecido, além de nossas fronteiras. Se folhearmos os tratados mais conhecidos da nossa literatura, não encontraremos o seu nome, injustamente esquecido, e substituído por mediocridades que, em prêmio imparcial e limpo, jamais com ele emparelhariam... Verifiquei com alegria, que em Portugal o mesmo não se dá: quer na “Enciclopédia portuguesa”, quer no “Dicionário Universal de Literatura”, de Henrique Perdigão, Apolinário Porto Alegre aparece em notas de equidade e simpatia.

Dentre os nossos, a ele se refere Humberto de Campos, no 1.º volume de crítica, ora chamando-o de **precursor do gauchismo**, ora escrevendo :

“Os poetas do Rio Grande, os seus novelistas, os seus pintores, os seus homens de pensamento em geral, devem insistir na fixação de tudo isso, criando ou desenvolvendo a arte e a literatura riograndenses, ideadas por Apolinário Porto Alegre e de que já existem, como se está vendo, os alicerces definitivos”.

E' um intenso amor à terra gaucha que levará Apolinário ao regionalismo. Atento a lição do pensador, de que só se ama profundamente o que profundamente se estuda, ele revolverá o passado do Rio Grande, as suas origens étnicas, o processo da sua formação social, os seus usos e costumes, as peculiaridades da sua linguagem. Vêde, por exemplo, nas notas que ele apõe ao seu livro **Paisagens**, o cuidado com que explica e examina a contribuição do açoriano, do quéchua, do tupi-guaraní, do africano e do castelhano na língua do gaúcho, e nas quais afirma, — decerto com escândalo para os que hoje tanto proclamam a influência espanhola no nosso Estado, — que “o espanhol deu raros vocábulos e quasi todos com significação restrita, ou diferente”.

Não queria ser um desenraizado; e ele mesmo nos declara, ouvindo um peão de estância: — “Eu nada sabia e ele, o rude agricultor e campeiro, era mais digno da América do que eu. Era ele brasileiro e eu um manequim da Europa, deslocado no meio em que nasci, onde vivia e respirava, apesar de conhecer várias línguas, história, filosofia e quejandas matérias”.

E' daí, dessa integração sentimental na terra gaucha, que nascem: “O crioulo do pastoreio”, em derredor da lenda mais tipicamente nossa; “Paisagens”, quadros da nossa vida; “O vaqueano”, em que ha tan-

tas cenas vigorosas e fortes; “Feitiço de uns beijús”, de um localismo verdadeiro e vivo, e êsse “Populário sul-riograndense”, talvez o mais notável dos trabalhos do grande polígrafo.

Durante toda a sua existência, Apolinário Pôrto Alegre foi um polftico. Não se confinou, jamais, na torre de marfim da literatura, ou no isolamento da investigação científica. Lutador de boa têmpera, dono de princípios e de idéias, viveu em permanente ação política e social. Dos interesses, das aspirações e dos direitos da comunidade, não descurou nunca êsse erudito. Fez sempre do jornal uma arena de combate; não raro, uma barricada. E teve uma atuação de relêvo e de importância excelsa na propaganda da República.

A idéia republicana vinha de longe, dos albores da nossa própria vida; é, talvez, do povo riograndense, irmã siameza. No pensamento da gente dos pampas, essa luz não se apagou jamais. Intensa, hoje, como a glória matinal de uma alvorada; incerta, amanhã, como a penumbra melancólica de um crepúsculo, ela rebrilha e perpassa em toda a nossa história, e para todo o sempre se gravou no nosso espírito e no nosso coração quando a consagraram os farroupilhas, na jornada homérica de 35, com o mistério eucarístico da nossa lágrima e do nosso sangue.

Na década memorável ela se cristalizou na grandeza e na perfeição de um ideal. Viveria desde então, luminosa e eterna, como uma tendência definida e inabalável. Em pleno império e vigência das instituições monárquicas, criaria vigor e alento. Na corrupção política do segundo reinado, seria abrigo e conforto das desesperanças e desilusões dos véros patriotismos. Num milagre renovado de renascimento e de força venceria todos os óbices, dominaria todos os obstáculos, propagando-se e disseminando-se em todos os sentidos, conquistando dia a dia adesões maiores e um prestígio novo. A geração de Felix Xavier da Cunha, pretendeu e quiz reatar o fio da tradição gaucha, como os olhos e os corações orgulhosamente cheios da legenda dos **farrapos**. Um jornal, o “Brado do Sul”, foi o órgão dêsse movimento renovador, que assentava em uma resurreição do passado. Uma fusão partidária, em 1868, inutilizou-lhes a alta e nobre intenção. Mas o curso da idéia não cessou.

E’ difícil reconstituir o período primário da organização republicana no Rio Grande do Sul. O estridor das lutas civis, que deflagraram após a proclamação da República não permitiu que ninguém se detivesse no estudo histórico, ou mesmo episódico, dessa fase da propaganda na província. E as lamentáveis dissensões que se verificaram depois entre êsses bravos propugnadores da República, à influência principal, talvez, dos sentimentos revolucionários desencadeados, parecem ter criado para os sobreviventes dêsses embates e dêsses dissídios uma quasi imposição moral de silêncio e de esquecimento. Devido, principalmente, à essas duas causas, é quasi impossível recompor o período inicial, considerado êste a década de 1870 a 1880, assim

como o próprio histórico da fase mais recente é eivado de dificuldades.

Em livro sobre Júlio de Castilhos, escrevi êsses conceitos, em 1928 :

“Período inicial e primário, era natural que ao trabalho dos republicanos faltasse a êsse tempo sistematização e ordem. Nem era possível exigir dêles, com justiça, uma orientação prática. A sua ação devia ser, necessariamente, tumultuosa e romântica, demolidora e revolucionária. Dominava-lhes o espírito a ressonância formidável da revolução francesa, vista ainda sob um prisma desnorteante de entusiasmo democrático. Valentes, corajosos, comoventemente sinceros, a sua ambição maior era defrontar uma Bastilha, para derrubá-la com o sopro da sua eloquência e com o ímpeto do seu braço. Eram do tempo em que, na frase de um escritor, os homens **viam** nitidamente Robespierre e a sua casaca cõr de pinhão, e claramente **ouviam** o verbo empolgante e magestoso de Danton. E a ação dêsses homens não poderia ser outra senão a que exerceram; violenta, impetuosa, desordenada e dispersiva. Nem por isso foi menos eficiente; nem por isso é menor o seu direito ao nosso aplauso e à nossa gratidão. Diminuir ou negar a influência que êles exerceram no surto dos acontecimentos, seria injustiça clamorosa e imperdoável. A missão que lhes fôra reservada, cumpriram-na nobremente, preparando o terreno e a opinião para a fase que se lhes seguiu e na qual colaboraram ainda, quasi todos, com o devotamento da sua fé e o prestígio do seu passado.

Entre êles sobressaia Apolinário Pôrto Alegre.

Homem de vasta cultura e de brilhante talento, gozava de um largo renome na Província. Literato, poeta, dramaturgo, jornalista, professor excelente e querido da mocidade do tempo, Apolinário exercia grande influência nessa época. E porque trabalhos seus, de natureza científica, o fizessem notado em cultos centros estrangeiros, daí lhe adveiu novo prestígio.

Pela imprensa e pela cátedra, disseminou e propagou a idéia republicana, ligando o seu nome, por tantos títulos merecedor e digno do apreço dos rio-grandenses, ao movimento da propaganda no Rio Grande do Sul. Tenho como certo, porém, que êle se filiava diretamente à escola de Jean Jacques Rousseau e daí surgiram incompatibilidades que infelizmente afastaram o ilustre educacionista da atividade partidária. Já no manifesto da Convenção Republicana de 23 de fevereiro de 1882 lê-se esta nota final: “Deixa de assinar o sr. Apolinário José Gomes Pôrto Alegre, por se ter êsse cidadão exonerado da Comissão Provisória”.

Nenhum outro elemento levou-me a alterar êsse juízo, emitido há 16 anos. Ser-me-á lícito, talvez, ampliá-lo. Reexaminando os anais das convenções e congressos republicanos da época, verifiquei que

Apolinário manteve uma permanente atitude de retraimento, de renúncia, pouco conciliável com o seu feitio batalhador e audaz, ao passo que os seus correligionários o conclamavam sempre para os postos de primeira plana. Como se viu, da Comissão Provisória da celebre Convenção de 1882, êle fazia parte. No ato da assinatura do manifesto, exonerou-se. Ao Congresso de 1883, êle comparece, representando o município de Camaquã. E no ano de 1885 é eleito para a Comissão Executiva do partido, com Júlio de Castilhos, Demétrio Ribeiro, Ramiro Barcelos e José Pedro Alves. Concorrendo o partido republicano a duas eleições, uma para a Câmara dos Deputados e outra para a Assembléia Provincial, Apolinário em ambas figura, na chapa de candidatos, na primeira pelo 1.º círculo, na segunda pelo 5.º círculo. Na circular convocatória de um novo congresso, em 10 de fevereiro de 1887, já não aparece mais o nome de Apolinário.

São de Neumeyer estes conceitos :

“O conflito de idéias é a subestrutura de muitas outras formas de dissídio, senão de todas. Toda a luta política, por exemplo, não objetiva apenas a conquista de posições. Ela se desenvolve em torno de concepções antagônicas de doutrinas e programas políticos”. E conclue: “As verdadeiras batalhas da vida são travadas, afinal, no campo das idéias e dos ideais”.

A meu ver, foi o que houve entre Apolinário e seus companheiros: um profundo e doloroso conflito de idéias.

Êle, pelo seu temperamento, pelas suas tendências, pela natureza das suas próprias aquisições culturais, só compreenderia a República nas bases clássicas da democracia pura, dentro de um amplo conceito de liberdade individual. E não transigiria, em torno desses princípios fundamentais, porque era uma vontade e era um caráter.

Os outros, maximé Demétrio Ribeiro e Júlio de Castilhos, traziam para a propaganda, e para a organização da vida interna da agremiação partidária, uma formação espiritual diferente, uma concepção política diversa, cuja origem estava na severa disciplina mental da filosofia positiva.

A linha de diferenciação haveria de criar-se irrevogavelmente.

— Ideologia, abstração... exclamariam uns; e depois, no estridor da refrega: demagogia !

— Ditadura científica, replicaria o outro; e depois, no calor da contenda: tirania !

Aberto o dissídio sobrevieram as suas conseqüências inevitáveis: a dissidência no partido republicano; a fundação da “União Nacional”, que se iria fundir, afinal, com os adeptos do grande tribuno Gaspar Martins. Nas colunas da “Reforma”, na vibração das polémicas, fulguraria o espírito de Apolinário.

Teria sido assim? Fosse como fosse, só nos cumpre lamentar a

divergência, que iria ferir de cheio um galhardo veterano da República, que por ela se batera brilhante e corajosamente, e para quem o novo regime traria somente desencanto, máguia, sofrimento, a nostalgia do exílio...

Era o signo de tragédia: não realizar no mundo, a plenitude de seu destino...

Foi, ainda, um educador emérito, Apolinário Porto Alegre. E se não deve esquecer que êle conquistou o primaciado entre uma falange admirável de educadores, lídimos apóstolos do ensino, que formaram diversas e notáveis gerações de homens no Rio Grande do Sul.

Apolinário não sobressaía apenas no aspecto formal da educação, si assim podemos nos exprimir. Rezam tradições que, no **Instituto Brasileiro**, êle substituiu, sem esforço, aos professores de qualquer das disciplinas, tal a riqueza de seus conhecimentos. A par disso, porém, êle foi um professor de civismo: à mãos largas, semeava idéias no espírito de seus discípulos. Evocava as tradições do Rio Grande; comentava comovidamente os gestos do decênio farroupilha; ensinava, com alma e eloquência, a história do Brasil; era um precursor dessa educação que um pensador egrégio define lapidarmente: dar ao educando o senso das coisas e das idéias, ensinando-o a *ver* e a *sentir*. A sua influência, entre as gerações novas, foi ampla e profunda. A República, a abolição da escravatura, o amor às tradições — porque sabia que o futuro de uma nacionalidade é sempre uma função da sua história —, foram generosos e fecundos ideais que Apolinário fez florescer na alma e no pensamento de seus discípulos. E não se limitava, na sua ação educacional, às salas de aula: queria difundir a instrução por todos os recantos da Província. Em 30 de abril de 1879, no **Parthenon**, Apolinário apresentava êste projeto :

“O **Partenon Literário** decreta :

Artigo 1.º — A fundação de bibliotecas populares nas localidades da província, onde por sua exigüidade de recursos, o desenvolvimento da instrução seja tÍbio e precário.

§ 1.º — Para êste fim, por meio de uma circular, apelará para os sentimentos patrióticos da Câmara Municipal e dos habitantes mais influentes da localidade, inclusive o magistério público.

§ 2.º — Se corresponderem ao apelo, se aceitarem o compromisso, o **Parthenon** remeterá à Câmara cem volumes, que constituirão o núcleo da pequena biblioteca popular, assim como o regulamento que deve regê-la.

§ 3.º — As obras remetidas devem ser acessíveis, quanto à língua em que forem escritas e quanto ao assunto, a todas as inteligências”.

Nas linhas dêsse projeto, antecipando-se no tempo, refulge e magistralmente se definem as características do educador eminente. Mas os traços da sua ação como mestre, de irradiante projeção, encontra-

reis mais claramente delineados em trabalhos de antigos discípulos seus, como os do nosso confrade Leonardo Macedônia, e dos drs. Gomercindo Ribas e Manoel Vicente do Amaral.

Um dia, ferido pela sorte no íntimo das suas afeições, Apolinário fecha o Instituto Brasileiro. Espera-o o isolamento da Casa Branca.. O signo de tragédia: não realizar, no mundo, a plenitude do seu destino...

Tem a melancolia imensa de um crepúsculo de agosto, o fim da existência de Apolinário Pôrto Alegre. Mesmo para aqueles que não o conheceram, como nós, que não sentiram a atração direta e imediata do seu espírito luminoso, da sua alma bem formada, de sua eloquência persuasiva, dóe, impressiona vê-lo extinguir-se assim, desencantado e arredio, a lembrar o mito eterno da tragédia grega: o homem em luta com o seu destino.

Com a sua obra dispersa, fragmentária, não dando sequer a idéia exata do seu valor mental; cansado dos litígios partidários, à margem dos problemas da evolução social da sua Pátria, que tantas vezes analizara e a cuja solução trouxera contribuições argutas e preciosas; longe das contendas jornalísticas, em que fôra um rijo e brilhante combatente; afastado das salas de aula, onde conquistara laureis imperecíveis de mestre consagrado; tendo, decerto, a pesar-lhe no coração, a saudade merencórea de um passado melhor, de luta e de fulgor, de claridade e vibração; a angústia de muitas injustiças; o travo, talvez, de muitas ingratidões, o céu da vida de Apolinário Pôrto Alegre vai se fechando lentamente, sombriamente, doloridamente...

Escreve, então, o seu último livro: "Flôres da morte". Livro de versos... O velho, no declínio da sua tarde nevoenta e silenciosa, recorda o moço, no esplendor da sua manhã, plena de sonhos e tange a sua lira... Para o mundo, que não lhe fôra promissor e ameno o seu último legado é este: canto, emoção, harmonia...

Não realizará na vida, a plenitude do seu destino? Pois haveria de realizá-la na morte.

"Na morte, escreve Antero de Figueiredo, todos os valores aumentam; as virtudes avultam; os propósitos enobrecem-se. A visão da Morte é mais justa e verdadeira que a visão da Vida".

Assim foi com Apolinário Pôrto Alegre: a morte consagrou-o. A sua personalidade avultou e está hoje incorporada, em definitivo, ao patrimônio moral e intelectual da sua terra. Na praça pública, a sua effigie ficará, *ad perennis*, num tributo de reconhecimento e de amor de seus discípulos. Na nossa literatura, o seu nome perdurará com o prestígio de um espírito criador. Na nossa história, ficarão os seus trabalhos de investigação e difusão das coisas do passado, evocadas com o carinho de um enamorado. O centenário do seu nascimento fez-se um alto motivo de estudo e de cívismo, a documentar, ainda uma vez, o fascínio da sua personalidade dominante.

E o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul não

faltaria ao dever, elementar e gratíssimo, de render a homenagem do seu apreço e da sua admiração a quem foi, como Apolinário Porto Alegre, uma das culminâncias mentais desta terra gaucha, que êle amou com tanto desvelo, e a que serviu com tanto amor.

— O —

ELOGIO DE APOLINÁRIO PORTO ALEGRE

Manuel Duarte

Na homenagem do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul a Apolinário Porto Alegre, ao ser colocada a placa de bronze na sua herma, — o dr. Manuel Duarte pronunciou o seguinte discurso :

Só o irresistível do chamamento cavalheiresco me arrastaria do espontâneo retraimento, que é meu ingênito feitio. Só a êle cederia eu, para vós agora aqui falar, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Ainda bem que neste ciclo de evocatividade e meditação nacionalista, diante do singelo monumento da gratidão de seus discípulos, aqui nos associamos à glorificação do insigne polígrafo e glossógrafo, cujo centenário natalício celebra hoje a comunhão da inteligência gaucha. Deveras, no recolhimento desta romaria cívica, de culto e respeito ao merecimento, mais nos identificamos ao retilíneo cumprimento de nossa precípua finalidade institutária, integralmente votiva à perpetuidade e exalçamento do opulento patrimônio das tradições rio-grandenses e de seus nomes representativos.

Bem compreendo eu que é fugace a brevidade que se me depara, para prestar esta homenagem comovida. Sinto que não se compassa, de ligeiro, a dimensão protéica dessa poderosa mentalidade oniciente. E já agora, à propria, bendigo eu à suma graça divina, que nos emoldurou a cerebração estupenda de Apolinário Porto Alegre. Em verdade, à justa se filia êle a essa nobre estirpe de eruditas culminâncias intelectuais, que a sociogenia pampeana oferece aos radiosos cimos de padrão cultural da nacionalidade: Araujo Ribeiro, Araujo Porto Alegre, Joaquim Caetano, Artur de Oliveira, Julio de Castilhos, Ramiz Galvão, Gaspar Martins, Alcides Maia...

Contudo, só Apolinário resumiu e ponteou a sua brilhante geração de batalhadores. Forjára o espírito prodigioso na formidável intuição autodidata, apto a conhecer e assimilar a cultura humanista da fecunda elaboração mental de sua época. Ei-lo, juntamente: propagandista de avançadas idéias político-sociais, jornalista, dramaturgo, poe-

ta, grande pedagogo, filólogo, etnólogo, ensaísta de prês. Já da significação providencial desse vulto gigante da intellectia terrantesa e inspirador do Partenão Literário, com assaz de jusicça escreveu João Pinto da Silva, o mais arguto e penetrante crítico literário rio-grandense:

“Não há negar que se destacava em nosso meio como autêntica exceção, mercê da amplitude de seu ráio visual, por assim dizer, cósmico e multiciente, tão vastos eram os horizontes e panoramas espirituais que êle abrangia”.

Incansável pesquisador e experimentalista nos mais variados ramos do conhecimento, mergulhou Apolinário Pôrto Alegre a sua privilegiada visão de vidente, no estudo do homem e seu linguajar heterogêneo, na formação da sociedade rio-grandense. Desses recessos ignotos, onde se caldeava, lentolento, eugênica miscibilidade improvisa, emergiria o grande perscrutador, em pleno domínio romântico, feito genuíno precursor do regionalismo autóctono.

Entretanto, na perspicua concepção de Apolinário, sua vigorosa coloração localista não se limitaria à mera ficção de prosáica literatura imitativa. Nos seus romances, contos e ensaios incisivos, ressumbram sopros de realidade flagrante, embora fosse êle contributário do romantismo pletórico, do tempo, talqualmente se lhe colhe do gongorismo reverso na colocação dos pronomes oblíquos. Porque, em verdade, Apolinário Pôrto Alegre anteviu e, pois, aparentemente prenunciou a essência fatídica do longínquo drama social, que se apenas vagamente esboçava. E' que aliava os recursos da imaginação poderosa à sagaz indagação dos diferentes fatores ganglionários que desfilam à trepidante complexidade da comunhão rio-grandense. O insigne homem de letras surpreendia o indivíduo, seu mentalismo, primitivo ou evolvido, a natureza topográfica, costumes sociais, crenças e superstições, na sobranceira ambiência dos pagos queridos:

“Os homens e as coisas do Rio Grande não eram para êle apenas facéis temas literários, mas, especialmente, motivos de paciente e aguda investigação, no sentido de descobrir e fixar os nossos traços distintivos, o que há, ou houve, por aqui, afinal, de tipicamente nosso”. (E' ainda de João Pinto a observação).

Certo, os grandes espíritos de cada época são, implicitamente, diletos contemporâneos da posteridade, à qual se antecipam. Só ela os pode melhor compreender e julgar. Já agora, decorrida a centúria sua natalícia, temerário não é afirmar que também Apolinário nasceu alguns decênios adiantado do seu tempo. Sem dúvida — mal da vida — sem dúvida, seu talento peregrino, esmaltado em caráter de rija têmpera, sofreu tribulações e conheceu desfavores da fortuna, todavia,

varonil e austeramente suportados, entecido, talvez, o ânimo viril no lenitivo da prece, que eleva e ampara o próprio estoicismo dos mais fortes, nas horas de angústia.

Indiscrição não será objetivamente nessa miniatura de largo vôo e semi-confissão presuntiva, proferido, em verdade, nalgum instante de meteórico pessimismo e desconsolação. Há, nas páginas onomotopáicas de seu livro magnífico — “Paisagens” — admirável trecho descritivo e realista, que deveras obriga a meditar. Na boca de personagem revoltada e afundida na descrença, confronta o consagrado escritor e analista, aspectos chocantes de “desigualdade social”, que se prolonga, a olhos vistos, no próprio Campô Santo, entre túmulos suntuosos e a cova rasa do humilde pobrerio. E ostenta-se, ali, na “vaidade artística de refinada hipocrisia e canto da soberba, nas fronteiras da eternidade”, conforme à pungente exclamação de sua personagem. Esta, em cabo, ainda desfere doloroso clamor de amargura e desgano, na apóstrofe contundente:

— “Infamia! As contrafacções do mundo até nas portas da eternidade!”

Sem embargo, aquele riquíssimo talento criador e modesto possuidor de bens econômicos, tivera boníssimo coração, era crente sincero e religioso convencido. Testifica-o a sua existência luminosa, de bemeleito obreiro do pensamento. Definem-no os inspirados versos de sua belíssima ode — “Deus” —, quando enfrenta, resoluta, o materialismo fátuo, do livre pensamento ateu:

“Calca no orgulho insano os santos dogmas

“Da verdade, do belo, da justiça,

“Da liberdade, da razão sublime;

“Pois quem recusa a Deus, recusa tudo”.

Exemplo foi de lutador e idealista, culto e insaciável devorador do conhecimento, que as ciências iam divulgando, ao longo do século 19. Por igual, profundo sabedor foi da alma rio-grandense, que, primeiro, se lhe anegaria, com olhos para vêr, cérebro possante para pensar e coração para sentir, nos mais recônditos segredos da evolução socio-gênica e da constância adquirida, através de hábitos e costumes, tradições heróicas e índole destemerosa do altivo caráter gaúcho. Entrementes, sopesaria e conheceria seus baixos relêvos nomádicos, de vencidos e retirantes. Ao depois, esculpiria, na prosa diserta, na poesia e no drama, o grande, o obscuro e o sofredor, no fâcies moral do próprio destino: desenha-os, fixa-os. Jamais, porém, desceria ao recurso do calão das vielas ou do bronco posteiro de estância. Nunca esportaria, em suas páginas castiças, a deselegância da expressão licenciosa, à feição dessa recalcada psicose de modernas espuriedades ca-

ricaturais, tresandantes a repulsivos desvêlos fesceninos... Porque Apolinário Pôrto Alegre tinha possante originalidade inventiva e recatada sensibilidade artística.

Ao estilizar aquele conceito de comovente amarume e revolta, contra os desígnios da fatalidade, mal suporia Apolinário que seria êle próprio o mais alto e sugestivo desmentido à chamada “desigualdade social”, no severo vestibulo da eternidade, — o merencóreo recinto da Cidade dos Mortos. Deveras, o olvido não abrange o estigma da genialidade, nem “aqueles que por feitos valerosos, se vão da lei da morte libertando”. E bem: esta romaria, muitos de cujos componentes assistiriam, só de longe, no festivo limiar da mocidade, ao epílogo de seu fastígio e crepúsculo daquela gloriosa existência culta, traz-lhe hoje, por símbolo comemorativo, nesta espontânea presença ao seu monumento, o testemunho da admiração do Rio Grande ao excelso filho predestinado. E o Instituto Histórico, irmanado às homenagens cultuais do “ciclo Apolinário”, justamente grava no pedestal da herma que lhe perpetua a memória, a legenda evocativa que lhe manda o veredicto unânime da comunidade gaúcha, através do máximo expoente seu cultural, em cujo nome agora eu falo, aqui. E bem é que preiteje e honre o Rio Grande do Sul a personalidade marcante de seu másculo titã nas lides intelectuais, em cuja vida intensamente vivida e laboriosa, foi ainda a figura culminante e oracular do Partenão Literário.

Desafortunadamente, porém, a variegada produção literária desse grande iniciado e vencedor, na prosa, nos ensaios, no teatro, na poesia, no romance, no conto, na imprensa, já se apenas invoca e refere, nas truncadas reminiscências da tradição, que se vai desfigurando. Em verdade, jaz ela abscondida e esparsa nos periódicos daquela época, que êle nucleou e simboliza.

Que bom seria que, do “ciclo Apolinário”, se originasse agora, sob organização explícita e definitiva, animada de larga dedicação patriótica, de abnegação e heroísmo, a “Sociedade Apolinário Pôrto Alegre”, integrada de compatriícios e terrantêses que deveras amem o espírito rio-grandense e saibam admirar e compreender a grandeza sem paraláxe da vasta obra literária de Apolinário. De modo que, a pouco e pouco, coordenasse, restaurasse e ressuscitasse do esquecimento, toda a galeria dos trabalhos deixados por aquela cerebração vigorosa, para os divulgar ao alcance e meditação dos estudiosos e investigadores de nosso passado.

Tal seria, pois, o mais sugestivo capítulo final destas comemorações natalícias, particularmente proposto, aqui, sob a inspiração de consulta plebiscitária, à arguta consideração da esclarecida consciência pampeana. Mas, antequanto, sem tempo de futuro fóra, inexoravelmente delir-se e perder-se, descolorido na mística da lenda feita,

que é a poesia da História, o mais rico patrimônio cultural, indígena, legado desse autêntico exemplar inconfundível e único, de indefesso labor e incontrastável amor das boas letras e do magistério cívico-educacional.

Cumpre se evite que, de caminho, vedada, desde já, à conhecença e manuseio dos contemporâneos, a obra de Apolinário, — estrutura-mestra da cultura gaúcha, no século XIX, continue ela dispersa, deformando-se gradualmente, até se desaparecer na vertigem das eras, tal qual se fôra indecisa trepidação de mortijas rajadas de luz, desferidas de extintos astros, de há muito, perdidos no espaço. Ou, como a indefinida ressonância imaginária, troada pelo marulhoso ulular da procela, semelhante a onomatópico e melancólico bimbalar de sinos misteriosos, daquela fabulosa Catedral atlante, há centênios, imersa na solidão das ondas oceânicas, nas ridentes praias da Bretanha, cuja lenda inspiraria a sublime página da literatura universal, — a grandíloqua Oração à Acrópole, de Renan.

Salve-se, pois, do perdimento a obra sua imperecível. Porque, em verdade, Apolinário Porto Alegre viverá eternamente, no reconhecimento das gerações que se hão de suceder, nos Pampas, cuja é a figura representativa e solar, entre seus homens de letras e educadores. E já agora, dos cimos das consagrações memorativas, que lhe são tributadas, Apolinário bem merece automaticamente investido na dignidade indisputável de Patrão das Lêtras Riograndenses. Bem foi que, no dogma seduzente, enunciado pelo gênio da Humanidade na centúria XIX, se pontificára que “Os vivos são sempre e, cada vez mais, necessariamente governados pelos mortos”.

RELATÓRIO DO DR. MANUEL DUARTE

Prezados consócios.

É com prazer cordialíssimo e evocativa saudade, que assistimos, hoje, à consumação do vigésimo quarto aniversário da fundação de nosso imperecível Instituto. Prazer sem vaidades, mas, vivo e comunicativo, porque exalçado na tranquila consciência do dever cumprido. Em verdade, edifica-nos a inquebrável certeza de que saberemos, como até aqui, transmitir, intacto e recrescente, o patrimônio que nos legou o núcleo de seus fundadores imortais, à geração que nos há de substituir, nos mesmos anseios de nossa irrestrita devoção cívica, pela maior glória da grande Instituição.

Certo, da existência institutária de nossa vitoriosa agremiação cultural, define-se, perene e sem alardes, nosso largo espírito associativo, esmaltado de abnegação, renúncia e sacrifício. Devotamo-lo, sem esmorecimento, ao culto da tradição e da História luminosa, entecida de fremente brasilidade, do indômito Rio Grande do Sul, cujo passado sem paraláxe se embebe na mais estrênuo inspiração de sadio nacionalismo.

De saudade evocativa, porque, nesta hora de regosijo aniversário, é para nossos mortos ilustres que erguemos a comunhão de nossos pensamentos, ungidos de homenagem e agradecimento, de glorificação e reverência.

Digníssimos consócios.

Cumpre-me, na efeméride que solenizamos, prestar-vos conta dos acontecimentos sociais culminantes, decorridos no biênio, que hoje finda.

Enunciarei, pois, os atos e fatos principais, ocorridos no período da atual Diretoria.

Como sabeis, por força de nossos Estatutos anteriores, procedeu-se, aos 16 dias de julho de 1942, à eleição para a Diretoria, cujo mandato hoje chega a seu termo.

Infelizmente, por motivos ponderosos, oriundos de suas prementes ocupações funcionais, a 21 de outubro renunciou ao seu mandato nosso

eminente confrade Otelo Rosa. Afinal, aos 19 dias do mês de julho de 1943 se procedeu à nova eleição para presidente e vice-presidente de nosso Instituto.

Davante, prosseguindo o singelo biênio que se encerra à data que hoje festejamos, oportuno é, de caminho, salientar as iniciativas que mereçam referidas ao conhecimento de nossa agremiação cultural.

Para logo entrou a Diretoria em contacto com o Governo riograndense, no sentido de lhe ser concedido prédio mais espaçoso e condigno, para séde social de nossa corporação. Visavamos poder distribuir e salvaguardar do perdimento nosso opulento arquivo e preciosa bibliotéca. Foi atenciosamente deferida nossa justa aspiração, pelo ilustre general Cordeiro de Farias, quando Interventor Federal no Estado, diante de quem interpretou a iniciativa e anseios da Diretoria, o preclaro consócio, general Souza Dóca, secundado pelo também brilhante consócio, general Benicio da Silva, cuja posse de socio efetivo festivamente se realizou, no dia 6 de dezembro último.

De justiça é acentuar que o mesmo espírito de consideração e acolhimento sinceramente nos dispensa o ilustre Interventor Federal, sr. coronel Ernesto Dorneles.

Outro objetivo, entrementes, levado a cabo foi a refórma de nossos Estatutos, postos, assim, mais de acôrdo com as necessidades sociais e as lições da longa experiência. Cabe-me, aqui, o imperativo de deixar consignados os louvores da Diretoria aos digníssimos consócios que lideraram tão importante empreendimento.

Menção especial merece, de carreira, a feliz solução encontrada entre o Governo gaúcho e esta Diretoria, sôbre o débito erroneamente acrescido à carga do Instituto. Procede êle da publicação dos Anais do III.º Congresso de História, realizado para comemorar o bi-centenário da colonização de Porto Alegre, a cuja Prefeitura exclusivamente cabem as respectivas despêsas de impressão. Assim o resolveu, e bem, o Governo riograndense.

Assunto importante para nosso Instituto, levado a bom termo, graças à nimia bôa disposição e louvável espírito de equidade do Egrégio Sr. Presidente da República, foi a imediata ordem de pagamento das subvenções atrasadas, devidas pelo Governo da União e caídas em exercício findo. Em verdade, à unica petição epistolar, já o conterrâneo ilustre e nosso sócio grande benemérito determinou que integralmente se nos pagassem elas, menos 2 mais antigas.

Solução merecida foi o deferimento, ao Instituto, do saldo existente na Livraria do Globo, oriundo da verba oficial destinada à publicação de atos preparativos e dos Anais do 1.º Congresso de História, na centúria farrapa, a cargo do Instituto. De justiça o pleiteára a Diretoria deste biênio, perante o Governo riograndense, que assim o reconheceu, recentemente e nô-lo creditou.

Pleiteia agora a Diretoria, junto ao Sr. Ministro da Viação, fran-

quia postal e telegráfica para a correspondência do Instituto. Dos limpidos termos do pedido de informação e por notícia particular, lícito é confiemos em próximo êxito, de incalculáveis vantagens para nosso Instituto.

Em sessão comemorativa do dia de Caxias, realizada pelo Instituto, foi lançada pelo orador da solenidade, nosso ilustre confrade general Souza Dóca, a idéia de coordenar e dirigir a nossa Instituição a futura ereção de alteroso monumento, nesta Capital, à memoria do insigne pacificador do heróico Rio Grande, no epílogo do refulgente decênio farroupilha. Esta iniciativa providencial, que desperta gerais simpatias nos corações riograndenses, tem ainda, para mais disto, o prévio apoio e irrestrito concurso dos altos poderes federais, da administração do Estado e dos municípios gaúchos. Em sucessivas combinações com a Interventoria Federal no Rio Grande e o Comando da 3.^a Região Militar, sôbre o efetivo financiamento da nobre empresa, organizára a Diretoria do Instituto as comissões de honra e executiva, para a propaganda e infcio do grande empreendimento cívico. Posteriormente, foi aberta concorrência para a apresentação de projetos ao magestoso monumento, entre artistas nacionais.

Recebidos os diversos projetos dos concorrentes, nomeou esta Diretoria a comissão de técnicos e um historiador, a qual, depois de exaustivo estudo, apresentou admirável parecer, sôbre a classificação dos projetos oferecidos e unanimemente proclamou em primeiro lugar o do conhecido escultor sr. Caringi. Foi representado o Instituto pelo nosso ilustre colega, Otelo Rosa.

De presente, assentou esta Diretoria com o ilustre Interventor Federal a dotação dos recursos orçamentários, anulamente concedidos, de modo que, efetuado contrato para a respectiva construção, seja lançada, já a primeiro de março vindouro, a festiva pedra fundamental ao monumento de glorificação ao excelso cabo de guerra e consagrado estadista.

Por igual, sob os auspícios e explícita colaboração do Govêrno riograndense, vai o Instituto realizar, de 27 de fevereiro a 2 de março de 1945, o seu 4.^o Congresso Sulriograndense de História e Geografia, em comemoração do primeiro centenário da paz de Poncho-Vêrde. Tem o Govêrno do Estado, por sugestão desta Diretoria, representante seu permanente, cuja escôlha recafu na pessoa do sr. dr. Secretário de Educação e Cultura, na comissão do Instituto, para êsse fim nomeada.

Cumpre advertir em que, para que haja a necessária unidade de espírito comemorativo nas solenidades em honra da grande efeméride nacionalista, entre o programa do Instituto e a colaboração do professorado e alunos dos Colégios e Grupos Escolares, ficou expressamente estabelecido, entre a comissão e o Govêrno, que o esbôço organizado pela Comissão de Pesquisas da Secretaria de Educação, aprovado pelo

sr. Secretário, passará pelo crivo e aprovação do Instituto. Só depois será distribuído, como norma e orientação em todos os estabelecimentos educacionais do Estado.

Solidarizou-se o Instituto com as homenagens que se estão prestando à memória do notável polígrafo riograndense, Apolinário Porto Alegre, cujo centenário natalício transcorre no fim do corrente mês. Realizar-se-á sessão solene, na sede do Instituto, em cujo nome fará uma conferência nosso brilhante confrade Otelo Rosa. E antes, no mesmo dia, visitará o Instituto a herma do imortal riograndense, onde falará o presidente do Instituto.

Ao chegar ao término do mandato que tão benévolamente lhe confiastes, cumpre à Diretoria agradecer a solidariedade e ininterrupta colaboração que lhe dispensastes. Lamenta ela não houvesse podido realizar tudo quanto desejava, a prol da grandeza e prosperidade do Instituto. Quero, porém, sumariar, ao juízo de seus confrades, as constantes preocupações de seu modesto labor:

1) Enfrentar e minorar a precária situação financeira do Instituto;

2) Conseguir-lhe prédio condigno e mais espaçoso, onde lhe fosse dado organizar e salvaguardar o seu vasto arquivo e sua preciosa biblioteca, onde pudesse recepcionar, e onde, enfim, se reunam, diária e semanalmente os seus associados, para maior coesão social e largo espírito de solidariedade colaboradora.

Só assim, em ideal assistência e convivência diuturna, é que poderia a Diretoria realizar verdadeira e salutar consulta e exposição de tudo quanto deliberasse, ininterruptamente. De feição que entre Diretoria e Instituto houvesse intimismo, confiança renovada e unidade de ação eficiente, para que a Diretoria ouvisse o conselho da experiência e se estabelecessem laços de amizade familiar, de recíproca lealdade indefesa, de genuína vida social indissolúvel e de relação cordialíssima;

3) Revisar os Estatutos, de acordo com as lições da experiência e no sentido de mais explícita aplicação e exequibilidade;

4) Restaurar e elevar a feição cultural de seu consagrado órgão, de modo que suas páginas registrem a cultura e pesquisa de cada sócio, cuja personalidade erudita e perquiridora possa a tranquila posteridade julgar do copioso documentário arquivado em nossa Revista, cujos volumes constituem depoimento inquestionável da formação social, no presente, para segura indagação histórica, do futuro.

E bem: desde já, de acordo com a estatística de nossa Secretaria, vê-se que é crescente o interesse de nossos consócios pela vida do Instituto. Assim que é devéras promissor o seguinte quadro:

Realizou o Instituto, em 1942, tres sessões: em 1943, quatorze e, em 1944, já oito sessões se efetuaram. Tudo, pois, demonstra o poder

de vitalidade associativa e construtiva solidariedade, em nosso prestigioso sodalício. De jeito que podemos e devemos confiar no futuro de nosso Instituto, cuja vitoriosa prosperidade há-de satisfazer a todas as aspirações sociais.

Como se colhe do relatório da Tesouraria, as maiores despesas do Instituto decorrem da manutenção de nossa Revista, que habitualmente orige sensível deficit, e isto, porque há, sempre, assinantes em atraso. O serviço de subvenções federais realizado em 1943, não contou com as subvenções dos anos de 39 e 40, que a Diretoria anterior deixou prescrever. A do ano corrente ainda não foi paga, mas sêlo-á em breve, dadas as providencias tomadas.

Era, ilustres consócios, o que, nesta rápida exposição, me cumpria dizer-vos, nesta hora de regosijo cívico e cultural, quando se soleniza a máxima data institutária e atinge o seu termo sem brilho, o ciclo de nossa pálida administração, em cujo nome vos eu falo, pela última vez.

Tenho confiança absoluta na prosperidade de nosso Instituto, onde a renovação de valores dirigentes há-de, enfim, formar o núcleo ideal de experientes e abnegados condutores de nossos altos destinos. E nesta expectativa me congratulo convosco, convosco se congratula a Diretoria, cujo mandato, ora finda, e a cujo espírito de labor incessante obscuramente busquei corresponder, para, em conjunto, justificarmos a confiança cívica, que generosamente nos delegastes.

Não terminarei, porém, esta exposição, sem que expressamente me refira a quatro ilustres consócios, a cuja indefesa solidariedade lealíssima e valiosa colaboração de tôdas as horas, em verdade devo eu tudo quanto de alguma utilidade e benefício a nosso Instituto pôde realizar, no breve periodo de minha apagada gestão eletiva: coronel Luiz Carlos de Moraes, Afonso Guerreira Lima, Jorge Felizardo e Walter Spalding, ao último dos quais devemos o brilhantismo, prestígio e renome atual da Revista. São colegas de caráter diáfano, lealdade incorruptível, amor ao trabalho e dedicação integral a nosso Instituto.

Permiti-me quê repita o que disse, quando me empossaveis: "Temos fôrça de vitalidade. Precisamos redobrar coesão construtiva, dedicação incansável e solidariedade lealíssima: tôdos por um e um por tôdos, para bem preservarmos o precioso patrimônio que nos legaram os fundadores de nosso glorioso Instituto".

ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

CAPÍTULO I

Denominações, sede e fins

Art.º 1.º — O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fundado em 5 de agosto de 1920, com sede nesta cidade de Porto Alegre, tem por fins:

- a) estudar e investigar a História e Geografia, principalmente no que se refere a este Estado;
- b) estudar o folclore regional e as línguas dos indígenas do Brasil, com especialidade a dos povos que habitaram, e dos que ainda habitam, o território rio-grandense;
- c) manter vivo o culto às tradições do Rio Grande do Sul;
- d) comemorar as datas nacionais e prestar culto cívico à memória dos grandes vultos da nossa História;
- e) manter e cultivar o intercâmbio com as instituições congêneres do País e do estrangeiro.

CAPÍTULO II

Da administração

Art.º 2.º — O Instituto será dirigido por uma Diretoria, assim composta:

- 1 Presidente
- 1 1.º Vice-Presidente
- 1 2.º Vice-Presidente
- 1 1.º Secretário
- 1 2.º Secretário
- 1 1.º Tesoureiro
- 1 2.º Tesoureiro
- 1 Bibliotecário
- 1 Orador.

Art.º 3.º — A Diretoria será assistida por um Conselho Fiscal,, composto de 3 membros, encarregado da tomada de contas da Diretoria.

Art.º 4.º — A Diretoria e o Conselho Fiscal serão eleitos por maioria de votos pela Assembléia Geral, para um período de 2 anos, em sessão que se realizará a 5 de agosto, data da fundação do Instituto.

§ único — A eleição será feita uma hora antes da que fôr marcada para solenizar essa data.

Art.º 5.º — Compete à Diretoria:

- a) ter sob sua direção e responsabilidade, o patrimônio do Instituto;
- b) pugnar pelos interesses do Instituto e contribuir para o seu desenvolvimento;
- c) verificar e julgar as contas apresentadas pelo Tesoureiro;
- d) fixar o número de serventuários precisos aos serviços do Instituto, arbitrando-lhes as respectivas remunerações;
- e) orçar as despesas anuais e as extraordinárias, bem como as destinadas a representações sociais;
- f) indicar os estabelecimentos de crédito, onde devem ser depositados os dinheiros do Instituto;
- g) prestar as informações solicitadas pelo Conselho Fiscal;
- h) aprovar as nomeações feitas pelo Presidente, para os cargos fixados pela Diretoria;
- i) elaborar e adotar o Regimento Interno, por onde se regerão todos os serviços, detalhando, de modo claro e preciso, as obrigações de cada serventuário, quer de cargos eletivos, quer de nomeação;
- j) propor à Assembléia tôdas as medidas que julgar necessárias à boa administração social, que escapem de suas prerrogativas;
- k) resolver sôbre comemorações de datas assinaladas;
- l) resolver sôbre realizações de sessões de caráter cultural e público;
- m) eleger, **ad referendum** da Assembléia Geral, os substitutivos dos 1.º e 2.º Secretários, Bibliotecário e Orador, caso êsses cargos venham a ficar vagos.

Art.º 6.º — A Diretoria se reunirá ordinariamente uma vez por mês, para a tomada de contas do Tesoureiro, relativas ao mês anterior, e, extraordinariamente, sempre que fôr convocada pelo Presidente.

Art.º 7.º — As resoluções da Diretoria serão tomadas pela maioria dos seus membros.

§ único — O Presidente poderá tomar medidas **ad referendum** da Diretoria, quando essa não puder se reunir, ou não haja dado número. Nêsse caso, porém, os membros presentes ficarão solidariamente responsáveis pelas resoluções tomadas, se com elas concordarem.

Art.º 8.º — Quando se verificar a hipótese prevista no parágrafo anterior, o Presidente submeterá as resoluções adotadas ao exame e julgamento da Diretoria, na primeira sessão que se realizar após aquele ato.

Art.º 9.º — De cada sessão da Diretoria será, pelo Secretário, lavrada uma ata, em livro especial, consignado, com clareza e precisão, todos os assuntos tratados e as resoluções adotadas.

Art.º 10 — Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Conferir o balancete geral de fim de ano, apresentado pelo Tesoureiro, proferindo nêle o seu parecer;
- b) apresentar sugestões à Diretoria no sentido de corrigir falhas e irregularidades na contabilidade da Tesouraria;
- c) pedir vistas, em qualquer época, das contas da Tesouraria e balancear os fundos sociais.

CAPITULO III

Das atribuições dos membros da Diretoria

Art.º 11 — Compete ao Presidente:

- a) presidir às sessões da Diretoria e da Assembléia Geral usando do voto de qualidade, quando ocorrer empate;
- b) convocar as reuniões da Diretoria, por notificações feitas a seus membros;
- c) convocar, por meio de editais, publicados pela imprensa, ou por notificação escrita, as reuniões da Assembléia Geral ordinária e extraordinária;
- d) autorizar as despesas a serem feitas pelo Tesoureiro; e assinar com êle os cheques de retiradas de dinheiros dos estabelecimentos de crédito;
- e) visar as contas autorizadas;
- f) rubricar os livros destinados à escrituração de todos os serviços;
- g) assinar as atas das sessões da Diretoria e Assembléia Geral;
- h) assinar a correspondência a ser enviada, podendo, também, delegar poderes ao Secretário para que o faça em seu nome;
- i) distribuir os trabalhos às Comissões Permanentes;
- j) apresentar à Assembléia Geral, na sua primeira reunião do ano, um relatório circunstanciado da sua administração durante o ano findo;
- k) cumprir e fazer cumprir êstes Estatutos;
- l) nomear os serventuários que a Diretoria julgar necessários para os diversos serviços, e demiti-los quando faltosos;
- m) representar o Instituto, em suas relações jurídicas e sociais.

Art.º 12 — Compete ao 1.º e ao 2.º Vice-Presidentes:

- a) substituir o presidente, na ordem de sucessão. Quando essa substituição fôr motivada por morte, renúncia ou outra causa que importe afastamento definitivo do presidente, e ocorrer no segundo ano da gestão, o substituto **exercerá** a função até a terminação do período.
- b) tomar parte nas sessões da Diretoria.

Art.º 13 — Ao 1.º Secretário compete:

- a) executar os trabalhos da Secretaria, trazendo sempre em dia a escrituração dos respectivos livros e outros documentos;
- b) guardará na devida ordem, cópia de toda correspondência expedida;
- c) ter sempre em dia o livro de registro de sócios, escriturado com clareza e consignando as respectivas categorias;
- d) organizar e expedir a correspondência;
- e) ter a seu cargo o arquivo da Secretaria devidamente protocolado;
- f) lavrar as atas das sessões da Diretoria e da Assembléia Geral, subscrevendo-as;
- g) assinar e mandar publicar os editais necessários, de ordem do Presidente;
- h) fazer aos sócios quaisquer comunicações atinentes aos trabalhos do Instituto;
- i) exercer na Secretaria a necessária autoridade sobre os respectivos serventuários;
- j) assumir a presidência do Instituto na falta ou impedimento do

Presidente e dos Vice-Presidentes, convocando a Assembléia Geral para providenciar sôbre o preenchimento dêsses cargos;

- k) receber e abrir a correspondência dirigida ao Instituto, submetendo-a à apreciação do Presidente;
- l) zelar pela conservação e bom estado do material e dependências da Secretaria;
- m) fornecer o material e dados precisos que estejam a seu cargo, aos executores de trabalhos determinados pelo Presidente;
- n) representar o Presidente ou seu substituto, na sede do Instituto, quando êstes não se acharem presentes.

Art.º 14 — Compete ao 2.º Secretário auxiliar o 1.º e substituí-lo durante seu impedimento ou no caso de vacância do cargo.

Art.º 15 — Compete ao 1.º Tesoureiro:

- a) manter os livros da Tesouraria escriturados na devida ordem, e sob sua guarda;
- b) receber todos os dinheiros pertencentes ao Instituto, tendo-os em sua guarda e responsabilidade, até que sejam recolhidos a um estabelecimento de crédito;
- c) efetuar as despesas autorizadas;
- d) assinar com o Presidente os cheques para retirada de importâncias em depósito nos estabelecimentos de crédito;
- e) ter em dia um fichário dos sócios, de maneira que em qualquer momento possa prestar informações sôbre a situação de cada um;
- f) recolher mensalmente ao estabelecimento de crédito, indicado pela Diretoria, os saldos superiores a cem cruzeiros;
- g) ter a seu cargo, devidamente escriturado, um livro destinado ao tombamento de todos os bens e mobiliários do Instituto, mencionando os lugares onde se encontram;
- h) confeccionar a fôlha de pagamento dos serventuários;
- i) ter a seu cargo a responsabilidade de todo o arquivo relativo à Tesouraria;
- j) organizar mensalmente um balancete da receita e despesa para ser apresentado à Diretoria;

Art. 16 — Compete ao 2.º Tesoureiro auxiliar o 1.º e substituí-lo, nos seus impedimentos ou no caso de vacância do cargo.

Art.º 17 — Ao Bibliotecário compete:

- a) ter, a seu cargo e inteira responsabilidade, todos os livros, documentos e material pertencentes à Bibliotéca, bem como tudo que pertencer ao Museu que vier a ser organizado;
- b) trazer devidamente escriturados os livros de escrituração da Bibliotéca;
- c) dirigir os serviços a seu cargo, de conformidade com as prescrições estabelecidas pelo Regimento Interno do Instituto, relativamente às suas funções.

Art.º 18 — Ao Orador compete:

- a) fazer, nas sessões públicas, uma preleção sôbre a efeméride do dia;
- b) fazer parte, obrigatoriamente, das comissões incumbidas da representação do Instituto nas solenidades públicas, usando da palavra, em nome do sodalício, sempre que necessário;
- c) fazer, na primeira sessão anual ordinária da Assembléia Geral o elogio fúnebre dos sócios falecidos durante o ano anterior.

CAPÍTULO IV

Das Comissões Permanentes

Art.º 19 — As Comissões Permanentes são órgãos de estudos, destinados a prestar informações e emitir pareceres sobre o mérito dos trabalhos que hão de ser debatidos e julgados pela Assembléia Geral ou pela Diretoria.

Art.º 20 — Haverá as seguintes Comissões Permanentes:

Comissão de História e Geografia

Comissão de Antropologia e Etnografia

Comissão de Paleontologia e Arqueologia

Comissão de Genealogia, Heráldica e Numismática

Comissão de Línguas Indígenas e Folclore

Comissão de Sindicância para admissão de sócios

Comissão de Redação da Revista.

§ 1.º — Essas comissões serão compostas de três membros, nomeados pelo Presidente, para um período igual ao da Diretoria.

§ 2.º — Cada Comissão terá o seu Presidente e Relator, escolhidos pelos componentes, dentre seus pares.

§ 3.º — O Presidente da Comissão de Redação da Revista, será o Diretor ou Redator responsável.

Art.º 21 — Dos pareceres das comissões só poderão ter conhecimento pessoas estranhas ao Instituto, se assim o entender e autorizar a Diretoria.

Art.º 22 — Todos os trabalhos escritos, apresentados pelas Comissões Permanentes, são considerados propriedade do Instituto e, como tal, devem fazer parte do seu arquivo.

Art.º 23 — As Comissões adotarão seus pareceres por maioria de votos, ficando os seus membros solidários pelas opiniões emitidas, salvo o recurso do voto vencido.

CAPÍTULO V

Dos sócios e suas categorias

Art.º 24 — Entende-se por sócios do Instituto, todos os que já o são, mais aqueles, nacionais ou estrangeiros, que, satisfazendo as exigências destes Estatutos, sejam aceitos, por maioria de votos, passando, então, a pertencer a seu quadro social, em uma das categorias existentes.

Art.º 25 — São as seguintes as categorias de sócios:

- a) Fundadores
- b) Beneméritos
- c) Honorários
- d) Efetivos
- e) Correspondentes.

§ 1.º — Pertencerão à categoria a) todos aqueles constantes na relação da ata da fundação do Instituto.

§ 2.º — Pertencerá à categoria b) qualquer pessoa que tenha feito uma doação ao Instituto, equivalente a Cr\$ 25.000,00, aceita pela Assembléia Geral, em mínima votação apresentada por 2/3 de votos; ou ao sócio das outras categorias que tenha prestado reais e valiosos serviços, assim julgados pela Assembléia Geral, numa votação idêntica à precedente.

§ 3.º — Pertence à categoria c), a pessoa que se tiver distinguido

pelo seu saber em qualquer ramo dos conhecimentos humanos; ou os estrangeiros ilustres na Ciência e nas Letras; ou ainda quaisquer pessoas que tenham contribuído eficazmente para a prosperidade do Instituto. Esse título deverá ser concedido por uma votação mínima de 2/3 dos sócios efetivos, em Assembléia Geral.

§ 4.º — Pertence à categoria d), o brasileiro, residente na Capital do Estado, ou nas suas imediações, que tenha provado a sua capacidade de estudos, em quaisquer ramos do conhecimento humano de que se ocupa a atividade do Instituto, e que haja sido proposto por escrito, por um mínimo de 3 sócios efetivos, proposta essa que acompanhará uma obra ou obras publicadas pelo candidato, para ser examinada e julgada pelo Instituto.

§ 5.º — Pertencerá à categoria e), a pessoa que satisfizer as condições do § 4.º, deste artigo, sem distinção de nacionalidade, mas com residência fora da Capital do Estado ou suas imediações, em outras circunscrições do País ou no estrangeiro.

CAPÍTULO VI

Dos deveres e direitos dos sócios

Art.º 26 — Cumpre, em geral, a todos os sócios do Instituto, respeitar as disposições destes Estatutos, prestigiar e propugnar pela prosperidade e conceito da instituição a que pertencem; acatar as decisões e resoluções adotadas pelos seus órgãos legítimos.

Art.º 27 — A assinatura da Revista é obrigatória para os sócios das diversas categorias.

§ 1.º — Os sócios da categoria a) têm direito e deveres idênticos aos dos sócios efetivos.

§ 2.º — Aos sócios das categorias b) e c) só são atribuídos deveres morais para com o Instituto, estando, assim, isentos de quaisquer contribuições monetárias de caráter obrigatório, exceto da assinatura da Revista.

Art. 28 — Deve o sócio da categoria d):

a) pagar uma jóia de admissão, de Cr\$ 300,00.

b) pagar Cr\$ 50,00, pela expedição do respectivo diploma;

c) aceitar o cargo ou outra função qualquer para que tenha sido eleito ou nomeado;

d) comparecer aos atos para que tiver sido convocado.

Art.º 29 — É dever do sócio da categoria e) manter estreita correspondência com o Instituto, trazendo-o sempre a par do que ocorre nos locais onde reside, de maneiras a manter o intercâmbio necessário a respeito dos estudos a que êle se propõe.

§ único — O sócio desta categoria pagará Cr\$ 50,00 para a expedição do diploma.

Art.º 30 — Os sócios terão direito a usar do seu título, declarando a sua categoria, nos trabalhos e obras que publicarem; frequentar a sede social; utilizar-se da biblioteca; e comparecer, independentemente de convite, às sessões da Assembléia Geral, bem assim às de caráter solene.

§ 1.º — Os das categorias b) e c), quando presentes a uma reunião, ocuparão um dos lugares à mesa, como distinção ao título de que são portadores.

§ 8.º — Os sócios, em geral, terão direito a usar do distintivo social instituído pela Assembléia Geral.

Art.º 31 — Quando os sócios das categorias b) e c) já pertenciam anteriormente à categoria d) terão direito ao sufrágio, isto é, votarem e serem votados para os cargos da Diretoria.

Art.º 32 — Só o sócio de categoria d) tem direito ao sufrágio, isto é, votar e ser votado para cargos da Diretoria.

Art.º 33 — Em qualquer eleição, os sócios do Instituto poderão dar o seu voto por escrito, ou por procuração. Neste último caso, porém, nenhum procurador poderá representar mais de três sócios.

CAPÍTULO VII

Da admissão e exclusão de sócios

Art. 34 — O candidato a qualquer das categorias, previstas nestes Estatutos, será proposta, na forma por que prescreve o Capítulo V e seus artigos. Na proposta serão consignados:

- a) nome por extenso do candidato;
- b) a sua naturalidade, idade, estado civil, profissão e residência;
- c) a que instituição congênera já pertence, si ocorrer esse caso;
- d) número e título da obra ou obras já publicadas pelo candidato;
- e) a categoria onde pretende ser incluído o candidato;
- f) um resumo biográfico do candidato, acompanhado de 2 retratos para carteira de identidade;
- g) a declaração expressa do candidato de que aceita a proposta;
- h) acompanhará a proposta a obra do candidato.

§ único — Não se entenderão com os candidatos às categorias b) e c), as exigências das letras d) e h) deste artigo.

Art. 35 — O Instituto mandará imprimir fórmulas oficiais para propostas de inscrição de candidatos.

Art.º 36 — A proposta de inscrição de candidatos, deve ser dirigida ao Presidente do Instituto, que a distribuirá à Comissão de sindicâncias para os devidos fins.

§ 1.º — Lavrado o parecer pela Comissão, voltará a proposta ao Presidente que a submeterá, com o parecer, à consideração da Assembléa Geral.

§ 2.º — Depois da Assembléa se manifestar a respeito da proposta, o Presidente proclamará eleito o candidato, ou a sua recusa.

§ 3.º — Quando ocorrer a recusa da candidatura, o Presidente mandará arquivar o processo.

§ 4.º — A Comissão de Sindicância poderá recorrer às demais comissões especializadas, quando necessário, para o melhor julgamento da obra ou obras apresentadas pelo indicado.

Art.º 37 — O indicado da categoria d), quando aceito, será empossado em sessão solene, que se realizará em época prefixada pela mesa, de acôrdo com o recipiendário, no prazo de um ano, a contar do dia da eleição.

§ 1.º — Para essa solenidade o Presidente nomeará um dos sócios para saudar o recipiendário, em nome do Instituto.

§ 2.º — Tanto o discurso de saudação, como o da resposta do novo sócio serão submetidos ao Presidente, com uma antecedência de, pelo menos, 15 dias.

Art.º 38 — Ao ser empossado ou investido da qualidade de membro efetivo do Instituto, o candidato pronunciará o seguinte compromisso: "Prometo trabalhar pela grandeza e prosperidade do Instituto, dedicar-me aos estudos de sua finalidade cultural, e acatar suas disposições estatutárias".

§ único — Só depois dêsse compromisso, o Presidente declarará empossado o candidato.

Art.º 39 — E' ilimitado o número de sócios de cada uma das cate-

gorias, exceto na categoria d), que é fixada em 30, incluídos os fundadores.

Art.º 40 — O Regulamento Interno preverá as demais formalidades para o recebimento do candidato, ao ser empossado.

Art.º 41 — O sócio de quaisquer categorias, menos os das a), b) e c), poderá ser excluído do quadro social:

- a) — quando solicitar a exclusão;
- b) — quando faltar a seis sessões consecutivas, ou recusar-se a trabalhos para que tenha sido convocado, desde que não justifique por escrito os motivos.

CAPÍTULO VIII

Da Assembléia Geral

Art.º 42 — A Assembléia Geral é o órgão soberano do Instituto, competindo-lhe, portanto, tomar qualquer medida que interessar à instituição, respeitando, porém, as disposições dos presentes Estatutos.

Art.º 43 — A Assembléia Geral é constituída pelos sócios efetivos.

Art.º 44 — Compete à Assembléia Geral:

- a) — eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
 - b) — resolver sobre a admissão de sócios;
 - c) — a exclusão do quadro social de sócios que se tornarem inconvenientes ao decôro social e bom conceito do Instituto;
 - d) — julgar das contas apresentadas pela Diretoria no fim de cada ano social;
 - e) — orçar anualmente a receita e as despesas prováveis, para a administração do Instituto;
 - f) — resolver sobre a aquisição e alienação de bens imóveis;
- Art.º 45 — As sessões de Assembléia Geral, serão ordinárias ou extraordinárias, obedecendo aos seguintes critérios:
- a) — Sessões ordinárias, convocadas mensalmente pelo Presidente, para fins culturais e de intercâmbio;
 - b) — Sessões extraordinárias, quando o Presidente entender necessário ou ainda, quando fôr pedida por mais de dez sócios efetivos em requerimento feito ao Presidente.

Art.º 46 — As resoluções da Assembléia Geral, serão tomadas por maioria de votos.

Art.º 47 — As sessões de Assembléia Geral serão convocadas com um mínimo de 24 horas de antecedência, pela imprensa ou por notificações individuais aos seus membros.

Art.º 48 — Em primeira convocação a Assembléia Geral só poderá funcionar com um mínimo de 2/3 dos sócios efetivos, residentes nesta capital e imediações.

Não tendo comparecido êsse número de sócios, o Presidente anunciará que ela funcionará, uma hora depois, com o mínimo de 10 membros, em 2.ª convocação, podendo, entretanto, designar outro dia, para essa reunião, com êsse último número de sócios. Si, apesar dessas providências, não fôr conseguido número, a maioria da Diretoria, em reunião com o Conselho Fiscal e outros sócios que, porventura, comparecerem à convocação, constituirão um conjunto deliberativo, com prerrogativas iguais às da Assembléia Geral.

Art.º 49 — Para aquisição e alienação de bens imóveis, a Assembléia Geral só deliberará com os 2/3 dos membros efetivos do Instituto.

Art.º 50 — A Assembléia Geral realizará sessões solenes para comemorar datas nacionais, homenagear vultos insignes em todos os ramos dos conhecimentos humanos, e, especialmente, a 5 de agosto, reali-

zará uma sessão solene, de caráter extraordinário, em comemoração ao aniversário da fundação do Instituto.

CAPÍTULO IX

Da Revista do Instituto

Art.º 51 — O Instituto manterá um órgão de publicidade, denominado REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, destinado à divulgação de assuntos que interessem à finalidade cultural da instituição. A publicação será trimestral.

Art.º 52 — A Revista é o órgão destinado à publicação dos trabalhos dos sócios. Excepcionalmente poderá ser permitida a publicação de trabalhos de expoentes culturais, do País ou estrangeiros, a juízo da Comissão de Redação.

Art.º 53 — No Regimento Interno do Instituto, serão traçadas as normas de orientação da publicação da "Revista".

CAPÍTULO X

Disposições Gerais

Art.º 54 — Estes estatutos sómente poderão ser reformados, ou alterados, pela Assembléia Geral, pela votação de 2/3 dos sócios efetivos, e em duas sessões que se deverão realizar com um prazo mínimo de um mês entre elas.

§ único — A Diretoria, ou um grupo de 10 sócios efetivos, poderá solicitar a reforma, ou alteração dos estatutos, indicados previamente, porém, os artigos que deverão ser alterados ou reformados.

Art.º 55 — Logo que as condições financeiras do Instituto permitirem, serão remuneradas as funções de 1.º Tesoureiro, 1.º Secretário e do Bibliotecário. Enquanto não for isso possível, fica ao 1.º Tesoureiro arbitrada, anualmente, a quantia de duzentos cruzeiros para quebras.

Art.º 56 — Havendo a Assembléia Geral conferido a um dos seus sócios o título de Secretário Perpétuo, pelos relevantes serviços prestados ao Instituto, este fará os serviços da Secretaria, tendo como auxiliares o 1.º e o 2.º secretários, cabendo-lhe então, as prerrogativas das letras i, j e u do art.º 13, das atribuições do 1.º secretário.

Art.º 57 — O presidente providenciará imediatamente para a nova inscrição do Instituto no registro das pessoas jurídicas, nos termos das leis vigentes.

Art.º 58 — O Presidente designará uma comissão para organizar o Regimento Interno, no qual serão estabelecidas normas para a execução de todos os serviços do Instituto, definidos os deveres e obrigações dos serventuários.

Art.º 59 — Os sócios não respondem subsidiariamente por qualquer compromisso assumido pelo Instituto.

Art.º 60 — A dissolução do Instituto só poderá se dar por deliberação da Assembléia Geral, que decidirá, também, sobre o destino do patrimônio.

Disposições transitórias

Art.º 61 — O mandato da atual diretoria terminará em 5 de agosto de 1944.

Registados no Cartório de Títulos e Documentos de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, sob n.º 610, em 15 de agosto de 1944.

NÓTULAS BIBLIOGRÁFICAS

FARROUPILHAS E CARAMURÓS

Sob os auspícios da Secretaria de Educação e Cultura, nosso confrade Walter Spalding acaba de publicar o interessante volume "Farroupilhas e Caramurós", destinado a "ser utilíssimo trabalho que será um roteiro seguro e único para as novas gerações do Rio Grande, quer por sua orientação, quer por não existir na nossa terra outro trabalho desse gênero".

Neste simples período se acha completo o elogio ao novo livro de nosso estimado confrade, que é incansável estudioso da história riograndense.

De feito, é justa a referência feita pelo ilustre Secretário de Educação, no parecer transcrito. O autor aprecia, em linguagem simples, os principais acontecimentos ocorridos no fulgurante decênio farroupilha, desde os sucessos iniciais, desenrolados na Província, cuja história traça em estilo leve e atraente, as lutas políticas, a revolução e, enfim, à realização da paz.

Depois, transcreve o distinto autor vasta e capital documentação referente às lutas desenvolvidas na campanha farroupilha.

Finalmente, relaciona autores e obras que hão versado a história da Grande Revolução federativa.

Trabalho de leitura amêna, constitui o livro em aprêzo seguro roteiro e informação exata a quantos busquem conhecer a história da revolução farroupilha. — M. D.

VIDA DO VENERAVEL PADRE JOSE' DE ANCHIETA

O Instituto Nacional do Livro acaba de publicar, em dois volumes, a história do grande Padre José de Anchieta, escrita pelo seu contemporâneo e, como êle, da Companhia de Jesus, Simão de Vasconcelos.

Exposição singela, escrita em linguagem admirável pela sua elegância e simplicidade de expressão, doçura de estilo e candura descritiva, o estudo do grande cronista do Brasil dos primeiros tempos constitui eloquente relato da vida prodigiosa do glorioso taumatur-

go de nossa terra, no início de sua colonização e da catequese do aborígene das florestas virgens.

Através da narração ingênua de milagres e altos feitos do insigne Padre Anchieta, a preceito se expõe a grandeza do extraordinário catequista e de sua incomparável ação desenvolvida na infância do povoamento do Brasil.

Livro clássico, pela pureza vernácula em que é escrito; único e precioso, pelo escrúpulo da narrativa e significação histórica do período que abrange, na aurora da remota iniciação da nova Pátria, na manhã de nosso Brasil, cuja "terra parece foi favorecida da natureza com mão particular para senhora e cabeça de um Estado grande que havia de vir a ser inveja de muitos", como profeticamente se expressa o famoso cronista e nosso primeiro historiador. — M. D.

CURSO DE DERECHO INTERNACIONAL PUBLICO AMERICANO, por CARLOS SANCHEZ i SANCHEZ. PUBLICACIONES DE LA UNIVERSIDAD DE SANTO DOMINGO. VOL. XXVI. EDICIONES DEL CENTENARIO DE LA REPUBLICA. EDITORA MONTALVO. CIUDAD TDUJULLO, R. D.

Constitue volume de 730 páginas o Curso de Direito Internacional Público Americano professado pelo Dr. Carlos Sanchez e Sanchez, catedrático da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia, na Universidade de São Domingos.

Advertidamente, à guisa de "Explicação Preliminar", declara o autor temerário falar-se em direito, quando, pelo mundo, a força anda solta; e mais temerário, ainda, falar-se de Direito Internacional ou escrever-se sobre ele, quando os seus princípios parecem triturados pelo carro da guerra e as suas normas desconhecidas pelos apóstolos da violência. No entanto, foi essa, precisamente, a razão pela qual o autor entendeu de falar, hoje mais do que nunca, do Direito Internacional e de seus postulados de justiça superior.

No Primeiro Congresso Científico Panamericano votou-se uma resolução pela qual se reconheceu a existência de problemas e situações *sui generis* de caráter definitivamente americano, recomendando-se a todos os Estados americanos, o ensino de tais problemas peculiares ao nosso âmbito, em suas faculdades de direito e ciências sociais. Cumprindo essa resolução, que fôra ratificada pelo Congresso Panamericano reunido em Washington, de 27 de Dezembro de 1915 a 8 de Fevereiro de 1916, o Governo da República Dominicana criou a cadeira, cuja regência coube ao autor, e o seu Curso, após de mais de dois anos de afanoso trabalho, acaba, agora, de sair à luz da publicidade.

Está o trabalho dividido em 3 partes, da qual a primeira, a Parte Introdutiva, estuda o âmbito americano, como cenário da construção

de um sistema de paz, encerrando-o dentro de um período tempo-especial, isto é, ubicando o acontecimento histórico e o jurídico — matérias primas em toda a elaboração de normas — dentro dos dois pressupostos universais de todo acontecimento fenomenal.

Na segunda parte, esplanada em mais de 360 páginas, acompanha o autor, *pari passu*, a formação de uma consciência americana, no Direito Internacional, para, na terceira e última parte, estudar o direito internacional público positivo americano, através dos congressos e conferências que, para a sua elaboração, se realizaram e nos quais o Brasil se fez representar, sucessivamente, nas **Conferências Ordinárias**, por, **I.** Lafayette Rodrigues Pereira; **J. G.** do Amaral Valente e Salvador Mendonça. **II.** José Hygino Duarte Pereira. **III.** Joaquim Aurélio Nabuco de Arujo, Joaquim Francisco de Assis Brasil. Gastão da Cunha. Alfredo de Moraes Gomes Ferreira. João Pandiá Calogeras. Amaro Cavalcanti. Joaquim Xavier da Silveira. José P. da Graça Aranha e Antônio da Fontoura Xavier. **IV.** Joaquim Murtinho. Domício da Gama, José L. Almeida Nogueira. Olavo Bilac. Gastão da Cunha e Herculano de Freitas. **V.** Afrânio de Melo Franco, Silvino Gurgel de Amaral, James Darcy, J. P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira e Helio Lobo. **VI.** Raul Fernandes, Lindolfo Collor, Alarico da Silveira, Sampaio Corrêa e Eduardo Espínola. **VII.** Afrânio de Melo Franco, Lucílio A. da Cunha Bueno, Francisco Luís da Silva Campos, Gilberto Amado, Carlos Chagas e Samuel Ribeiro. **VIII.** Afrânio de Melo Franco, Altino Arantes, Hildebrando Accioly, Pedro Costa Rego, Leví Carneiro, Edmundo da Luz Pinto e Rosalina Coelho Lisboa de Miller. E, nas **Conferências Extraordinárias**, por 1.º Conferência Americana de Conciliação e Arbitragem; Gurgel do Amaral e A. C. de Araujo Jorge. 2.º Conferência Interamericana de Consolidação da Paz: José Carlos de Macedo Soares, Osvaldo Aranha, José de Paula Rodrigues Alves, Helio Lobo, Hildebrando Pompeo Pinto Accioly, Edmundo da Luz Pinto, Roberto Carneiro de Mendonça, Rosalina Coelho Lisboa de Miller e Maria Luiza Bittencourt. 3.º — **Primeira Reunião da Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos:** Carlos Martins, representante do Ministro das Relações Exteriores. 4.º — **Segunda Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores Americanos:** Mauricio Nabuco, representante do Ministro das Relações Exteriores. 5.º — **Terceira Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores Americanos:** Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores.

E' trabalho impregnado de idéias arejadas, que ha de ser consultado, obrigatoriamente, por quantos se quizerem instruir em tão interessante disciplina.

Agradecendo a remessa do exemplar, faz votos o Instituto para que os ideais de fraternidade americana, ali tão superiormente defendidos, sejam sempre praticados pelos povos deste Continente. —
A. M. da C.

AS ENCOMENDAS E A POLITICA COLONIAL DE ESPANHA — por Astrogildo Rodrigues de Melo — São Paulo — 1943.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, tem publicado, nos seus Boletins, obras de mérito incontável.

O n.º 34 dessas publicações, que é o n.º 1 da história da Civilização Americana, encerra clara e precisa monografia sobre as famosas encomiendas, resultado de curso ditado pelo prof. Astrogildo Rodrigues de Melo na referida Faculdade.

O'bra de grande mérito que estuda o instituto das "encomiendas" dentro do quadro da colonização espanhola, e precioso manancial para a perfeita compreensão não só das consagradas encomiendas, como do próprio princípio da colonização espanhola na América. — W. Sp.

SALDANHA — ALMIRANTE L. F. DE SALDANHA DA GAMA — por Dídio Costa. — Rio de Janeiro — 1944.

O sr. Comandante Dídio Costa, pertence ao número dos bons historiadores do Brasil. Sua obra, vasta e valiosa, é dessas que se lê com agrado e proveito.

Desde "Nas águas de Gasconha", à tradução e interpretação do manuscrito de Simão Ferreira Paez — "As famosas Armadas Portuguesas", até "Marcílio Dias" "Tamandaré" e ensaios vários na Revista Marítima Brasileira, e o presente trabalho sobre o magnífico almirante Saldanha, o comandante Dídio Costa bem merece de quantos se dedicam aos estudos de nossas cousas, pela sua operosidade brilhante e precisão de conceitos e interpretações documentais. E', verdadeiramente, mestre da história, em especial da História Marítima do Brasil.

Saldanha, a vítima de Campo Osório, surge, no livro que nos acaba de ofertar o sr. Dídio Costa, não com aureóla fictícia de herói de última hora, mas como legítimo expoente da intelectualidade e da bravura brasileiras.

Jogado para dentro da revolução por atos impolíticos, Saldanha foi revolucionário *sui generis*, grande, abnegado, desinteressado, amigo e pai dos companheiros e anjo tutelar dos contrários.

Não queria a revolução. Condenou-a como condenára a ação violenta do governo. Quiz manter-se neutro na luta. Os homens do poder assim não entenderam e a imprensa estatal iniciou violenta campanha contra ele, obrigando-o a tomar partido. Preferiu o da revolução que não o desfeiteara e caluniára.

Cultura invulgar, Saldanha foi, em verdade, "glória da marinha" e glória do Brasil.

A presente obra do ilustre comandante Dídio Costa é das mais brilhantes contribuições para o estudo da figura impar de Saldanha e, mesmo, da revolução de 1893. — W. Sp.

MATIAS DE ALBUQUERQUE — por Helio Viana —
Rio de Janeiro — 1944.

Eis um capítulo novo para a História do Brasil — a do Governador Geral Matias de Albuquerque, até agora não referido como tal.

A prova documental e lógica que nos apresenta o sr. Prof. Hélio Viana é notável e confirma plenamente a tese que apresenta com brilho e cultura: Matias de Albuquerque foi, em verdade Governador Geral do Brasil — o décimo-quarto, — de grande atuação e merecimento inconfundível.

E', assim, excelente o trabalho do Prof. Hélio Viana, que acrescenta novo capítulo à história dos Governadores Gerais do Brasil. — W. Sp.

ATIVIDADES DE 1943 DA LIGA DE DEFESA NACIONAL — coletanea organizada por Fortunato Pimentel
— Pôrto Alegre — 1944.

Volume bem apresentado contendo minucioso relato das atividades cívicas e culturais da Liga de Defesa Nacional durante o ano de 1943.

Trabalho de bastante interesse pelo material histórico e notas diversas que divulga e reproduz.

Os festejos da Semana da Pátria, discursos, poesias, entre as quais uma, patriótica, do saudoso prof. André Leão Puente, os pequenos ensaios sobre o Visconde de Taunay, lidos em sessão solene na sua data centenária, etc., enchem as 340 páginas desse anuário. — W. Sp.

EL CORREO EN SANTO DOMINGO — História Documentada — por Oscar E. Ravela A. Tomo I — Imp. La Opinion — Ciudad Trujillo — 1944.

E' de incontestável valôr o estudo do sr. Oscar E. Revelo sobre a instalação do Correio na Rep. Dominicana. Este primeiro volume que acabamos de receber por gentileza do autor, encerra capítulos de vivo interesse, como o correio no período precolombino e os demais, mesmo, desde a origem do correio em Santo Domingo, o Correio Maior de Indias, as leis, etc., são importantes para estudo do interessante tema que é a instalação dos Correios na América.

O sr. Ravelo presta relevante serviço aos dedicados a esse assunto com a publicação de "El Correo en Santo Domingo". — W. Sp.

A EDUCAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS — Da chegada do Mayflowe aos dias presentes. — Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1944.

Por intermédio da Dotação Carnegie para a Paz, recebemos o presente volume do prof. A. Carneiro Leão, no qual estuda o Autor, minuciosamente o problema do ensino nos Estados Unidos, desde a chegada dos primeiros colonos a nossos dias. De leitura útil, em estilo sóbrio, a presente monografia recomenda a cultura do ilustre catedrático da Universidade do Brasil. — A obra é profusamente ilustrada. — W. Sp.

O MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO — Monografia de Leopoldo Petry — Novo Hamburgo — 1944.

As monografias Municipais, quando feitas com cuidado e meticulosidade, são de grande interesse para o estudo Geral do Estado.

A que ora nos ocupa, gentilmente enviada por seu autor, bem merece figurar entre os bons trabalhos no gênero. Novo Hamburgo está estudado com cuidado e carinho, sob todos os aspectos, desde o físico ao histórico, ao social, cultural, político, etc. — Bom trabalho, digno de encômios. — W. Sp.

A NOVA TOPONIMIA CEARENSE — Tomaz Pompeu Sob.º — D.E.I.P. Fortaleza — 1944.

Encerram as 17 páginas da presente monografia, estudo cuidadoso referente às novas denominações de cidades e vilas do Ceará. Trabalho de interesse, digno de acurada leitura. — W. Sp.

MONS. ESTANISLAU WOLSKI — Três trabalhos interessantes acaba de nos enviar Mons. Estanislau Wolski: — Polianteia Missioneira — Te-Deum de Uruguaiana — Polianteia Dom Hermeto.

Encerra o primeiro boa série de trabalhos vários sobre as Missões; o segundo excelente discurso proferido por Mons. Wolski em Uruguaiana por ocasião das festas centenárias da cidade, e o terceiro coleta trabalhos sobre o finado bispo de Uruguaiana, Dom Hermeto José Pinheiro.

Por todos êsses interessantes trabalhos, os nossos agradecimentos. — W. Sp.

PEDRO AMÉRICO HORACIO DE ALMEIDA — A União Editora — João Pessoa — Paraíba — 1944.

Pedro Américo, nosso artista máximo do pincel, que Luiz Jacques Brunet descobriu ainda menino teve afinal, sua consagração em livro ao ser comemorado o primeiro centenário do seu nascimento.

A alma heróica de Paraíba e seu governo arrancaram do esquecimento o grande vulto nacional, prestando-lhe as homenagens merecidas. Areias, a cidade serrana de seu natal, inaugurou no prédio onde nasceu Biblioteca e museu do Município denominando a propriedade, agora municipal, **Casa de Pedro Américo**. No cemitério, em mausoléu de granito, foram recolhidos suas cinzas e no centro da cidade ergue-se hoje seu monumento em bronze.

Foi ainda instituída a Semana comemorativa a Pedro Américo. Instituições culturais e homens de letras de Paraíba estudaram, em discursos e conferências, a maravilhosa cerebração do insigne paraibano.

O sr. Horácio de Almeida colijindo êsses trabalhos e publicando-os em livro fartamente ilustrado contribuiu admiravelmente para o Estudo biográfico do ilustre brasileiro. — **O. S.**

GLAURA — Poemas Eróticos — Manuel Ignácio da Silva Alvarenga — Instituto Nacional do Livro — Rio — 1943.

De há muito que o Instituto Nacional do Livro vem prestando inestimável serviço à cultura brasileira, reeditando e divulgando livros completamente esgotados no país. Agora o Instituto nos dá **Glaura** com prefácio de Afonso Arinos de Melo Franco, de autoria de Manuel Ignácio da Silva Alvarenga, o ilustre árcade mineiro e incondidente de 1789.

E' excelente poema que só Silva Alvarenga poderia produzir. A inconfidência Mineira destruiu esse famoso grupo de poetas montanheses que tanto fizeram pelo amor às letras do Brasil. — Na verdade que a escola arcádica nada de verdadeiramente novo podia fazer na sua decadência longa mas, apesar disso, no Brasil colônia deixou páginas imortais. Os próprios sonetos de Cláudio Manuel da Costa são obras poéticas de particular engenho.

Conhecer a obra dos nossos neoclássicos é dever que se impõe a todos os brasileiros. Todo o homem de espírito e de atilada inteligência lerá hoje os árcades brasileiros da mesma forma como eram lidos há quasi dois séculos passados. — **O. S.**

BALANCES BANCARIOS — Luiz Zafaroni — Montevideu — 1944.

Trata-se de trabalho essencialmente técnico. Seu autor, pela excelência da exposição feita neste opúsculo, demonstra sólida cultura profissional que muito o recomenda.

Na atualidade, o ensino técnico evolue dia a dia e está alcançando ponto de absoluta perfeição em todos os setores da atividade humana. O comércio e a indústria, já não se contenta realizar obra perfeita embora tenha por finalidade o lucro material.

O registro de tais operações exige também técnica. É a contabilidade, a alta contabilidade, que registra os atos e os fatos das empresas de tal modo que no fim de determinado exercício apareça matematicamente o resultado. Essa operação é o Balanço.

Luiz Zafaroni expõe claramente e demonstra o que seja um balanço bancário.

É interessante trabalho resumido. — O. S.

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA EM RIO PARDO — 1944 — A PROPOSITO DO TEMPERAMENTO DE D. PEDRO II — 1943 — Dr. Luciano Raul Panatieri.

O dr. Luciano Raul Panatieri, dá-nos, nestes dois trabalhos de síntese científica, mostra da sua brilhante intelligencia. No primeiro opúsculo, não só estudá o desenvolvimento físico das crianças em Rio Pardo como apresenta gráficos e quadros para sua melhor interpretação.

No segundo trabalho revêla-se o dr. Luciano Raul Panatieri frio observador ao estudar a saúde ainda na infância, do nosso segundo Imperador.

Os ensaios psicológicos são, invariavelmente, elementos de grande importância no julgamento histórico das atitudes, caracteres e temperamentos dos homens. — O autor desses 2 trabalhos contribue grandemente ao estudo médico da criança em caráter geral.

São monografias que merecem a atenção dos estudiosos. — O. S.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Vol. 182 — Tan. — março — 1944.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Vol. XLI — 2.º semestre de 1942.

Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano — Vol. XXXXVIII — 1943.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo — n.º 45 — Dez.º de 1943.

Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — Tomo L — 1943.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo — Vol. XCIV — Trim. de 1944.

- Revista Histórica — Publicación del Museu Histórico Nacional — Tomo XIV — Montevideu, Dic. 1943. ns. 40-42.
- Revista de Economia, Finanzas y Administración — Ano 3 — n.º 2 — Montevideu — Janeiro de 1944.
- Boletim Municipal — Porto Alegre(n.º 16, — Janeiro a Abril de 1944.
- Boletim do Museu Nacional — Botânica n.º 1. — Zoologia ns. 15 a 22. — Rio de Janeiro — 1944.
- Boletim Geográfico — Conselho Nacional de Geografia — Ano I — ns. 6 e 7 — Rio.
- Boletim de História y Antiguidades — Bogotá — n.º 347-348 349 e 250.
- Boletim del Archivo General del Gobierno — Guatemala — Tomo IX — n.º 1 — marzo de 1944.
- Publicações da Academia Carióica de Letras — Relato do 1.º Semestre de 1943. — Rio de Janeiro — 1943.
- Verbum — Publicação Trimestral das Faculdades Católicas — Rio de Janeiro — Tomo I — Fasc. I — Junho de 1944.
- ANALES — Universidad de Santo Domingo — Ano VII — n.º 1 (Enero-marzo) e n.º 2 (Abril-Junio) — Ciudad Trujillo — Rep. Dominicana — 1943.
- Quarterly Journal — The Library of Congress — Vol. I — n.º 2 — Washington — 1943.
- O Mês — mensário informativo do D.E.I.P. de Fortaleza — Ceará — ns. de março, abril e maio de 1944.
- The Catholic Historical Review — Vol. XXX — n.º 1 — The Catholic University of America. — April — 1944.
- The Southwestern Historical Quarterly — Vol. XLVII — April 1944 — n.º 4 — The Texas State Historical Association — Austin.
- American Literature — Vol. 16 — March — 1944 — n.º 1 — may 1944 — n.º 2. — Duke University — Durhan — North Carolina.
- Geographical Review — The American Geographycal Society of New York. — July 1944. — Vol. XXXIV — n.º 3.
- Natural History — June 1944. LIII N.º 6. — American Museum of Natural History — New York.
- Universidad Católica Boliviana — Vol. X — N.º 34 — Oct. Nov. — 1943. — Medellin — Colombia.
- Orientación — Centro Militar — n.º 1 — Montevideu — 1944.
- Revista de la Universidad de Buenos Aires — Ano II — n.º 1. — Buenos Aires — Enero — marzo de 1944.
- Boletim del Instituto de Cultura Latino Americana — de la Facultad de Filosofia y Letras. — ns. 44 e 45. — Buenos Aires — 1944.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Vol. XXXIX Bis. — S. Paulo — 1944. Contém o vol. III da interessante e útil **Nobiliarquia Paulistana**, de Pedro Tacques de Almeida Paes Leme. — E' trabalho de mérito este do Instituto Histórico Paulista a divulgação da famosa e rara obra de Pedro Tacques.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
Reconhecido de utilidade pública por Decreto n. 4373 de 24
novembro de 1921

Séde: Rua Riachuelo, 1307
— Pôrto Alegre — R. G. Sul —

COMISSÕES PERMANENTES

História e Geografia:

Afonso Guerreiro Lima
Othelo Rosa
Eduardo Duarte

Antropologia e Etnografia:

Leonardo Macedônia
Olinto Sanmartin
Gaston Hasslocher Mazon

Paleontologia e Arqueologia:

Armando Dias de Azevedo
Ângelo Guido
Mansueto Bernardi

Genealogia, Heráldica e Numismática:

Padre Luiz Gonzaga Jaeger S. J.
Mario Teixeira de Carvalho
Jorge Godofredo Felizardo

Línguas Indígenas e Folclore:

Manoel Maria Corrêa
Darcy Azambuja
Manoelito de Ornellas

Sindicância para admissão de sócios:

Armando Dias de Azevedo
Othelo Rosa
Jorge Godofredo Felizardo

Redação da Revista:

Luiz Carlos de Moraes
Manoel Duarte
Walter Spalding